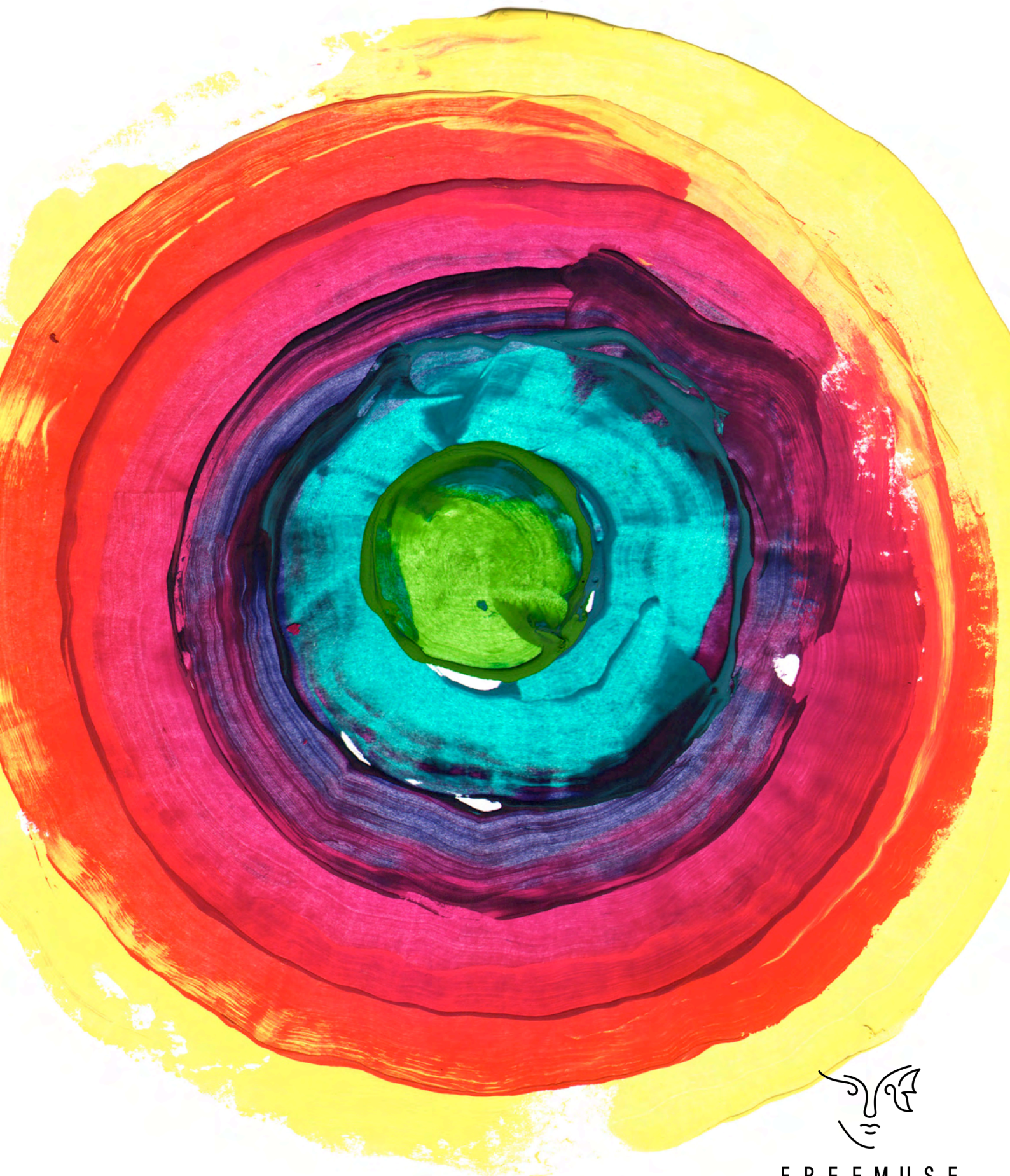


PINTANDO O ARCO-ÍRIS: COMO A LIBERDADE LGBTI DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA É NEGADA



FREEMUSE
DEFENDING ARTISTIC FREEDOM

Freemuse (freemuse.org) é uma organização não governamental internacional independente que defende a liberdade de expressão artística e a diversidade cultural. A Freemuse tem status consultivo especial das Nações Unidas junto ao Conselho Econômico e Social (UN-ECOSOC) e status consultivo na UNESCO.

A Freemuse opera dentro de uma estrutura jurídica e de direitos humanos internacionais que defende os princípios de responsabilidade, participação, igualdade, não discriminação e diversidade cultural. Documentamos violações da liberdade artística e fomentamos processos de defesa baseados em evidências, a nível internacional, regional e nacional, que ofereçam mais proteção a todas as pessoas, incluindo aquelas em situação de risco. Incentivamos ambientes seguros e propícios à criatividade artística e reconhecemos o valor da contribuição da arte e da cultura para a sociedade. Trabalhamos com artistas, organizações artísticas e culturais, ativistas e parceiros no sul e no norte global; apoiamos e promovemos artistas individuais, focando nos que são alvo de discriminação devido ao seu gênero, raça ou orientação sexual. Iniciamos, desenvolvemos e apoiamos redes locais de artistas e de profissionais da área da cultura para que suas

© 2021 Freemuse. Todos os direitos reservados.
ISBN: 978-87-998868-7-6

Edição: Dr. Srirak Plipat
Tradução: Renata Laureano e Patricia Baker Upton (Adverbium)

Ilustração da capa: www.NickPurserDesign.com

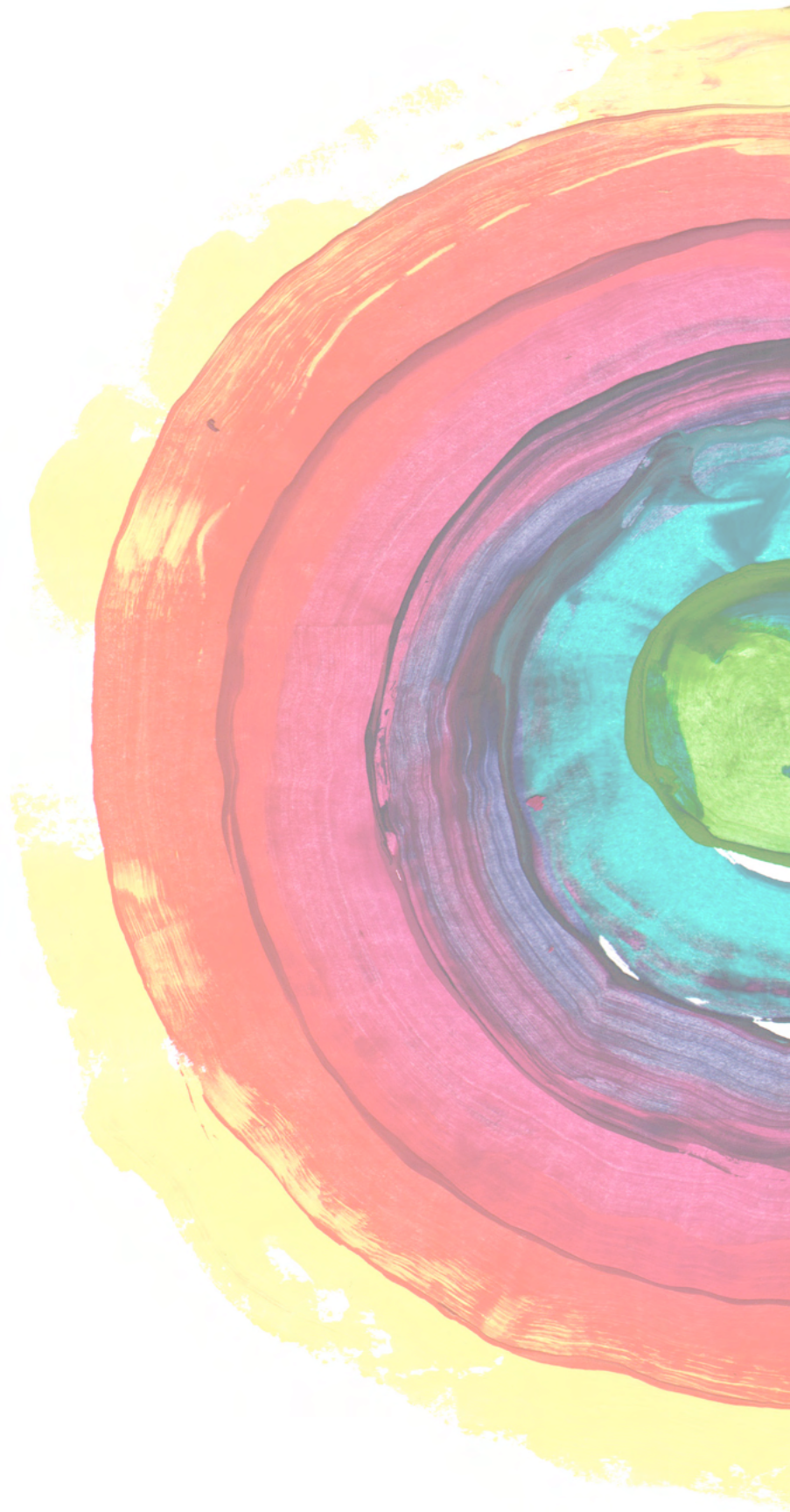
A Freemuse agradece às pessoas colaboradoras que conversaram conosco para a elaboração deste relatório, especialmente artistas que se arriscaram para participar desta pesquisa. Agradecemos também a todas as pessoas que defendem o direito humano à liberdade artística.

Todos os esforços foram feitos para verificar a exatidão das informações contidas neste relatório. Todas as informações foram consideradas corretas em dezembro de 2020. No entanto, a Freemuse não se responsabiliza pelas consequências do uso dessas informações para outros fins ou em outros contextos.

Este relatório conta com o apoio do Ministério de Relações Exteriores da Noruega e da Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (Sida).

Edição Brasil realizada com apoio do Centro Cultural da Diversidade e Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo

PINTANDO O ARCO-ÍRIS: COMO A LIBERDADE LGBTI DE EXPRESSÃO ARTÍSTICA É NEGADA



ÍNDICE

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO _____ | 7 |
| Sobre terminologia: Artistas LGBTI e arte queer _____ | 10 |
| CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA VISUAL _____ | 17 |
| CAPÍTULO 2: VOZES DE ARTISTAS _____ | 27 |
| Linn da Quebrada _____ | 29 |
| Fan Popo _____ | 30 |
| Chibuihe Obi _____ | 33 |
| Sridhar Rangayan _____ | 34 |
| Elżbieta Podleśna _____ | 37 |
| Sarah Hegazi _____ | 38 |
| CAPÍTULO 3: LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA AS PESSOAS LGBTI E O ATUAL | |
| QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO _____ | 41 |
| Discriminação com base na orientação sexual ou identidade de gênero _____ | 42 |
| Igualdade e não discriminação: princípios fundamentais para a proteção de pessoas LGBTI _____ | 46 |
| Liberdade de Expressão, Associação e Reunião para pessoas LGBTI _____ | 49 |
| Supressão ilegítima da liberdade de expressão baseada em ‘valores tradicionais’ _____ | 58 |
| CAPÍTULO 4: LIBERDADES ARTÍSTICAS EM PAÍSES QUE CRIMINALIZAM A | |
| HOMOSSEXUALIDADE _____ | 63 |
| Homossexualidade criminalizada, violência legitimada _____ | 65 |
| Inter-relação entre liberdades artísticas e liberdade de expressão, associação e reunião _____ | 70 |
| Expressão artística contra todas as dificuldades _____ | 78 |
| CAPÍTULO 5: LIBERDADES ARTÍSTICAS EM PAÍSES ONDE A HOMOSSEXUALIDADE É LEGAL _____ | 89 |
| A tendência alarmante de radicalização política e seu impacto na substituição das questões de SOGESC (Orientação sexual, identidade de gênero, expressão de gênero e características sexuais) no espaço público _____ | 91 |
| Expressão artística em países com leis que restringem a liberdade de expressão em questões LGBTI _____ | 96 |
| Expressão artística em países sem obstáculos legais para discussão sobre questões LGBTI _____ | 104 |
| Falta de estratégias sustentáveis para a promoção da arte LGBTI _____ | 113 |
| RECOMENDAÇÕES _____ | 116 |



Marie Rouge
Linn da Quebrada

INTRODUÇÃO

“O que as pessoas geralmente consideram literatura - é literatura heterossexual. Para elas, a literatura queer é uma outra coisa. Mas a literatura queer também é literatura.”


Oteosirieze Obi-Young, entrevista a *Freemuse*, 28 de julho de 2019

A comunidade LGBTI há muito é tratada como um grupo minoritário sujeito à discriminação e à marginalização. Sua posição depende imensamente do nível de tolerância, medo percebido e abertura das instituições políticas e religiosas em relação à diversidade. Nas sociedades contemporâneas que se voltam para o nacionalismo e o populismo, esse medo, intolerância e falta de abertura se transformaram em novas formas de discriminação e marginalização. Em muitos países, o fundamentalismo religioso e a ideologia nacionalista produzem continuamente novas medidas para reprimir ainda mais as pessoas LGBTI em espaços públicos. Na última década, pelo menos 16 países adotaram algum tipo de restrição legal que limita a visibilidade afirmativa de pessoas LGBTI no âmbito público (dez países onde a homossexualidade já é criminalizada e sete onde a homossexualidade é legal). Além da adoção das chamadas leis de propaganda anti-homossexual, os governos também usam uma variedade de táticas novas e sutis para empurrar expressões LGBTI para a margem da sociedade.

Iniciativas artísticas LGBTI têm sido marginalizadas globalmente. A arte com tema LGBTI é comumente vista por meio do prisma da orientação sexual ou

identidade de gênero de seus autores e categorizada como “conteúdo queer”. Dessa forma, tem sido segregada do que é entendido como arte mainstream. Além dessa tendência, que existe em diferentes graus e em vários contextos, artistas que enfrentam questões LGBTI sofrem repercussões desproporcionais por causa de seu trabalho em todo o mundo. Tais esforços silenciam as expressões artísticas LGBTI, ao mesmo tempo em que limitam a capacidade de artistas de se expressarem por meio da arte e impõem restrições indevidas àqueles que desejam acessar o conteúdo artístico LGBTI.

Ainda assim, este relatório mostra que expressões artísticas que abordam experiências LGBTI existem na maioria dos países, independentemente de obstáculos políticos, jurídicos e sociais. Apesar dos esforços em contrário, está claro que nenhuma lei, tradição ou religião consegue suprimir inteiramente a expressão artística nessas questões. O que difere entre esses contextos variados é o grau em que os artistas têm acesso a públicos, redes profissionais, instituições culturais, apoio financeiro e plataformas para promover seu trabalho. Esses e essas artistas também estão sofrendo vários níveis de reprovação pública, rejeição, ameaças, violência e outras



formas de maus tratos. Nenhuma dessas pessoas, independentemente do caráter progressivo da sociedade em que vivem, está verdadeiramente isenta de discriminação por causa de sua orientação sexual, identidade e expressão de gênero.

Apesar dos consideráveis avanços alcançados no âmbito internacional, nas últimas décadas, na promoção da não discriminação e da igualdade para pessoas LGBTI, ainda existe um número significativo de nações onde artistas produzem obras de arte sabendo que provavelmente elas nunca serão abertas a exposição pública em seus países de origem. Mesmo que tenham uma coragem extraordinária e, em colaboração com centros culturais alternativos ou com o apoio de organizações de direitos humanos, consigam expor seu trabalho, isso acontece em geral em locais fechados. As organizações desses eventos—muitas vezes realizados apenas para pessoas convidadas—e seu público correm o risco de serem assediados, expostos à reprovação pública, serem presos e processados. Algumas dessas formas de perseguição também existem em países onde artistas e a arte LGBTI não são necessariamente forçados para a clandestinidade.

Neste relatório, a Freemuse analisa como a discriminação com base na identidade - particularmente contra artistas LGBTI e obras de arte com temas LGBTI - se manifesta em diferentes países em todo o mundo. Demonstra como as limitações impostas às liberdades artísticas impactam e impedem os direitos dos criadores de se expressarem plena e livremente por meios criativos e artísticos. O relatório examina 149 atos de violações da liberdade artística contra artistas e obras de arte LGBTI documentados em 39 países e espaços online no período

de janeiro de 2018 a junho de 2020. Para compreender de forma mais sucinta como os diversos contextos legislativos e políticos impactam artistas LGBTI e a arte com temas LGBTI, a Freemuse também entrevistou 65 artistas LGBTI e ativistas de direitos humanos de 30 países diferentes. Os países analisados neste relatório foram selecionados para dar a quem lê vários pontos de vista de como as legislações nacionais que regem os direitos LGBTI realmente impactam a expressão artística.

Ainda que as estruturas legislativas variem—alguns países criminalizam a homossexualidade, outros penalizam a chamada “promoção da homossexualidade” e outros não apresentam restrições legais para a atuação de artistas LGBTI ou promoção de obras de arte queer em espaços públicos—todas elas abrem espaço para algum nível de supressão da liberdade artística. Este relatório mostra que abusos e violações de liberdades artísticas ocorrem em todos os tipos de contextos nacionais. A criminalização da homossexualidade em um país dá o tom para os tipos de valores, normas e práticas que são aceitáveis e toleráveis para toda a sociedade, incluindo a polícia, grupos religiosos e o público em geral. É algo que influencia a ideologia dominante por meio da qual a discriminação e a marginalização são desenvolvidas e praticadas. Por essa razão, a Freemuse analisou as violações das liberdades artísticas pondo em foco separadamente os países que criminalizam a homossexualidade e aqueles onde a relação sexual privada entre pessoas do mesmo sexo não foi criminalizada.

Além do impacto das estruturas jurídicas nacionais sobre o estado das liberdades artísticas para artistas LGBTI e a arte que explora temas LGBTI, a Freemuse deu atenção especial ao papel do clima

político em uma sociedade em relação ao acesso de obras de arte com temas LGBTI a espaços públicos. Ficou claro que, com o retrocesso da democracia, existe uma crescente reação contra os discursos progressistas e contra a representação positiva das identidades LGBTI. A ascensão de movimentos políticos populistas, em grande parte conservadores por natureza, tenta dismantlar muitas das vitórias da comunidade internacional e do movimento pelos direitos LGBTI, para reafirmar normas hétero nas sociedades em todo o mundo. Há um poder regressivo de desmonte de proteções vitais. Uma das consequências mais evidentes dessa evolução negativa é a adoção de leis que restringem a liberdade de expressão em questões LGBTI em pelo menos 35 países no mundo— dos quais sete não criminalizam a homossexualidade.

Inevitavelmente, a influência penetrante e retrógrada dessas forças crescentes também é sentida entre aqueles que produzem trabalhos com o tema LGBTI. Embora já historicamente marginalizada e, em muitos casos, silenciada, hoje a arte com tema LGBTI está sob ataque crescente de diferentes fontes, desde autoridades estatais a agentes não estatais (incluindo grupos religiosos e políticos, movimentos extremistas e indivíduos violentos).

O uso de uma variada gama de mecanismos também é uma preocupação crescente. Inclui órgãos reguladores, bem como instituições culturais conservadoras que determinam parâmetros aceitáveis de discussão em torno da sexualidade, sufocando e frustrando a expressão artística em questões relacionadas à orientação sexual e identidade e expressão de gênero. Enfocando questões-chave no exercício das liberdades artísticas relacionadas

às experiências LGBTI, este relatório não fornece análises estatísticas nem compara o alcance das violações das liberdades artísticas registradas em países que criminalizam a homossexualidade com as dos países onde ela é legal. Não lida com o tratamento diferenciado de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou artistas intersexuais, nem aborda motivos para violações direcionadas contra qualquer um desses subgrupos específicos. Este relatório não explora as formas duplas ou triplas de discriminação às quais artistas lésbicas (por exemplo) são expostas - com base em seu gênero e orientação sexual ou onde isso é agravado por sua raça e etnia. Por fim, não investiga as diferentes experiências discriminatórias que os artistas LGBTI enfrentam nas indústrias cultural e de entretenimento em comparação com seus colegas heterossexuais.

No entanto, o objetivo deste relatório é contribuir para o debate global em curso sobre a discriminação que as pessoas LGBTI enfrentam, assim como examinar o impacto sobre a sua presença na esfera das artes e da cultura. O relatório deve ser visto como um convite da Freemuse a todas as pessoas interessadas, para que prestem mais atenção em artistas LGBTI como um grupo especialmente vulnerável e se envolvam em processos que possibilitem uma melhor documentação e registro sistemático de abusos e violações das liberdades artísticas vividas por artistas LGBTI e quem cria obras de arte com o tema LGBTI. Além disso, o relatório é um chamado para que todas as instituições interessadas - internacionais, regionais e nacionais - se engajem no desenvolvimento de estratégias imediatas e apropriadas de curto e longo prazo que defendam melhores condições para o exercício das liberdades artísticas relacionadas às questões LGBTI.



St. Peters Pride
Alba Photography

SOBRE TERMINOLOGIA:
**ARTISTAS LGBTI
E ARTE QUEER**



Neste relatório, a Freemuse concentra sua análise no status de ‘artistas LGBTI’ em diferentes sociedades e a existência de ‘arte queer’ em espaços públicos. No entanto, nenhum desses termos foi usado uniformemente pelas diferentes pessoas entrevistadas pela Freemuse.

Várias abreviações são usadas para se referir a gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais intersexuais e outras pessoas cuja orientação sexual e identidade de gênero diferem do conceito de heteronormatividade¹, e cisgênero. Apesar dessas diferenças, que em geral são produto de um consenso oriundo de organizações ou grupos sociais específicos, a Freemuse usa exclusivamente a abreviatura LGBTI ao longo deste relatório. Este é um termo genérico cunhado para se referir a pessoas cuja orientação sexual é diferente da heterossexual e que não necessariamente se identificam ou expressam sua identidade de gênero de acordo com o sexo atribuído no nascimento.

A abordagem da Freemuse foi referir-se à orientação sexual e identidade de gênero dos entrevistados da maneira que desejam. O termo gay foi usado para homens que têm atração sexual por homens, e lésbica para mulheres que têm atração por mulheres. O termo transgênero foi usado como termo genérico para pessoas cuja identidade de gênero ou expressão de gênero difere do sexo atribuído no nascimento. Foi aplicado a homens e mulheres trans que expressam seu gênero de uma forma oposta àquela que lhes foi atribuída no nascimento ou que buscam assistência médica para fazer a transição permanente para o gênero com o qual se identificam.²

A Freemuse se refere a essas pessoas como homens trans, usando os pronomes ‘ele / dele’, e como mulheres trans, usando os pronomes ‘ela / dela’. No entanto, o termo transgênero também inclui aqueles indivíduos que não são exclusivamente masculinos nem femininos. Neste relatório, essas pessoas são referidas como não-conformistas e são utilizados os pronomes cabíveis. Ao analisar os padrões legais, a Freemuse conversou com pessoas bissexuais (pessoas atraídas por homens e mulheres) e pessoas intersexuais (pessoas que nascem em um corpo que não se encaixa nas definições de homem ou mulher). No entanto, nenhum dos entrevistados da Freemuse se identificou como bissexual ou intersexual.

Este relatório também trata da censura e

outros ataques à ‘arte queer’—obras de arte cujo conteúdo é dedicado a questões LGBTI. São obras não necessariamente produzidas por artistas LGBTI, mas também por heterossexuais. O termo queer tem sido amplamente usado para classificar festivais que abordam diretamente a questão da homossexualidade em diferentes meios artísticos, conhecidos como festivais queer. Normalmente, esses eventos são abertos a artistas e públicos diversificados, embora promovam principalmente obras de arte feitas por e para pessoas LGBTI.³ O diretor de cinema Sridhar Rangayan disse à Freemuse que, no Festival Internacional KASHISH Mumbai de Cinema Queer, a palavra queer denota “a natureza inclusiva do festival, abraçando todos os gêneros e sexualidades”.⁴ Disse ainda que o festival atende a públicos diversificados, incluindo heterossexuais, a quem visa informar, educar ou entreter.

No entanto, o termo queer nem sempre foi usado nesse contexto. Historicamente, essa palavra tem conotações negativas, comumente entendidas “como um termo depreciativo para um homossexual”. No entanto, nenhum dos entrevistados da Freemuse se referiu a ‘queer’ em um contexto negativo. Alguns reafirmaram que usam o termo para se referir a todas as pessoas que não se identificam como heterossexuais. A organização LGBTI tunisiana Mawjoudin prefere usar o termo “queerfobia” em vez de homofobia, transfobia e bifobia.

Apesar desse entendimento comum de

“Muitas pessoas no Quênia se identificam como ‘queer’. Desde que nos apropriamos dessa palavra, não temos problema com ela. É um termo político.”

Yvonne Oduor, *Entrevista à Freemuse*, 31 de julho de 2019





Paradise

Créditos: Elizabeta Ohlson Wallin

que o termo queer foi apropriado pela comunidade LGBTI, Nem todas as pessoas entrevistadas pela Freemuse sentiam-se confortáveis em serem chamados de 'artistas queer'. Quando questionadas se viam a si mesmas ou a sua arte como queer, os entrevistados forneceram várias respostas diferentes. Alguns não hesitaram em se declarar como artistas queer que produzem obras de arte queer.

"Eu sou 100 por cento um artista queer. Minha sexualidade é própria razão pela qual eu produzo arte. Todas essas canções que escrevo, em que falo sobre homens e desilusões, estão diretamente ligadas à minha sexualidade. Então, quando coloco minha música lá fora, as pessoas ouvem e se identificam comigo como um músico queer na Malásia e têm a sensação de que estamos em todos os lugares."

Alex Bong, entrevista à Freemuse, 1 de agosto de 2019

"Embora qualquer pessoa possa apreciar meus nus masculinos artísticos, meu objetivo principal é me comunicar com gays. Eu queria mostrar diferentes aspectos de nossa vida, especialmente de

nossa sexualidade. Eu queria me dirigir a gays que nunca veem qualquer representação de si mesmos em exposições. Dizer que não há problema em sermos gays."

Munir Abdallah, entrevista à Freemuse, 15 de julho de 2019

No entanto, outros artistas relutaram em associar-se ao rótulo queer por diferentes motivos. Alguns responderam que suas obras não eram exclusivamente dedicadas a temas LGBTI e outros preferiram não apoiar a criação de classificações que definissem seu trabalho apenas com base na orientação sexual ou identidade e expressão de gênero do artista.

"Embora todos nós da banda sejamos queer e muitas de nossas músicas tratem de assuntos queer, não somos uma banda queer. Nós apenas seguimos nossa 'religião queer' e criamos canções nas quais zombamos de nossos políticos quando eles afirmam algo estúpido sobre pessoas LGBTI."

Band Shh... Diam!, entrevista à Freemuse, 1º de agosto de 2019

“Não gosto de ser colocado em uma caixa. Mostrar minha sexualidade não é meu principal objetivo como artista. Sou um artista que por acaso é gay e defensor fervoroso dos direitos humanos, dos direitos LGBTI em particular.”

Brayo Bryans, entrevista à Freemuse, 3 de agosto de 2019

Contrariamente a essas visões, um escritor nigeriano que deseja permanecer anônimo disse à Freemuse que é um escritor queer do ponto de vista biológico, pois “nasceu queer”, e não por causa dos temas de sua arte. Destacou que existem heterossexuais que escrevem sobre o queer, mas não são chamados de escritores queer.

“Não me importo que as pessoas se refiram a mim como um escritor queer se, no mesmo contexto, se referirem aos escritores heterossexuais como não-queer. Mas, se alguém está me descrevendo biologicamente, em um contexto no qual ele / ela está se referindo a escritores heterossexuais socialmente, isso já é um problema para mim.”

Escritor nigeriano, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019

Por fim, o cineasta chinês Popo Fan se considera artista queer, mas apenas porque existem raros exemplos de artistas abertamente queer na China.

“Se fosse uma tendência na China e muitos artistas se rotulassem como queer, eu não necessariamente usaria o termo. Porém, por ele ser um tabu, quero enfatizá-lo. Tendo em mente a atual situação na China, que é muito delicada, me sinto mais responsável em fazer parte da cena da arte queer.”

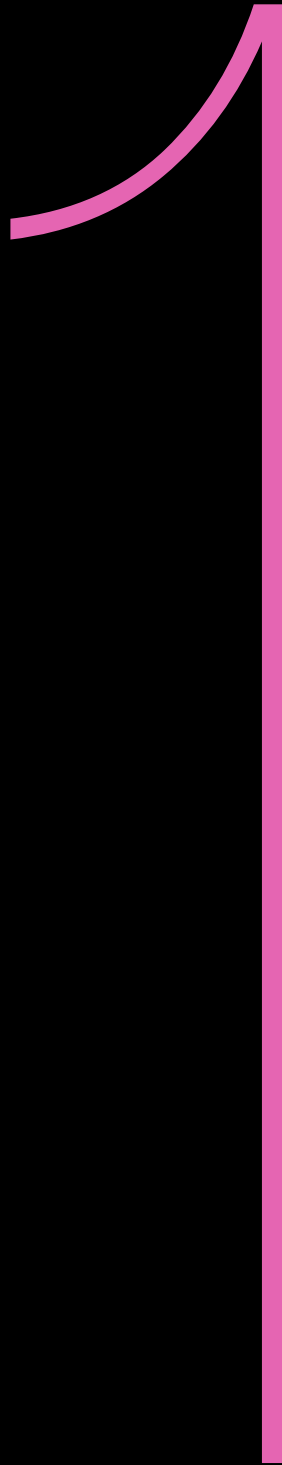
Popo Fan, entrevista à Freemuse, 30 de agosto de 2019





Popo Fan
Créditos: Fotografado por Nadja Wehling





CAPÍTULO 1: A HISTÓRIA VISUAL



ARTISTAS & ARTE LGBT

De janeiro de 2018 até junho de 2020, a Freemuse registrou 149 atos de violação da liberdade artística relacionados a temas LGBTI em 40 países e online.

1 MORTE

1 PRISÃO

22 DETENÇÕES

1 PROCESSO

5 PERSEGUIÇÕES

9 AMEAÇAS / ASSÉDIOS

**4 OBRAS DE ARTE DESTRUÍDAS
DANIFICADAS**

1 ATAQUE

9 SANÇÕES / MULTAS

96 CENSURAS

CONTEXTO JURÍDICO

45% das violações ocorreram online e em 19 países onde não existem leis criminalizando a homossexualidade nem sua promoção

55% das violações ocorreram online e em 20 países onde a homossexualidade ou sua promoção são criminalizadas

48% das violações ocorreram em 18 países onde representações afirmativas de homossexualidade são proibidas

VIOLADORES

Autoridades governamentais foram responsáveis por

53% das violações documentadas

| | | | |
|-----------------------------|------------|---------------------|-----------|
| COMUNIDADE ARTÍSTICA | 16% | DESCONHECIDO | 6% |
| ENTIDADES PRIVADAS | 14% | PESSOAS FÍSICAS | 3% |
| PLATAFORMAS DE MÍDIA SOCIAL | 4% | COMUNIDADE POLÍTICA | 2% |
| COMUNIDADE RELIGIOSA | 2% | | |

MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS VISADAS

| | | | | | |
|--------------------------|------------|------------|------------|--------|------------|
| FILMES | 34% | MÚSICA | 22% | TEATRO | 17% |
| ARTE | 14% | LITERATURA | 8% | | |
| MÚLTIPLAS FORMAS DE ARTE | 3% | | | | |
| DANÇA | 2% | | | | |

EXPRESSÕES LGBTI RESTRITAS POR LEIS DE PROPAGANDA ANTI-HOMOSSEXUAL

35

PAÍSES têm leis que
proíbem a “propaganda
homossexual”

28

PAÍSES a
homossexualidade
é criminalizada

7

PAÍSES a
homossexualidade
é legal

ÁSIA 16

ÁFRICA 15

EUROPA 3

AMÉRICA LATINA 1

TENDÊNCIA ALARMANTE EM **10 PAÍSES**

Desde 2010, pelo menos 10 países que já criminalizam a homossexualidade adotaram leis adicionais **PROIBINDO “PROPAGANDA HOMOSSEXUAL”**:

ARGÉLIA · CAMARÕES · EGITO · QUÊNIA · KUWAIT · MALÁSIA
NIGÉRIA · PAQUISTÃO · CINGAPURA · EMIRADOS ÁRABES UNIDOS

EXEMPLOS DE LEIS

QUÊNIA

QUÊNIA CONSELHO DE CLASSIFICAÇÃO DE FILMES, DIRETRIZES DE CLASSIFICAÇÃO, SEÇÃO 5 (II): Área temática Restrições sobre Sexo, obscenidade e nudez: filme, cartaz ou programa que retrata, incentiva, justifica ou glorifica práticas sexuais pervertidas ou socialmente inaceitáveis, como incesto, pedofilia, homossexualidade ou qualquer forma de pornografia; conteúdo mostrando mulheres como ferramentas de sexo; conteúdo que endossa a violência sexual.

NIGÉRIA

LEI (PROIBIÇÃO) DE CASAMENTO DO MESMO SEXO, SEÇÃO 5 (2): A pessoa que, direta ou indiretamente, divulga publicamente relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo pode ser punida com pena de prisão de até 10 anos.

EGITO

DECLARAÇÃO DO SUPREMO CONSELHO PARA REGULAMENTAÇÃO DE MÍDIA: É proibido que homossexuais apareçam em qualquer meio de comunicação, seja escrito, áudio ou visual, exceto quando reconhecerem o fato de sua conduta ser inadequada e se arrependerem.

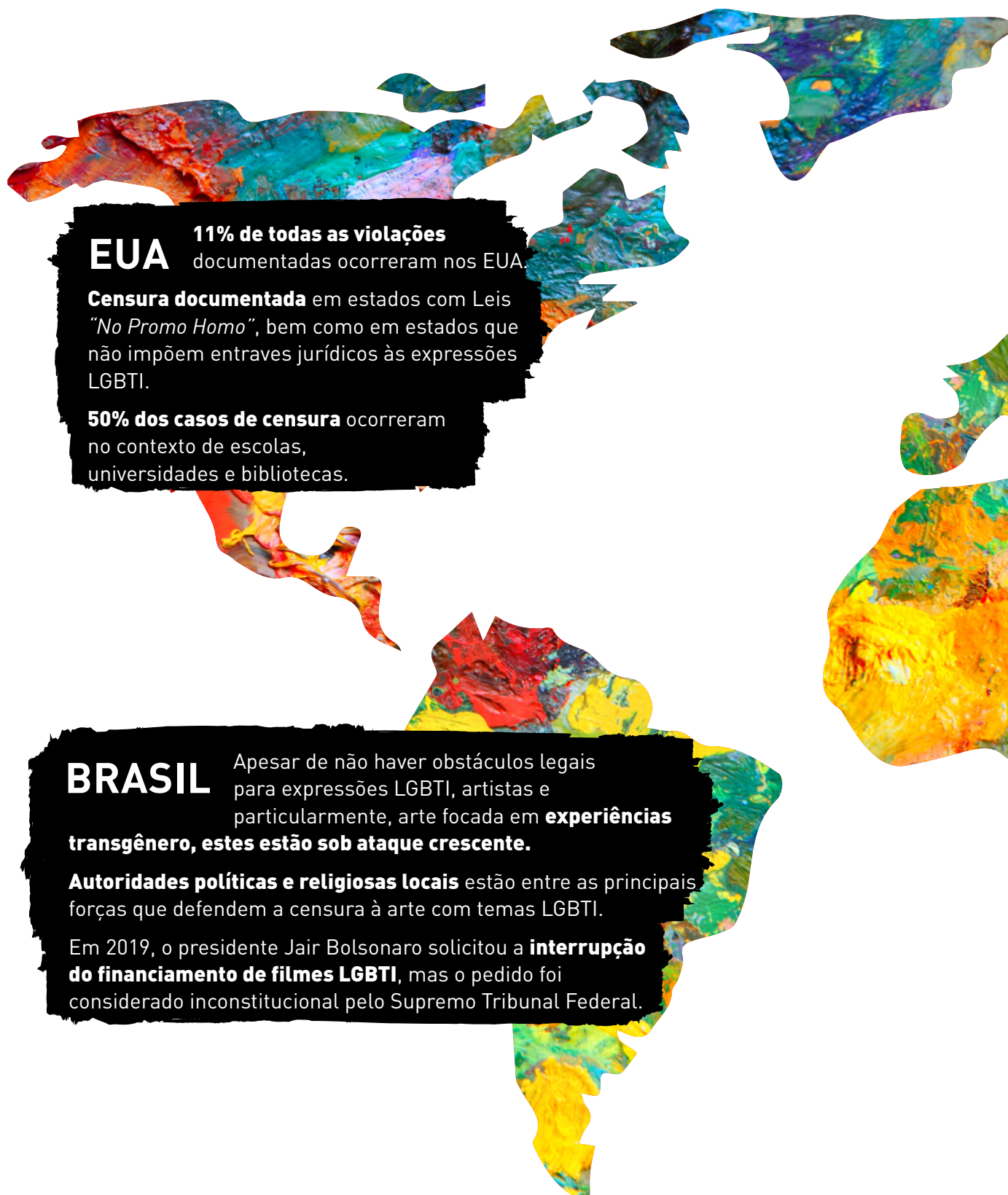
RÚSSIA

CÓDIGO DE VIOLAÇÕES ADMINISTRATIVAS, ARTIGO 6.21: “Propaganda” é o ato de divulgar informações a menores com o objetivo de criar atitudes sexuais não tradicionais, tornar atraentes as relações sexuais não tradicionais, igualar o valor social das relações sexuais tradicionais e não tradicionais ou provocar interesse nessas ações.

EUA

LEI DO ALABAMA, TÍTULO 16. EDUCAÇÃO § 16-40A-2, C(8): Os materiais didáticos e as instruções relacionadas à educação sexual ou doenças sexualmente transmissíveis devem incluir... ênfase, de maneira factual e de uma perspectiva de saúde pública, que a homossexualidade não é um estilo de vida aceitável para o público em geral e que a conduta homossexual é um crime sob as leis do estado.

PAÍSES ONDE A EXPRESSÃO ARTÍSTICA LGBTI SOFRE CONSTANTE REPRESSÃO



EUA 11% de todas as violações documentadas ocorreram nos EUA.

Censura documentada em estados com Leis “No Promo Homo”, bem como em estados que não impõem entraves jurídicos às expressões LGBTI.

50% dos casos de censura ocorreram no contexto de escolas, universidades e bibliotecas.

BRASIL Apesar de não haver obstáculos legais para expressões LGBTI, artistas e particularmente, arte focada em **experiências transgênero, estes estão sob ataque crescente.**

Autoridades políticas e religiosas locais estão entre as principais forças que defendem a censura à arte com temas LGBTI.

Em 2019, o presidente Jair Bolsonaro solicitou a **interrupção do financiamento de filmes LGBTI**, mas o pedido foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.



RÚSSIA

17% de todas as violações documentadas ocorreram na Rússia.

O **Código de Crimes Administrativos de 2013**, que pune a propaganda homossexual, está por trás de $\frac{3}{4}$ de violações documentadas.

Em dezembro de 2019, Yulia Tsvetkova foi **multada em 50.000 rublos** por divulgar “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores”.

CHINA

8% de todas as violações documentadas ocorreram na China.

Uma série de regulamentos **restringindo conteúdo LGBTI na TV e em plataformas online**, adotados desde 2015, teve impacto negativo também em eventos culturais queer offline.

Em outubro de 2019, Tianyi foi condenada a **10,5 anos de prisão** por vender seu romance online, contendo cenas de sexo gay.

NIGÉRIA

A legislação nacional restringe fortemente a expressão artística sobre questões LGBTI.

A Lei (Proibição) do Casamento do Mesmo Sexo (SSMPA - Same Sex Marriage (Prohibition) Act) prescreve **prisão** para pessoas que “mostram publicamente relacionamento amoroso entre pessoas do mesmo sexo”.

A homossexualidade é **punível com pena de morte** sob a lei Sharia nos estados do norte.

Depois que publicou seu ensaio *Somos queer, estamos aqui* (We're Queer, We're Here), em maio de 2017, Chibuihe Obi foi sequestrado e interrogado sobre sua produção literária.

SILENCIADOS DEVIDO AO CONTEÚDO ARTÍSTICO LGBTI

Pelo menos **126** artistas, membros do público, obras de arte, locais e eventos foram afetados pela censura.

Em **96** casos

50% DE TODOS OS CASOS DE CENSURA ERAM RELACIONADOS A **FILMES**

DUBAI: A versão de **STAR WARS: A ASCENSÃO SKYWALKER** que passou nos cinemas locais não continha um beijo entre duas mulheres (2019).

MALÁSIA: O Conselho de Censura de Filmes da Malásia cortou 20 minutos de **BOHEMIAN RHAPSODY** (2018).

QUÊNIA: O Conselho de Classificação de Filmes do Quênia proibiu **RAFIKI** devido à "intenção de promover o lesbianismo" (2018).

POLÔNIA: Uma personagem lésbica de **DOIS IRMÃOS – UMA JORNADA FANTÁSTICA** teve sua sexualidade apagada no lançamento polonês (2020).

RÚSSIA: O Distributor Central Partnership cortou cenas de sexo gay de **ROCKETMAN** para acatar às leis locais (2019).

EMIRADOS ÁRABES UNIDOS: A comédia romântica indiana gay **SHUBH MANGAL ZYADA SAAVDHAN** foi proibida (2020).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA: A Rede de Televisão Pública do Alabama recusou-se a transmitir o episódio "Sr. Ratburn e Alguém Especial" ("Mr. Ratburn and the Special Someone") da série **ARTHUR** (2019) devido à representação do casamento

14% DE TODOS OS CASOS DE CENSURA FORAM RELACIONADOS AO **TEATRO**

11% DE TODOS OS
CASOS DE CENSURA
FORAM RELACIONADOS
À **MÚSICA**

MÚSICOS VISADOS

devido à orientação sexual e identidade e expressão de gênero ou pelo apoio aberto a pessoas LGBTI:

Estrela pop americana **P!NK**

Cantor bósnio **BOŽO VREĆO**

Cantora francesa **HOSHI**

Músico de Hong Kong **DENIS HO**

Banda libanesa
MASHROU' LEILA

Banda lituana **SKAMP**

Músicos da Tanzânia
RAYVANNY and
DIAMOND PLATNUMZ

FREQUENTADORES DE SHOWS

sofreram consequências por agitar bandeiras do arco-íris:

MASHROU' LEILA · Egito · 2017

LADY GAGA · China · 2018

FESTIVAL EUROVISÃO DA CANÇÃO (EUROVISION SONG CONTEST)

transmissão interrompida devido à iconografia no palco principal e performances consideradas de apoio a grupos LGBTI:

CHINA **POLÔNIA** **PERU**

2018

2020

2018





CAPÍTULO 2: VOZES DE ARTISTAS



Linn da Quebrada
Créditos: Marie Rouge

LINN DA QUEBRADA

“Parto da minha experiência, do meu corpo e da minha história. Mas estou discutindo corpos. Todos nós temos corpos e todos os nossos relacionamentos se cruzam. É sobre isso que me pergunto, é isso que eu questiono no meu trabalho.”

Linn da Quebrada, entrevista à Freemuse, 20 de agosto de 2019

Linn da Quebrada é uma performer e música transexual brasileira que produz arte com o objetivo de tocar a todos. Por causa de sua luta não convencional contra as normas impostas sobre gênero e sexualidade, é frequentemente chamada de “terrorista de gênero”. Seu nome artístico é um trocadilho, ‘Linn da’ para ‘linda’ e Quebrada —avariada. Quebrada também é uma gíria dos subúrbios brasileiros, oprimidos pela pobreza e pelo crime. “Linda Quebrada” é como essa trans representa a vida de pessoas lgbtqia+, negras e das pessoas ‘quebradas’ das favelas de São Paulo.

O filme biográfico sobre a juventude de Linn, Bixa Travesty, explora como o corpo trans feminino se torna um meio de expressão política no espaço público e privado. É um dos temas que trabalha continuamente em sua arte. Bixa Travesty ganhou o Teddy Award de melhor documentário na Berlinale (Festival de Cinema de Berlim) em 2018.

Como pessoa trans, Linn luta constantemente para explorar sua própria feminilidade.

“Parto da minha experiência, do meu corpo e da minha história. Mas estou discutindo corpos. Todos nós temos corpos e todos os nossos relacionamentos se cruzam. É sobre isso que penso, é isso que questiono no meu trabalho.”

Linn da Quebrada, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019

Através da música, Linn combate o racismo e a transfobia e conta sua própria história. Em seus shows, grupos ativistas se reúnem e se manifestam contra o assassinato de mulheres

transexuais e de travestis, um problema que cresce vertiginosamente no Brasil.

Apesar da enorme energia e dedicação, ela enfrenta dificuldades para acessar espaços públicos – incluindo espaços LGBTQIA+. Acredita que isso se deve à sua forma provocadora de se expressar. Em 2019, não teve permissão para se apresentar na Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa, Paraíba. Linn afirmou que após negociações com os organizadores do desfile e da Fundação Cultural de João Pessoa, foi decidido que a sua atuação seria cancelada porque “ela representa um corpo político”.

Linn é considerada um ícone na comunidade trans, mas não gosta de ser vista como uma imagem estática e sim dinâmica, em constante movimento. Aplica essa abordagem a tudo que faz. Em vez de reclamar da posição de pessoas LGBT no Brasil, faz o possível para enfrentar o problema.

“Tenho tentado reduzir expectativas e construir estratégias para me manter viva e continuar o que já estou fazendo. São nossas ações que os levaram [autoridades públicas e grupos de extrema direita] a nos ameaçar e atacar”.

Linn da Quebrada, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019

Ela quer maior proteção para pessoas LGBTI no Brasil: “Minha principal estratégia é ficar no presente e acessar o máximo de informações possíveis, para saber do que estou falando. Quero fortalecer meu apoio à comunidade, para nos proteger e nos manter vivos, sempre avançando”.

POPO FAN

“Eu me considero um artista queer. A razão disso é porque são raros os artistas assumidamente queer na China. Se fosse uma tendência na China, eu não necessariamente usaria este nome, mas porque é um tabu, eu uso”.

Popo Fan, entrevista à *Freemuse*, 20 de agosto de 2019

A censura à arte com tema LGBTI é um lugar comum na China—uma dura realidade que o cineasta e ativista Popo Fan vivenciou por experiência própria.

Depois que seu documentário *Mama Rainbow* (Mãe Arco-íris) de 2012 desapareceu das principais plataformas de streaming on-line em 2014, Popo Fan tentou chegar ao fundo do que havia acontecido. Os sites de streaming chineses alegaram que o retiraram atendendo ao pedido da Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão (SAPPRFT). Indo além, descobriu que a SAPPRFT não havia ordenado a remoção do filme.

Para verificar o que exatamente havia acontecido, Popo entrou com uma ação e o tribunal concluiu que a SAPPRFT não havia divulgado nenhum documento pedindo a retirada de *Mama Rainbow*. A decisão foi reconhecida como uma vitória para Popo Fan, mas seu documentário não reapareceu nas plataformas de streaming. Mesmo assim, o artista espera que seu caso tenha servido como catalisador, inspirando mais pessoas a enfrentar a SAPPRFT.

Os filmes de Popo Fan têm como tema o casamento entre pessoas do mesmo sexo, pessoas trans e feminismo. Seu trabalho também se concentra em explorar a aceitação familiar de pessoas LGBTI, ou a falta dela. Sua trilogia composta pelos filmes *Chinese Closet* (Armário Chinês), *Mama Rainbow* e *Papa Rainbow* (Papai Arco-íris) focaliza as famílias LGBTI na China.

Além da produção de filmes, Popo Fan trabalhou para a visibilidade LGBTI organizando o Festival de Cinema Queer de Pequim por mais de uma década e fundou o Queer University Video Training Camp (Acampamento de Treinamento de Vídeo Universitário Queer).

Embora Popo Fan tenha vencido a ação judicial contra os censores de conteúdo LGBTI, afirma que isso provocou o ataque a seus eventos e atividades e que “a partir de 2016, eu mesmo fui alvo. Algumas oportunidades de exibição off-line se fecharam para mim”. Por estar no radar das autoridades, tornou-se cada vez mais difícil exibir seus filmes off-line.

“Quando meu filme foi exibido no Festival de Cinema Independente de Pequim, o organizador abriu um espaço para ele, mas então as autoridades vieram e cortaram a energia. Depois disso, os organizadores encontraram lugares alternativos menores e ele foi exibido ao longo de algumas semanas. Mas as autoridades ainda conseguiram descobrir algumas dessas projeções e interferiram novamente”.

Popo Fan, entrevista à *Freemuse*, 20 de agosto de 2019

Depois de terminar o documentário *Mama Rainbow* com a cooperação de seis mães de pessoas LGBTI, Popo Fan começou a trabalhar em seu documentário homólogo *Papa Rainbow*, que foi lançado em 2016. Neste documentário, ele trabalhou com seis pais. Recorda que teve dúvidas em trabalhar com homens heterossexuais no início, mas viu que estava errado depois



Popo Fan (à esquerda) e Matthias Delvaux filmando Floss

Créditos: Yuan Yuan

de conhecer os pais chineses documentados, pois se revelaram muito mais abertos do que esperava.

Trabalhando com ONGs e institutos culturais, Popo Fan viajou pela China e exibiu seus filmes em cinemas independentes, galerias e centros comunitários. Porém, com a dificuldades de exibir seus filmes após a vitória da ação de

2015, decidiu deixar a China. Afirmou: “Saí em 2017, principalmente para buscar liberdade e procurando mais recursos para trabalhar com arte”.

Desde que se mudou para Berlim, Popo Fan participou do Berlinale Talents 2017 e foi membro do júri do Teddy Award em 2019.



Chibuihe Obi
Créditos: cortesia do artista

CHIBUIHE OBI

“O motivo pelo qual não pude escrever naquele pedaço de papel naquela noite foi o seguinte: não havia público para o tipo de narrativa que estava prestes a tecer – uma narrativa em que o corpo queer é documentado como injustiçado, como merecedor de justiça.”

Chibuihe Obi, entrevista à *Freemuse*, 12 de setembro de 2019

Em 17 de maio de 2017, o escritor queer nigeriano Chibuihe Obi publicou o ensaio *We're Queer, We're Here* (Somos queer, Estamos Aqui) sobre a homofobia que vivenciou na Nigéria. Duas semanas depois, foi sequestrado.

Em seu ensaio, Obi descreve como o corpo queer nunca é retratado na literatura nigeriana com dignidade e respeito.

“O motivo pelo qual não consegui escrever naquele pedaço de papel naquela noite foi o seguinte: não havia público para o tipo de narrativa que estava prestes a tecer – uma narrativa onde o corpo queer é documentado como injustiçado, como merecedor de justiça ... Nossa escola era uma comunidade segura onde, como em todas as partes deste país, a narrativa dominante sobre gays era e ainda é negativa. Gays são monstros, bestas a serem exterminadas de qualquer forma bruta”.

Chibuihe Obi, entrevista à *Freemuse*, 12 de setembro de 2019

Obi acredita que seu sequestro foi diretamente relacionado a este ensaio. Retirado de um espaço público por pessoas desconhecidas, foi arrastado para dentro de um carro e mantido em cativeiro por três dias. Durante esse tempo, foi interrogado sobre uma série de assuntos, incluindo sua produção literária e afirma: “Fui agredido fisicamente enquanto [estava] refém, mas acredito que a intenção deles era me assustar a ponto de me calar”.

Ironicamente, permanecer calado é algo a que Obi explicitamente se recusa em seu ensaio.

“Alguns destroçaram nosso trabalho de uma maneira selvagem e cruel na tentativa de silenciar a voz queer. Mas nós nos recusamos a ser silenciados. Recusamos a invisibilidade. [...] Mas, finalmente, estamos aqui”.

Na Nigéria, não há proteção legal para pessoas LGBTI e parece que o governo indiretamente dá aos cidadãos o poder de atacá-los. O próprio Obi passou por isso. “Essas pessoas eram pessoas comuns. Não há legitimidade nessa violência. Uma coisa é ser processado pelo governo, outra é ser levado por uma gangue criminosa”.

Além da violência física, Obi já havia sofrido outras formas de violência.

“Pois procurar a si mesmo na literatura e não se encontrar ou encontrar-se perpetuamente distorcido, marginalizado e desprezado também é violência, um tipo diferente de violência. A cena literária da Nigéria não tem sido justa com o corpo queer ... Existem buracos e lacunas, até crateras, que ninguém está disposto a fechar”.

Chibuihe Obi, entrevista à *Freemuse*, 12 de setembro de 2019

Com o objetivo de fechar essa lacuna, lançou a revista *Kabaka* – um espaço para escritores queer—com o poeta Romeo Oriogun, em 2016. Fizeram isso depois de serem rejeitados por várias revistas, não pela qualidade de seu trabalho, mas por causa das questões que estavam explorando.

SRIDHAR RANGAYAN

“Precisamos contar nossas histórias para o mundo; precisamos dizer que existimos.”

Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019

Sridhar Rangayan é um cineasta indiano que vem transformando experiências LGBTI em filmes há quase 20 anos. Ao longo desse período, seus filmes ilustram a mudança no cenário da Índia, incluindo a percepção e reação a histórias e pessoas LGBTI antes e depois da descriminalização da homossexualidade em 2018.

Seu primeiro filme queer *Pink Mirror* (Espelho Rosa), lançado em 2003, traz a história de transexuais indianos. O filme foi proibido pela censura estatal que o considerou “ofensivo e vulgar”. Apesar das várias tentativas da equipe de filmagem de contestar a proibição, o filme continua proibido na Índia.

Rangayan teve uma experiência totalmente diferente com seu último longa-metragem, *Em Margens Opostas do Rio* (*Evening Shadows*), lançado em 2018. O filme conta a história da relação entre uma mãe e seu filho que se assume gay. O diretor achou extremamente encorajador a forma como os pais de pessoas LGBTI abraçaram o filme. Apesar do regulamento do Conselho Central de Certificação de Filmes que diz que qualquer filme que mencione homossexualidade deva ser classificado como conteúdo ‘adulto’, *Em Margens Opostas do Rio* foi classificado como ‘livre’.

Os quinze anos entre esses dois filmes trouxeram muitas mudanças para o cinema LGBTI na Índia.

“Embora a mudança na atitude da comissão de censura em relação aos filmes sobre homossexualidade seja irrisória, é a perspectiva do público em geral em relação a esses filmes que mudou dramaticamente”. O cineasta

lembra como em 2003 as pessoas hesitavam em assistir a um filme que girasse totalmente em torno da homossexualidade, mas hoje estão mais abertas para esse tipo de conteúdo.

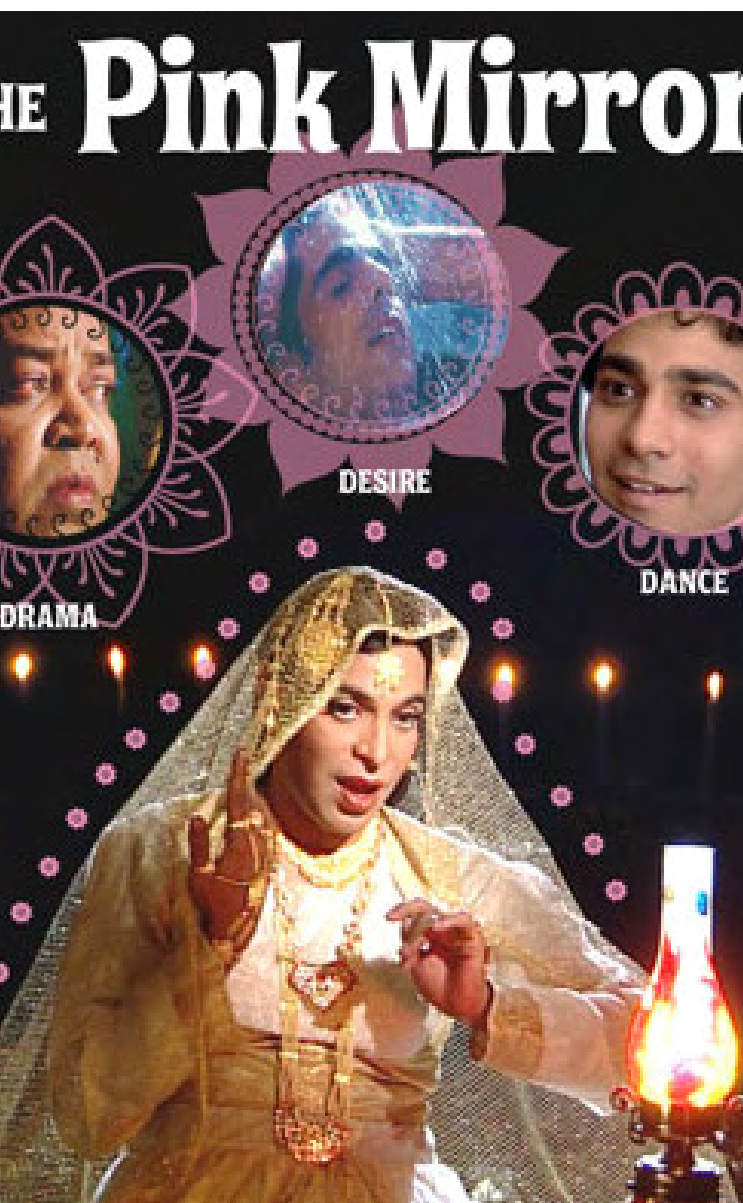
No passado, também tinham muita dificuldade para encontrar um ator que fizesse o papel de homem gay, especialmente como personagem principal.

“Agora os atores não são tão tímidos quando se trata de interpretar personagens gays ou lésbicas, embora ainda hesitem quando se trata de beijar ou fazer uma cena íntima”.

Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019

O documentário de Rangayan *Libertando-se* (*Breaking Free*, 2015) desafia a Seção 377 do Código Penal da Índia de 1860, que criminalizava a homossexualidade ao classificar as atividades sexuais entre pessoas do mesmo sexo como “contra a ordem da natureza”. O filme destaca os problemas que a lei representou para a comunidade e a luta de defensores e ativistas para revogá-la. Apesar do tema, *Libertando-se* recebeu o Prêmio Nacional de Melhor Edição do governo indiano em 2016.

Rangayan também é o fundador e diretor do Festival Internacional KASHISH Mumbai do Filme Queer, o primeiro festival queer a receber a aprovação do Ministério da Informação e Comunicação. Rangayan lembra que, em 2010, quando o festival foi lançado, enfrentaram desafios para garantir financiamento ou salas de projeção, mas, com o passar do tempo, o festival KASHISH conseguiu entrar nos cinemas convencionais com filmes queer.



(E-D) Cartaz dos filmes Pink Mirror (Espelho Rosa) e Breaking Free (Libertando-se)

Créditos: Cortesia do artista

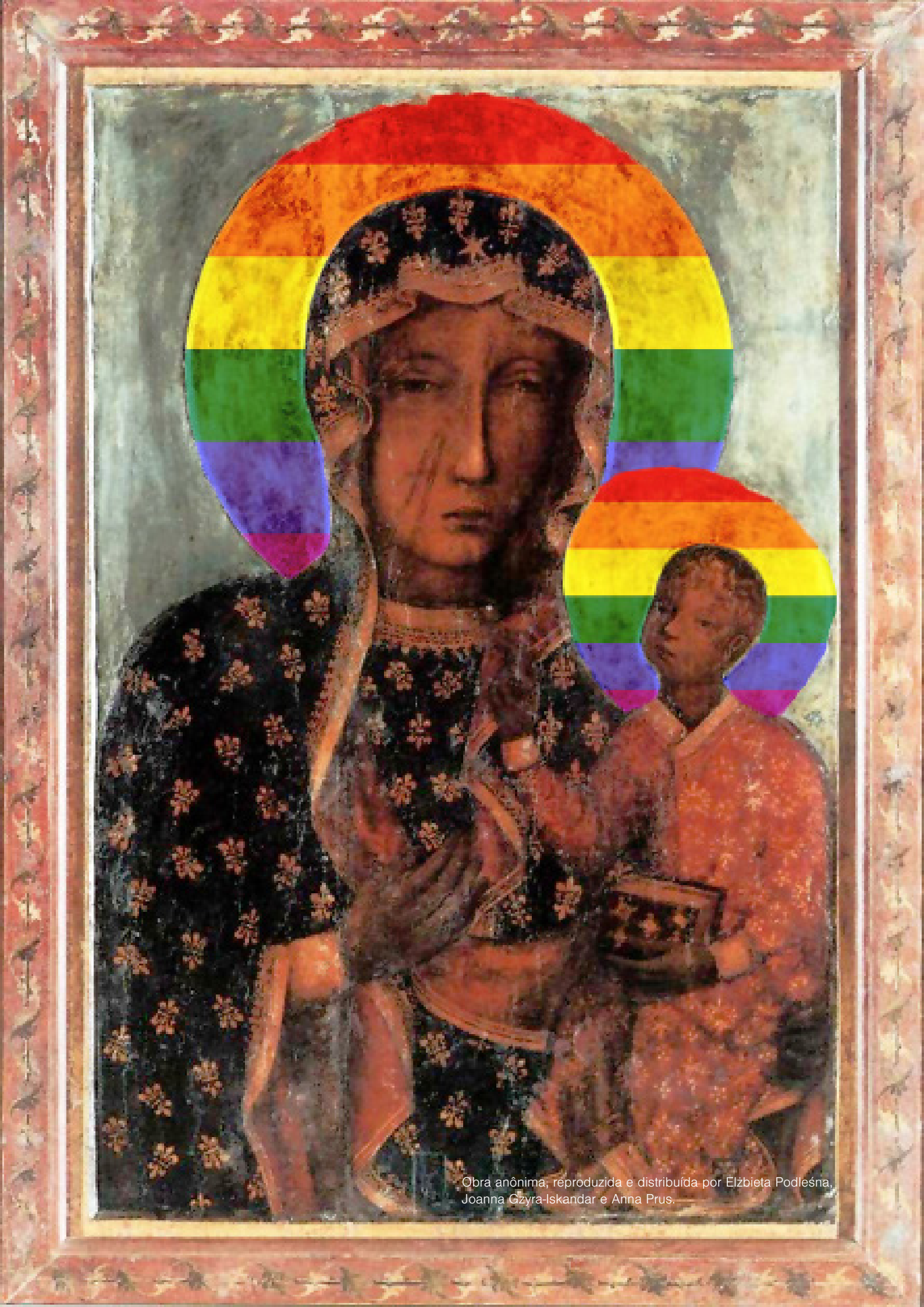
“Agora, finalmente, a Seção 377 foi revista e abriu as portas não apenas para a liberdade pessoal, mas também para expressões artísticas. Mais e mais eventos, filmes e livros LGBTI estão sendo produzidos. A Índia está explodindo com as cores do arco-íris. No entanto, o financiamento de filmes ainda é um grande desafio, já que a indústria hesita em investir em temas LGBTI”.

Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse, de agosto de 2019

Rangayan acredita que ainda há um longo caminho pela frente. “O estigma e a discriminação estão tão enraizados na sociedade devido a séculos de pregação errônea, que levará algum tempo para que as portas do armário sejam finalmente escancaradas”.



OFFICIAL SELECTION at more than 22 international film festivals in USA, UK, Canada, China, Indonesia, Germany, Austria, Czech Republic, Philippines, South Africa & India



Obra anônima, reproduzida e distribuída por Elzbieta Podleśna, Joanna Gzyra-Iskandar e Anna Prus.

ELŻBIETA PODLEŚNA

Os direitos das pessoas LGBTI na Polônia diminuíram na última década. A ativista LGBTI e feminista Elżbieta Podleśna disse à Freemuse que os defensores dos direitos LGBTI enfrentam um medo desproporcional em seu país. Medo de ataque, detenção e prisão, porque de acordo com Podleśna, “na Polônia você pode ir para a cadeia por lutar pela igualdade”.

Podleśna compartilhou que seus concidadãos têm medo de discutir publicamente os direitos LGBTI ou interferir no domínio da igreja. Muitos acreditam que, para ganhar as eleições, é necessário pôr de lado a agenda de direitos humanos.

“A sociedade não está pronta para igualdade e feminismo e devemos adaptar nossas ações à essa sociedade ‘sem prontidão’”.

Elżbieta Podleśna, entrevista à Freemuse, 12 de julho de 2019

Apesar das possíveis consequências, ela optou por falar abertamente, reivindicando um melhor status para as pessoas LGBTI e defendendo a não discriminação. Podleśna diz que ela é apenas uma entre muitos ativistas poloneses que se esforçam para alcançar a igualdade de direitos para a comunidade LGBTI. No caso dela, porém, o ativismo teve seu preço.

Em 2019, Podleśna foi presa por causa de um pôster da Virgem Maria com o halo pintado com as cores da bandeira do arco-íris (simbolizando a comunidade LGBTI) que apareceu na cidade de Płock no final de abril. O pôster ficou conhecido como *Rainbow Madonna* (Madona do Arco-íris). Antes da prisão, as autoridades policiais revistaram sua casa e confiscaram um laptop, o telefone celular e cartões de memória. Foi detida por várias horas sob alegações de “ofender crenças religiosas”. Embora, em julho de 2019, um tribunal em Płock tenha decidido que sua detenção era injustificada, o juiz ainda argumentou que o processo era legal.

Em 29 de junho de 2020, Podleśna foi oficialmente acusada perante o Tribunal Regional de Płock nos termos do Artigo 196 do Código Penal por “insultar publicamente objeto de culto religioso”. Embora as organizações de direitos humanos argumentem que “ter, criar ou distribuir pôsteres como os que representam a Virgem Maria com um halo nas cores do arco-íris não deveria ser um crime”, ela enfrenta dois anos de prisão.

Esta ativista, que teve que passar pelo constrangimento de ver pessoas que conheciam seu trabalho evitarem falar com ela em público, lembra que, durante uma marcha do Orgulho LGBT de Varsóvia, alguns participantes seguravam uma foto da Madona do Arco-íris e eram criticados por outros. Argumentos como “você deve suavizar seu trabalho” vinham, supõe-se, de pessoas com ideias semelhantes.

Esta não é a única batalha legal que Podleśna está enfrentando. Ela é uma das dez pessoas acusadas de atacar um jornalista pró-regime, após o assassinato do prefeito de Gdansk Paweł Adamowicz—conhecido pelas críticas contra a liderança conservadora da Polônia—em janeiro de 2019. Embora o jornalista não queira prosseguir com a queixa-crime, o Ministério Público não desiste, apesar das investigações iniciais terem demonstrado que não havia fundamento para a acusação.

Como resultado da difamação, Podleśna pediu demissão de seu emprego em um hospital estadual, devido a constantes pressões e acusações de que não estaria apta para trabalhar em uma instituição pública de saúde. Ironicamente, ela recebeu seu certificado de 15 anos de bons serviços após a demissão.

SARAH HEGAZI

“Meus irmãos: tentei sobreviver, mas falhei. Perdoem-me. Meus amigos: as minhas experiências têm sido cruéis e sou fraca demais para resistir. Perdoem-me. Mundo: você tem sido extremamente cruel, mas eu perdoo.”

Carta de despedida de Sarah Hegazi, CNN, 17 de junho de 2020

Em 22 de setembro de 2017, a escritora socialista e ativista egípcia Sarah Hegazi ondeou uma bandeira do arco-íris que simboliza a força e o orgulho da comunidade LGBTI durante um show no Cairo. O que aconteceu depois é uma história de tortura, depressão e isolamento em um país estrangeiro.

Após o show da banda libanesa de rock indie Mashrou 'Leila (cujo vocalista Hamed Sinno é abertamente gay), Hegazi foi presa por exibir a bandeira do arco-íris. Ela descreveu a prisão em um ensaio publicado em setembro de 2018.

*“O policial me vendou no carro e me levou a um lugar que eu não tinha como reconhecer. Fizeram-me descer uma escada, sem saber onde me levariam. Apenas o som da voz de um homem dizendo ‘Leve-a para al basha’, um cheiro nojento e o som de pessoas gemendo de dor. Fiquei sentada em uma cadeira com minhas mãos amarradas e um pedaço de pano na minha boca por razões que eu não conseguia entender. Não pude ver ninguém e ninguém falou comigo. Pouco depois, meu corpo teve uma convulsão e perdi a consciência por não sei quanto tempo”.**

Logo após este show, a comunidade LGBTI do Egito passou a enfrentar repressões, a banda Mashrou 'Leila foi proibida de se apresentar no país, enquanto o Conselho Supremo de Regulamentação da Mídia ordenou um apagão na mídia de qualquer forma de apoio à comunidade LGBTI, chamando a homossexualidade de “doença vergonhosa”. Mais de 70 espectadores foram presos e dezenas julgados por “incitação à imoralidade”.

Sarah Hegazi enfrentou acusações de crime contra a segurança nacional. Após sua prisão,

ficou três meses em detenção, durante os quais foi abusada sexualmente, torturada com choques elétricos e mantida em uma solitária, o que teve impacto significativo no seu bem-estar. “Mesmo depois de ser libertada, ainda tinha medo de todos, da minha família, dos amigos e da rua. O medo passou a me dominar”.

O medo de ser presa novamente acabou forçando-a a deixar o país. Embora tenha escapado da violência do estado egípcio, o estresse pós-traumático, a depressão e o isolamento continuaram. Durante seu asilo no Canadá, ela ainda passava por medo, alienação e isolamento, tentativas de suicídio e problemas de memória. Nesse ínterim, sua mãe faleceu.

Em 14 de junho de 2020, Sarah Hegazy cometeu suicídio.

Sua morte entristeceu a comunidade LGBTI e seus aliados. Hamed Sinno escreveu uma música dedicada a ela.

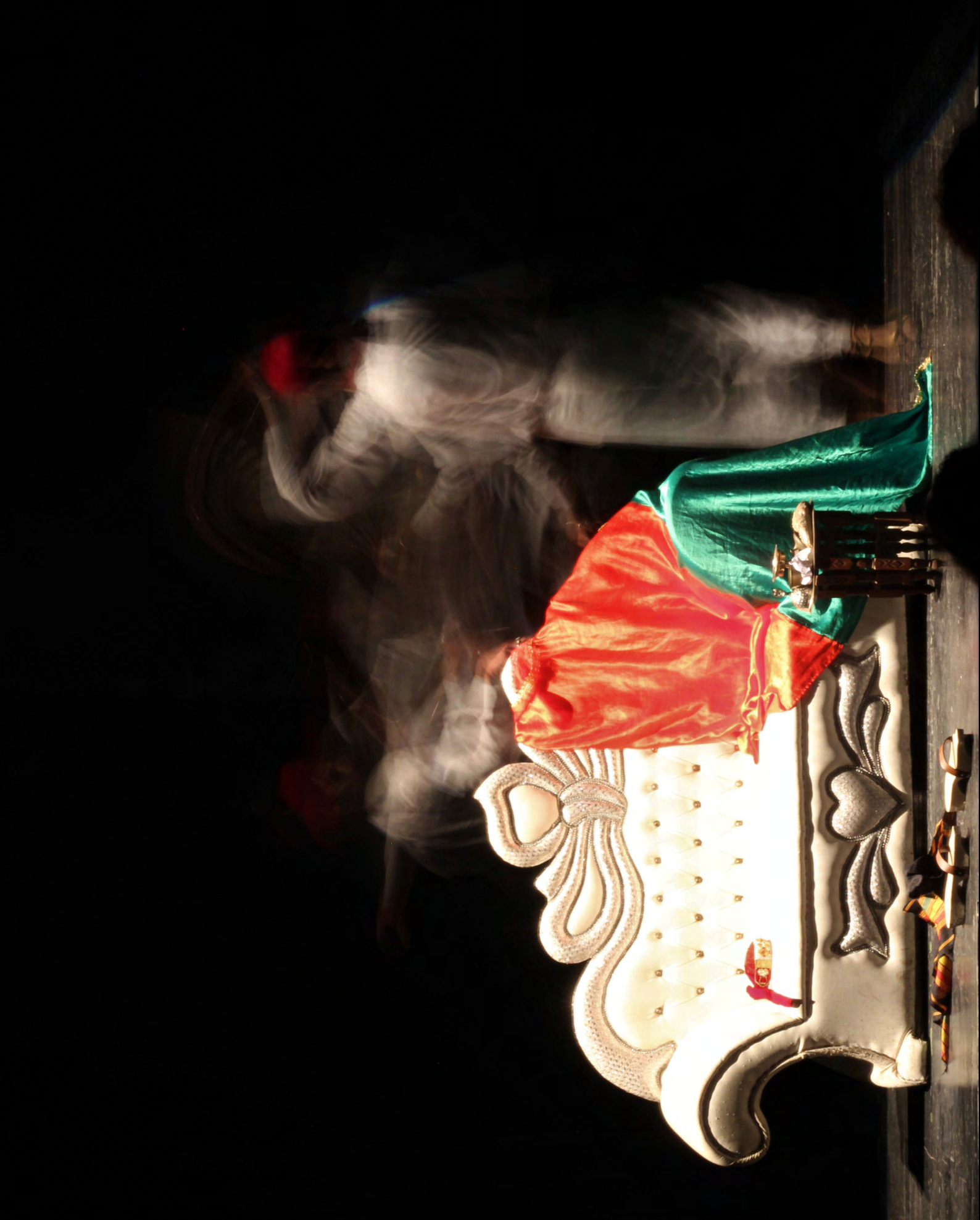
“Pensar que alguém consegue deixar pra trás uma sociedade que fica tentando matá-la, e mesmo assim levar essa sociedade dentro de si e acabar tirando a própria vida, me arrepia até os ossos quando reflito sobre meu próprio exílio e sobre o exílio das pessoas que amo. Passamos a primeira parte de nossas vidas lutando pelo ar que respiramos em nossa terra natal e depois partimos para países onde temos a promessa de podermos respirar, só para descobrir que nossos pulmões foram roubados.”

Hamed Sinno, @hamed.sinno Instagram, 2020

*O ensaio de Sarah Hegazi foi publicado originalmente em setembro de 2018 em árabe no Mada Masr. O portal publicou uma tradução para o inglês em junho de 2020.



Sarah Hegazi
Créditos: Imagem cedida



Fotografia da Tanzânia Mawjoudin Queer Film Festival
(Festival de Cinema Queer Mawjoudin)

Créditos: Imagem cedida



3

CAPÍTULO 3: LIBERDADE DE EXPRESSÃO PARA PESSOAS LGBTI E O ATUAL
QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO

Discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero

“A Comissão de Ministros do Conselho Europeu recomenda que os estados-membros garantam a adoção de medidas legislativas, entre outras, que sejam efetivamente implementadas para combater a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, para promover o respeito pelos direitos humanos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais e para estabelecer a tolerância em relação a estas pessoas”

Recomendação CM/Rec(2010)5 da Comissão de Ministros aos estados-membros sobre medidas de combate à discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. **Primeiro documento internacional clamando por ações contra a discriminação com base em SOGIESC.**

A pesquisa da Freemuse apontou que muitos artistas são discriminados por causa de sua orientação sexual real ou percebida, identidade e expressão de gênero e características sexuais (SOGIESC). São frequentemente expostos a expressões homofóbicas e transfóbicas, discriminação, violência e outros atos repressivos por parte de setores estatais e não estatais. Embora os problemas que artistas LGBTI enfrentam espelhem os vivenciados por pessoas LGBTI, a pesquisa sugere que artistas LGBTI enfrentam uma discriminação ainda maior principalmente devido à natureza pública da profissão.

Apesar da luta de décadas para eliminar a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, pessoas LGBTI em diferentes sistemas jurídicos, políticos, sociais e culturais ainda enfrentam tratamento desigual da sociedade, instituições do Estado, autoridades religiosas, familiares e amigos. A falta de aceitação de pessoas LGBTI em espaços públicos varia de acordo com o nível de conformidade da legislação nacional e sua implementação de acordo

com padrões internacionais, bem como a abertura da sociedade para a aceitação de diferentes orientações sexuais e expressões de gênero não binárias.

Em países onde a homossexualidade ainda é criminalizada, pessoas LGBTI são frequentemente expostas a um alto grau de crueldade e agressão, manifesto através de assassinatos, ataques físicos, detenções arbitrárias, ameaças de morte e violência. Como o preconceito baseado em SOGIESC é frequentemente o principal motivo para esses ataques violentos, o direito internacional na área de direitos humanos classifica esses ataques como crimes de ódio.

Os entrevistados da Freemuse apontam que os perpetradores de tais crimes vêm de setores estatais e não estatais - indivíduos isolados, bem como grupos com tendências nacionalistas, conservadoras, extremistas e fundamentalistas. Alegaram ainda que em países onde a homossexualidade é criminalizada, as pessoas LGBTI relutam em denunciar ataques por medo de mais perseguições por parte das autoridades públicas.



Isso é especialmente comum em países onde a polícia é instruída a invadir reuniões de pessoas LGBTI, incluindo as realizadas em residências particulares. Se forem presas pelas autoridades, as pessoas LGBTI enfrentam processos e punições. Essas punições vão desde chicoteamento público, sentenças severas de prisão até a pena de morte. Também podem estar sujeitas a exames médicos forçados, incluindo exames anuais ou terapia de “conversão”.

Relatos de crimes de ódio também foram documentados em países onde a homossexualidade é legal. Em alguns casos, especialmente em áreas rurais, as autoridades públicas não fornecem proteção adequada às pessoas LGBTI. Em outros casos, esses ataques não são denunciados devido à falta de confiança na polícia. Observadores dizem que a polícia frequentemente reforça atitudes homofóbicas na forma como conduz investigações e no tratamento das vítimas de crimes de ódio. Pessoas LGBTI também enfrentam discriminação no emprego, na saúde e na educação, por exemplo. O medo da falta de aprovação, seja na vida pública ou privada, pode fazer com que muitas pessoas LGBTI optem por manter sua identidade escondida ou revelada apenas em pequenos círculos

de amigos próximos e apoiadores. Somando intimidações e assédios, a vida nessas condições pode causar depressão e ansiedade, podendo levar a tendências suicidas.

Pessoas LGBTI podem se tornar alvos de ataques por várias razões, determinadas principalmente pelo contexto do país em que vivem. No entanto, o estudo do Conselho Europeu de 2011, abordando a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, enfatizou que a criminalização e a classificação médica são fundamentais para entender as raízes da intolerância globalmente disseminada contra pessoas LGBTI.

A relação sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo foi criminalizada em muitos países durante a maior parte do século 20, criando um grande estigma para as comunidades LGBTI. Essas práticas legais são herdadas principalmente do sistema britânico e outros sistemas coloniais de justiça ou podem ter origem na lei islâmica (Sharia). Foram aplicados esforços generalizados para descriminalizar a homossexualidade na segunda metade do século 20 e hoje a homossexualidade está descriminalizada em 123 estados-membros das Nações

Unidas (ONU). No entanto, 70 países ainda criminalizam todas as relações entre pessoas do mesmo sexo (44) ou atos sexuais especificamente entre homens (26). De acordo com o relatório de 2019 da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA World), a homossexualidade é passível de punição com prisão perpétua em cinco países (Barbados, Guiana, Tanzânia, Uganda, Zâmbia), enquanto em outros 11 está sujeita à pena de morte (Afeganistão, Irã, Mauritânia, Nigéria, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Somália, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Iêmen).

Foi particularmente prejudicial o impacto da classificação da homossexualidade pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1948 como “desvio sexual que presumidamente reflete transtorno de personalidade subjacente.” A homossexualidade foi classificada como “transtorno mental” até 1990, quando a OMS a retirou de sua Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID). O tratamento de pessoas trans tem sido ainda mais deletério. A OMS parou de tratar a não-binariedade de gênero

como “transtorno mental” só em maio de 2019. No entanto, apesar dessas alterações cruciais nas classificações médicas, homossexualidade e transgeneridade ainda são amplamente referidos como doenças em muitos livros escolares, reforçando estereótipos negativos sobre pessoas LGBTI desde cedo.

Esses dois fatores não são os únicos que alimentam a homofobia e transfobia fortemente enraizadas. Ao longo da história, o impacto das elites políticas conservadoras, bem como de dogmas religiosos—que defendem a heteronormatividade—também têm sido fatores cruciais. Estes estão ressurgindo hoje como doutrinas populistas importantes, apesar das grandes conquistas na promoção dos direitos LGBTI no âmbito internacional. Esses grupos políticos e religiosos acreditam que alguns direitos humanos, incluindo aqueles pertencentes a pessoas LGBTI, devem ser ajustados às culturas locais que são invariavelmente menos abertas a pessoas LGBTI. A situação é agravada pelo surgimento de organizações não governamentais pró-vida nacionais e transnacionais, que também são fortes adversárias dos grupos de defesa LGBTI. O terreno comum para muitos desses setores políticos conservadores é a



luta contra a chamada “ideologia de gênero” —um termo definido como “uma invenção da direita que intencionalmente deturpa a teoria feminista, queer e de gênero para justificar a discriminação contra mulheres e pessoas LGBTQ.”

A grande mídia, que ao longo de décadas espalhou desinformação sobre orientação sexual e identidade de gênero, bem como preservou conceitos errôneos na esfera pública, também contribuiu significativamente para a hostilidade contra as comunidades LGBTI. A pesquisa da Freemuse indica que tendências semelhantes continuam a ser registradas em vários países na forma como a mídia fala sobre orientação sexual e identidade e expressão de gênero. Reconhecendo o impacto negativo de tais reportagens, organizações da sociedade civil em todo o mundo têm trabalhado em estreita colaboração com as organizações de mídia no fortalecimento de um jornalismo que cubra adequadamente histórias relacionadas a SOGIESC. Apesar de melhorias significativas nas matérias, muitos dos representantes de organizações de direitos humanos com os quais a Freemuse falou, afirmaram que jornalistas ainda têm dificuldade em usar a terminologia adequada, especialmente os pronomes

referentes a pessoas trans e continuam sendo uma grande fonte de discriminação SOGIESC.



Igualdade e não discriminação: princípios fundamentais para proteger pessoas LGBTI

“Deixe-me dizer isso em alto e bom som: lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros têm os mesmos direitos que todas as outras pessoas. Também nascem livres e iguais”.

Ban Ki-moon, ‘Comentário para evento especial sobre Liderança na Luta contra a Homofobia’, 11 de dezembro de 2012

Igualdade e não discriminação são princípios básicos das leis internacionais de direitos humanos. Foram incorporados ao direito internacional desde a adoção em 1948 da **Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)** com o Artigo 1 afirmando que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Esses princípios estão presentes em vários instrumentos legais subsequentes, incluindo o **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP)** e o **Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)**, de 1966. No entanto, orientação sexual e identidade de gênero não são explicitamente mencionadas como motivos de discriminação em nenhum desses documentos. Apesar disso, comentários da própria ONU indicam que estas listas de justificativas infundadas para discriminação não são completas e, embora não conste a orientação sexual e a identidade de gênero, a discriminação por esses motivos é contra o direito internacional.

Além dos instrumentos jurídicos da ONU, a não discriminação foi incorporada em todos os principais tratados regionais de direitos humanos.

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 2: Todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades proclamados na presente Declaração, sem distinção alguma, nomeadamente de raça, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou outra, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação. Além disso, não será feita nenhuma distinção fundada no estatuto político, jurídico ou internacional do país ou do território da naturalidade da pessoa, seja esse país ou território independente, sob tutela, autônomo ou sujeito a alguma limitação de soberania.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Artigo 2 (1): Os Estados partes no presente Pacto comprometem-se a garantir a todos os indivíduos que se encontrem em seu território e que estejam sujeitos à sua jurisdição os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, situação.

Artigo 26: Todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação alguma, à mesma proteção da lei. A este respeito, a legislação deverá proibir qualquer forma de discriminação e garantir a todas as pessoas proteção igual e eficaz contra qualquer discriminação por motivo de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, situação econômica, nascimento ou qualquer outra situação.

Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais

Artigo 2 (2). Os Estados partes no presente Pacto comprometem-se a garantir que os direitos nele enunciados sejam exercidos sem discriminação alguma baseada em motivos de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra opinião, origem nacional ou social, fortuna, nascimento, qualquer outra situação.

Os tratados incluem: **Convenção Europeia dos Direitos Humanos**, **Convenção Americana sobre Direitos Humanos**, **Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos** e a **Carta Árabe dos Direitos Humanos**. Esses documentos também oferecem listas incompletas de motivos proibidos de discriminação, sem mencionar especificamente a orientação sexual e a identidade de gênero. Entretanto, exceto pela Convenção Americana de Direitos Humanos, nenhuma dessas listas é completa.

Em 31 de março de 2010, a Comissão de Ministros do Conselho Europeu adotou o primeiro documento internacional recomendando aos seus estados-membros uma série de medidas destinadas a combater a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero. The following year, on 7 April 2011, the No ano seguinte, em 7 de abril de 2011, o mesmo órgão adotou a Convenção sobre a prevenção e combate à violência contra a mulher e a violência doméstica, introduzindo um primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo para proibir explicitamente a discriminação por motivos de SOGIESC. Paralelamente, o sistema das Nações Unidas também estava trabalhando no sentido de reconhecer a orientação sexual e a identidade de gênero proibidos como motivos de discriminação. Em junho de 2011, o Conselho de Direitos Humanos adotou a Resolução 17/19—Direitos humanos, orientação sexual e identidade de gênero—que foi catalisadora para a condução pelo Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos de um estudo global documentando leis e práticas discriminatórias e atos de violência contra indivíduos com base em sua orientação sexual e identidade de gênero

Quase uma década após essas ações positivas no âmbito internacional, o relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Intersexo (ILGA World) de dezembro de 2019 indica que apenas 11 estados-membros da ONU adotaram disposições constitucionais que protegem os grupos LGBTI contra discriminação por orientação sexual. A proteção mais frequentemente

Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais de 1950

Artigo 14: O gozo dos direitos e liberdades reconhecidos na presente Convenção deve ser assegurado sem quaisquer distinções, tais como as baseadas em sexo, raça, cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, a origem nacional ou social, a origem em uma minoria nacional, a riqueza, o nascimento ou qualquer outra situação.

Convenção Americana sobre Direitos Humanos 1969

Artigo 1: Os Estados partes nesta Convenção comprometem-se a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos de 1981


Artigo 2: Toda a pessoa tem direito ao gozo dos direitos e liberdades reconhecidos e garantidos na presente Carta, sem nenhuma distinção, nomeadamente de raça, de etnia, de cor, de sexo, de língua, de religião, de opinião política ou de qualquer outra opinião, de origem nacional ou social, de fortuna, de nascimento ou de qualquer outra situação.

Carta Árabe dos Direitos Humanos 2004

Artigo 3 (1): Cada Estado Parte da presente Carta compromete-se a garantir a todos os indivíduos dentro do seu território e sujeitos à sua jurisdição o direito de usufruir de todos os direitos e liberdades aqui reconhecidos, sem qualquer distinção em razão de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião, pensamento, origem nacional ou social, propriedade, nascimento ou deficiência física ou mental.

concedida a esses grupos está relacionada a questões de trabalho e emprego em 77 países. Apenas 43 dos 193 estados-membros da ONU têm leis que penalizam atos de incitação ao ódio, discriminação ou violência com base na orientação sexual.

As proteções legais para pessoas transgênero contra atos de discriminação são ainda mais fracas. Legislações nacionais discriminam esse grupo negando-lhes o direito de serem tratados pelo estado de acordo com o gênero que se identificam. A lei concede reconhecimento legal a pessoas não-binárias em apenas dez países (Austrália, Bangladesh, Canadá, Dinamarca,



Alemanha, Índia, Malta, Nepal, Nova Zelândia e Paquistão), dando às pessoas que não se identificam como homens nem mulheres a possibilidade de se identificar como um terceiro gênero. Pessoas que se identificam como opostas ao sexo atribuído no nascimento também são discriminadas e enfrentam inúmeros problemas. Mesmo com a possibilidade de mudar de gênero, as pessoas transgênero não podem obter documentos de identificação baseados exclusivamente na própria autodeterminação em muitos países e, além disso, costumam ser obrigadas a obter um diagnóstico de saúde mental antes da aprovação dos papéis.

Devido à falta de dados disponíveis, é difícil determinar a escala da discriminação contra pessoas LGBTI. Embora muitas organizações monitorem a discriminação direcionada a pessoas LGBTI no âmbito de seus países, pesquisas regionais e globais são relativamente raras. Em maio de 2020, a Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia publicou sua segunda pesquisa regional que mostrou que houve pouco progresso desde 2012—quando a primeira pesquisa foi realizada—em relação ao nível de discriminação e assédio que as pessoas LGBTI na Europa alegam sofrer por causa de sua orientação sexual.

Em outras regiões do mundo, especialmente aquelas que incluem um maior número de

países que onde a homossexualidade é criminalizada, é mais difícil medir a extensão da discriminação, pois as pessoas LGBTI são consideravelmente mais propensas a não expressar publicamente sua orientação sexual. Além disso, sabe-se que autoridades públicas em alguns desses países negam a própria existência de gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros e pessoas não-binárias. O Especialista Independente da ONU sobre proteção contra violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero⁵ publicou em seu relatório de maio de 2018 que os dados dos países onde as pessoas LGBTI sofrem perseguição “não são confiáveis, são assistemáticos e tendenciosos”. Dados fundamentais sobre crimes de ódio, ataques homofóbicos e transfóbicos também são poucos e falhos nesses países, assim como são escassas as informações relativas a processos judiciais que abordam a discriminação e a violência por motivos de SOGIESC.

Liberdade de expressão, associação e reunião para pessoas LGBTI

Liberdade de expressão, associação e reunião são direitos humanos fundamentais, garantidos por todos os instrumentos de direitos humanos. Este corpus de direitos garante pré-condições legais para ativistas, defensores dos direitos humanos e outros grupos se organizarem para defender avanços na proteção jurídica de pessoas LGBTI. No entanto, em muitos países, esses direitos são restritos em maior ou menor extensão. Mesmo em países sem obstáculos legais, pessoas LGBTI muitas vezes não têm visibilidade pública e enfrentam preconceito e agressões.

A história do movimento LGBTI é marcada pela supressão da liberdade de expressão, associação e reunião. Considera-se que o início do movimento mais sistemático pelo reconhecimento desses direitos foi a “Rebelião de Stonewall” de 28 de junho de 1969 na cidade de Nova York, quando pessoas LGBTI protestaram contra o contínuo assédio policial.⁶ Na sequência deste evento, o movimento LGBTI foi fortalecido e iniciou-se a prática de organizar paradas de orgulho. Posteriormente, isso levou à introdução do Dia Internacional da Memória Transgênero em 1999 e do Dia Internacional contra a Homofobia, Transfobia e Bifobia em 2004 (entre muitas outras datas importantes de reconhecimento).

O direito à liberdade de expressão, associação e reunião está sujeito às limitações da lei. No artigo 29 da DUDH, foi estabelecido que limitações aos direitos e liberdades devem ser “determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 19: Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não sofrer interferências pelas suas opiniões e o de buscar, receber e transmitir informações e ideias.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Artigo 19 (2): Toda pessoa tem direito à liberdade de expressão; este direito incluirá a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e ideias de todos os tipos, independentemente de fronteiras, seja oralmente, por escrito ou por impressão, na forma de arte, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E REUNIÃO

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 20 (1): Toda pessoa tem direito à liberdade de reunião e associação pacíficas.

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos

Artigo 21: O direito de reunião pacífica é reconhecido. Nenhuma restrição pode ser colocada no exercício deste direito além das impostas em conformidade com a lei e que são necessárias em uma sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, da proteção da saúde pública ou da moral ou da proteção dos direitos e liberdades de outrem.

Artigo 22 (1): Todos têm direito à liberdade de associação a terceiros, incluindo o direito de formar e filiar-se a sindicatos para a proteção de seus interesses.

e do bem-estar de uma sociedade democrática”. Exigências semelhantes foram prescritas nos **Artigos 19(3), 21 e 22(2) do PIDCP.**

Para serem justificáveis, as restrições à liberdade de expressão, associação e reunião precisam ser “prescritas por lei” e “necessárias em uma sociedade democrática” para demonstrar “respeito

pelos direitos ou reputações de outrem e pela proteção da segurança nacional, ordem pública, saúde pública ou moral”. O teste de proporcionalidade, legalidade e necessidade desenvolve ainda mais argumentos com base na prática jurídica do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH).⁷

No entanto, a análise da Freemuse demonstra que restrições impostas ao exercício de liberdades artísticas relacionadas à liberdade de expressão, associação e reunião não atendem constantemente aos critérios legais. Além disso, aponta que dois grandes obstáculos para desfrutar plenamente desses direitos são a criminalização da homossexualidade e um imenso número de leis geralmente denominadas “leis que proíbem a propaganda homossexual”.

Homossexualidade criminalizada—base legal para a negação dos direitos e liberdades fundamentais de pessoas LGBTI

Diferentes estruturas jurídicas nacionais que criminalizam a relação sexual consensual entre pessoas do mesmo sexo são em geral denominadas “leis de sodomia”. Em alguns

“A discriminação não tem lugar neste mundo. Todos os seres humanos nascem iguais. A homossexualidade é mais uma forma de sexualidade que foi reprimida por anos.”

Ministro do Supremo de Botswana Michael Leburu, *Reuters*, 11 de junho de 2019

países, a formulação dessas definições é vaga, invocando conceitos como “crimes contra a ordem da natureza” ou “moralidade” ou “libertinagem”. Essa prática tem origem em um corpo de leis mais amplo que foi introduzido pela Igreja Católica medieval, com o objetivo de impedir atividades sexuais não reprodutivas, fornicação, masturbação e relações sexuais com animais, por exemplo. Na maioria dos países que estavam sob domínio colonial de potências europeias—principalmente britânica—“leis de sodomia” foram introduzidas nas legislações nacionais durante o século 19 e em alguns desses países já existiam em tempos pré-coloniais. Embora inicialmente não visassem especificamente as pessoas LGBTI, durante o século 20, essas restrições foram muito usadas para punir relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. A homossexualidade também é ilegal em muitos países islâmicos. A jurisprudência islâmica normalmente proíbe a atividade sexual fora do casamento e entre pessoas do mesmo sexo, mas isso não acontece em todos os países islâmicos. Entretanto, as pessoas LGBTI estão sujeitas a punições severas em alguns países que onde a homossexualidade é criminalizada.

A criminalização da homossexualidade constitui a forma mais explícita de discriminação contra as pessoas LGBTI, negando a identidade de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais. Essa interferência no espaço privado em que pessoas LGBTI desfrutam de intimidade viola seu direito à privacidade. Este argumento foi formulado pela primeira vez em 1981 pelo Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) no caso *Dudgeon vs Reino Unido*. O tribunal determinou que, devido à lei que criminaliza

a homossexualidade, o requerente sofreu “uma interferência injustificada no seu direito ao respeito por sua vida privada”.⁸ Da mesma forma, o Comitê de Direitos Humanos da ONU em 1994 decidiu no caso de Toonen vs Austrália que Toonen tinha sido “vítima de uma interferência ilegal ou arbitrária em sua privacidade.”

A criminalização também permite que as autoridades condenem pessoas LGBTI à prisão e detenção arbitrárias. Indivíduos que vão ou presumidamente vão a reuniões LGBTI foram muitas vezes sujeitos à privação da liberdade. No Relatório Anual de 2003 do Grupo de Trabalho da ONU sobre Detenção Arbitrária, a questão da “natureza arbitrária da detenção motivada pela orientação sexual” foi abordada. O Grupo de Trabalho constatou que essas detenções violam os **Artigos 2(1) e 26 do PIDCP** que garantem a igualdade perante a lei e o direito à igual proteção legal contra todas as formas de discriminação, inclusive de “sexo”.

Em países onde a homossexualidade é criminalizada, pessoas LGBTI também estão sujeitas a tortura e outras formas de maus tratos, especialmente quando privadas de liberdade. O Relator Especial da ONU sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, em 2016 ressaltou a ligação clara entre homossexualidade criminalizada e crimes de ódio homofóbicos e transfóbicos, abuso policial, violência comunitária e familiar e estigmatização. No relatório do então Relator Especial Juan Méndez, foi apontado que “a violência contra essas pessoas em locais de

custódia, seja por parte da polícia, outras autoridades policiais, funcionários penitenciários ou outros presos, é comum”.⁹ O fato de que nos 26 países que ainda criminalizam a homossexualidade a pena máxima varia entre dez anos à prisão perpétua aumenta seriamente a possibilidade de pessoas LGBTI encarceradas sofrerem maus-tratos prolongados.

A pena de morte nega o direito à vida das pessoas LGBTI. O **Artigo 6 do PIDCP** exige que a “sentença de morte só possa ser imposta em casos de crimes graves”. Embora não haja um entendimento unificado no âmbito internacional sobre quais crimes constituem “crimes graves”, o Relator Especial da ONU sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias em 1999 considerou que a pena de morte não deveria ser imposta por “ações relacionadas principalmente a valores morais predominantes, como adultério e prostituição, bem como questões de orientação sexual”.

Em alguns países, existem “leis de sodomia” na legislação criminal, mas raramente são invocadas na prática judicial. No entanto, a própria existência dessas leis já viola os padrões internacionais. Em 1994, o Comitê de Direitos Humanos da ONU concluiu, no caso Toonen vs Austrália, que o direito à privacidade e à não discriminação foram violados mesmo se a lei em questão nunca tenha sido aplicada. Além disso, este relatório da Freemuse demonstra como a abolição dessas leis não traz melhorias significativas para o status de pessoas LGBTI, a menos que seguida por medidas políticas

Declaração Universal dos Direitos Humanos

Artigo 9: Ninguém será sujeito a prisão, detenção ou exílio arbitrários.

Artigo 12: Ninguém será sujeito a interferência arbitrária em sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação.

Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos

Artigo 6 (1): Todo ser humano tem o direito inerente à vida. Este direito é protegido por lei. Ninguém será arbitrariamente privado de sua vida.

Artigo 7: Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. Em particular, ninguém deve ser submetido sem seu consentimento livre a experimentação médica ou científica.

Artigo 9 (1): Toda pessoa tem direito à liberdade e à segurança pessoal. Ninguém será sujeito a prisão ou detenção arbitrária.

Artigo 17 (1): Ninguém será sujeito a interferências arbitrárias ou ilegais em sua privacidade, família, casa ou correspondência, nem a ataques ilícitos à sua honra e reputação.

eficazes, incluindo a conscientização.

A homossexualidade criminalizada também está frequentemente associada à falta de proteção para as pessoas LGBTI contra a violência física. Ao criminalizar a homossexualidade, os governos sinalizam sua falta de disposição para garantir proteções legais contra crimes de ódio. Muitos entrevistados da Freemuse comentaram que a criminalização da homossexualidade foi entendida pelo público em geral como um sinal de que violência motivada pelo ódio contra pessoas LGBTI será tratada com impunidade.

A Freemuse também encontrou evidências de que em alguns países a criminalização de atos homossexuais foi usada para suprimir o direito à liberdade de expressão, associação e reunião. Visando a supressão da defesa de avanços de direitos LGBTI, as reuniões públicas relacionadas a SOGIESC são proibidas e os pedidos de registro de organizações LGBTI rejeitados. Isso foi considerado anticonstitucional em vários países onde essa prática existe. Em 2012, a organização Lésbicas, Gays e Bissexuais de Botswana (LEGABIBO) apresentou uma queixa perante o Supremo Tribunal em que contestava a recusa do governo em registrar a organização que defende direitos LGBTI. A agência governamental—o Registro de Empresas—argumentou que o registro da organização seria contra a constituição de Botswana, que proíbe a homossexualidade. O Supremo Tribunal do Botswana determinou que a recusa das autoridades em registrar a organização era “uma violação dos direitos dos requerentes à igual proteção da lei e à liberdade de expressão, associação e reunião”. O tribunal declarou ainda que a lei nacional não criminaliza a homossexualidade em si, nem quem a defende, mas apenas se refere a relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Em 2015, o Supremo Tribunal do Quênia

proferiu uma sentença semelhante em um caso em que a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas apelou da decisão do Conselho de Coordenação de ONGs do Quênia, que se baseou em razões morais para recusar o registro da organização. O Conselho alegou que era contra as disposições do Código Penal, que criminaliza “relações entre pessoas do mesmo sexo”. No entanto, o Supremo Tribunal decidiu que “o Código Penal não criminaliza a homossexualidade, ou o estado de ser homossexual, mas apenas certos atos sexuais ‘contra a ordem da natureza’... Mais importante, o Código Penal não criminaliza o direito de associação de pessoas com base em orientação sexual e não contém qualquer disposição que limite a liberdade de associação das pessoas com base em orientação sexual.”

Ambas as decisões são progressistas e as primeiras desse tipo em seus contextos nacionais. No entanto, embora tenham gerado otimismo entre os ativistas LGBTI, os desenvolvimentos futuros são imprevisíveis. Em 11 de junho de 2019, o Supremo Tribunal do Botswana decidiu a favor da descriminalização da homossexualidade, enquanto em maio de 2019 o Supremo Tribunal do Quênia manteve o código penal que criminaliza a homossexualidade. Mesmo assim, ativistas quenianos anunciaram que continuariam a lutar, esperando que a jurisprudência desenvolvida em outros países se espalhasse por todo o continente.

Restrições legais a expressões públicas sobre homossexualidade

A pesquisa da Freemuse descobriu que a maneira mais explícita de sufocar expressões artísticas relacionadas a vivências LGBTI é por meio de leis que restringem o debate afirmativo sobre orientação

sexual e identidade e expressão de gênero. ILGA World em seu relatório publicado em dezembro de 2019 constatou que pelo menos 35 estados-membros da ONU têm disposições legais que proíbem indivíduos, educadores, artistas e jornalistas de expressarem publicamente “apoio ou relatos positivos de identidades e relacionamentos não heterossexuais”. Embora regulamentações que proíbam ou restrinjam a discussão pública sobre questões LGBTI—em geral chamadas de “leis antipropaganda”—já existam por décadas, a adoção destas tornou-se uma tendência emergente nas últimas duas décadas.

Leis “antipropaganda” existem em países que criminalizam a homossexualidade e naqueles onde ela é legal. Aparecem em diferentes seções dos códigos penais ou por meio de leis e políticas que regulam a mídia, crimes cibernéticos, sistemas educacionais e produção de filmes. Violações desses regulamentos constituem ofensas criminais ou contravenções, o que significa que qualquer pessoa que violar essas leis pode estar sujeita a uma ampla gama de sanções: desde multas financeiras até anos de prisão.

A prática de penalizar expressões públicas relacionadas a questões e experiências LGBTI por meio da legislação penal existe há muito tempo. A pesquisa da ILGA World mostra que existem provisões

legais proibindo o que é entendido como “promoção” da homossexualidade em 28 países, nos quais relações entre pessoas do mesmo sexo são de fato ou de direito criminalizadas.¹⁰ Essas leis referem-se a conteúdo “indecente”, conteúdo contra a “ordem da natureza”, discurso “imoral”, “obscenidade” pública, elementos que “corrompem a moral”, incitação à “devassidão” ou “sodomia” e declarações públicas “ofensivas”. A maioria dessas disposições foram incorporadas às legislações nacionais por governantes coloniais no século 19, mas em vários países foram introduzidas por meio de emendas recentes aos códigos criminais.

Uma das leis mais restritivas desse tipo foi adotada na Nigéria em 2014, a Lei (de Proibição) do Casamento entre o Mesmo

“Você não consegue realizar nada grandioso em uma sociedade onde a liberdade de expressão é proibida. A comunidade LGBTI existirá de qualquer maneira, mas isolada e operando ilegalmente.”

Goran Miletić, Civil Rights Defenders, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019

Sexo. A Seção 5 (2) desta lei declara que a pessoa que “direta ou indiretamente tornar pública as relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo” está cometendo um delito e, portanto, está sujeita à pena de dez anos de prisão. Este relatório da Freemuse mostra que o efeito desta disposição legal sobre liberdades artísticas na Nigéria tem sido particularmente negativo.



As motivações que levam líderes políticos a introduzir essas leis são muitas. A Freemuse observou que, em geral, têm relação com o crescente populismo, extremamente baseado em ideologias conservadoras. Goran Miletic, da Civil Rights Defenders, explica como os promotores dessas leis contam principalmente com benefícios políticos (votos) ao negar direitos a grupos LGBTI, acrescentando: “Quando você começa a suprimir esses grupos, ganha muita popularidade e vira um oportunismo global. É o meio ‘mais barato’ para as autoridades mostrarem seu empenho em ‘consertar as coisas’ no seu país, indo contra grupos que em geral são os mais vulneráveis e não são populares”.

Restrições impostas às mídias tradicionais e digitais

Também estão surgindo legislações nacionais que restringem a liberdade de expressão em relação a questões SOGIESC na gestão da mídia tradicional e on-line. À medida que os países começam a regulamentar as comunicações no espaço digital, simultaneamente começam a introduzir políticas restritivas semelhantes para as discussões on-line sobre homossexualidade, definindo-as como crimes cibernéticos. Pelo menos 15 países adotaram tais leis, principalmente no início do século XXI.¹¹ Em alguns desses países, mais de uma regulamentação foi adotada, cobrindo diferentes formas de discussão pública relacionadas a questões LGBTI. A adoção dessas normas faz parte de uma tendência mais ampla relativa à diminuição do espaço para tais discussões em países onde as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo foram criminalizadas, assim

como onde a homossexualidade é legal, mas as autoridades introduziram medidas restritivas para exercer controle sobre o debate público LGBTI.

Desde 2015, a China adotou várias normas que proíbem a transmissão televisiva e digital de conteúdo com “relações e comportamentos sexuais anormais”. Isso inclui relacionamento entre pessoas do mesmo sexo, além de incesto e violência sexual.¹² No entanto, a pesquisa da Freemuse descobriu que essas restrições estavam por trás das decisões de cancelamento de muitas atividades culturais presenciais relacionadas a pessoas LGBTI. O cineasta chinês Fun Popo disse à Freemuse que, após 2015, algumas instituições culturais hesitaram em apresentar atividades LGBTI por temer possíveis consequências.

Várias políticas restritivas também foram adotadas no Egito, seguindo a repressão aos direitos LGBTI após o Concerto de Mashrou'Leila realizado no Cairo em setembro de 2017. Depois que dois ativistas desfraldaram uma bandeira de arco-íris apoiando abertamente os direitos LGBTI durante o show da banda libanesa, dezenas de frequentadores foram presos e processados. O Supremo Conselho de Regulamentação da Mídia emitiu em seguida uma ordem proibindo todas as formas de apoio às comunidades LGBTI pelos meios de comunicação. A discussão sobre as questões SOGIESC foi ainda mais restringida com a adoção da Lei Anticrime Cibernético em 2018, que pune conteúdo on-line considerado “violador dos princípios e valores familiares defendidos pela sociedade egípcia”.

A pesquisa da Freemuse verificou que as leis e regulamentações oficiais não são os únicos meios através dos quais jornalistas são impedidos de retratar afirmativamente pessoas LGBTI na mídia.

Embora não haja nenhuma lei oficial na Malásia que restrinja reportagens sobre SOGIESC, Faris Saad, vocalista da banda Shh... Diam! disse à Freemuse que, quando trabalhou como jornalista há vários anos, ele e seus colegas receberam diretrizes da liderança para não retratar as pessoas LGBTI de uma forma positiva.


“Não tínhamos permissão para escrever sobre pessoas LGBTI, a menos que fosse uma história negativa, ou houvesse um elemento que estipulava que ‘essa pessoa voltou a um caminho adequado’. Não podíamos usar expressões como ‘esta mulher trans de sucesso’.”

Shh...Diam!, entrevista à Freemuse, 26 de fevereiro de 2020

Shh...Diam!

Créditos: Sshdiam Instagram, 26 de fevereiro de





Além de regulamentar a mídia, disposições que regem a representação de pessoas LGBTI nas indústrias culturais foram recentemente adotadas em pelo menos dois países. Em 2012, o **Conselho de Classificação de Filmes do Quênia** adotou diretrizes que classificaram “promoção ou glamourização do estilo de vida homossexual” como restrito / proibido. Similarmente, foi publicada em 2010 da Lei de Censura de Filmes da Malásia que estipula que os gays podem ser retratados em filmes “desde que se arrependam ou mesmo se tornem heterossexuais no final”. Ao explicar as regras, Mohd Zamberi Abdul Aziz, presidente do Conselho de Censura de Filmes da Malásia, afirmou em julho de 2019 que “qualquer filme com elementos LGBT, seja direta ou indiretamente promovendo ou fazendo propaganda deste elemento, será proibido”.

Restrições nos sistemas educacionais

A Freemuse também observou restrições crescentes ao direito à liberdade de expressão impostas nos sistemas educacionais. Tais medidas estão sendo adotadas sob o pretexto de “proteger” crianças da exposição a informações, que as autoridades afirmam serem prejudiciais ao desenvolvimento infantil. Essas legislações existem principalmente em países onde a homossexualidade é legal. Embora a maioria das leis para evitar

que crianças tenham acesso a informações sobre questões LGBTI tenha sido adotada nas últimas duas décadas, elas já existiam nos EUA e no Reino Unido desde os anos 1980.

Nos Estados Unidos, essas restrições são muitas vezes chamadas de “Leis No Promo Homo” (Não Promoção Homossexual). Aparecem em legislações de educação estaduais que impedem professores de saúde e sexualidade de discutir temas LGBTI de forma positiva. Embora dispositivos legais estipulem que essas políticas devam ser aplicadas às aulas de educação em saúde e sexualidade, na prática elas têm aplicações muito mais amplas, atingindo o conteúdo de outros cursos e atividades extracurriculares. Adotado nos anos 1980 e 1990 dentro de estratégias para prevenir HIV / AIDS, a maioria dessas disposições foram removidas das políticas educacionais em vigor. Entretanto, ainda existem em seis estados—**Alabama**, **Alaska**, Mississippi, Oklahoma, Carolina do Sul e Texas. Algumas dessas disposições estão desatualizadas, como no Texas, que exige que as escolas ensinem que a homossexualidade é crime, embora não seja desde 2003.

A Freemuse também registrou uma tendência alarmante aparecendo em várias partes da Europa Central e Oriental e da Ásia Central, na qual a “proteção” das crianças é promovida como a principal motivação para a adoção de legislação restritiva. Essas leis foram aprovadas em três países—Bielo-Rússia, Lituânia e **Rússia**—enquanto tentativas semelhantes foram registradas ao longo dos últimos seis anos em outros oito países – Armênia, Hungria, Letônia, Moldávia, Polônia,

Turquia e Ucrânia na Europa e Cazaquistão e Quirguistão na Ásia Central.

A primeira dessas leis foi introduzida na Rússia em 29 de junho de 2013, com o objetivo de “proteger crianças de informações que defendem a negação dos valores familiares tradicionais”. Prescreve punições financeiras para indivíduos, tanto russos quanto estrangeiros, bem como organizações que infringirem essas leis. Além disso, organizações podem ser obrigadas a suspender suas atividades por até 90 dias. Restrições semelhantes de acesso de crianças a conteúdo LGBTI foram aprovadas pelo parlamento lituano em 2014, a Lei de Proteção de Menores contra o Efeito Prejudicial da Informação Pública e, na Bielorrússia, em 2017, o Projeto de Lei sobre Proteção de Crianças contra Informações Prejudiciais à Saúde e ao Desenvolvimento.

Devido a definições vagas do que constitui “propaganda da homossexualidade”,

essas leis podem ser usadas amplamente para suprimir qualquer discussão pública sobre questões LGBTI, e não necessariamente aquelas direcionadas a menores. Organizações de direitos humanos também temem o possível enfraquecimento da proteção legal de pessoas LGBTI. Essas legislações podem ter um impacto negativo sobre promotores, fazendo com que parem de abordar adequadamente os crimes de ódio contra pessoas LGBTI, deixando de tratá-los como crimes comuns por medo de serem acusados de disseminar “propaganda” LGBTI. Nos países onde as tentativas de adoção dessas leis não tiveram sucesso, a discussão pública em torno da proibição da “propaganda homossexual” teve um impacto negativo sobre a situação das pessoas LGBTI, abrindo espaço para “discursos negativos e degradantes”.

Conselho de Classificação de Filmes do Quênia, Diretrizes de Classificação, Seção 5 (ii):

Área temática Sexo, obscenidade e nudez restringe: filme, pôster ou programa que retrate, incentive, justifique ou glorifique práticas sexuais pervertidas ou socialmente inaceitáveis, como incesto, pedofilia, homossexualidade ou qualquer forma de pornografia; conteúdo mostrando mulheres como ferramentas de sexo; conteúdo que endosse violência sexual.

Código do Alabama Título 16. Educação § 16-40A-2, c (8)

Os materiais didáticos e as instruções relacionados à educação sexual ou doenças sexualmente transmissíveis devem incluir ... ênfase, de maneira factual e de uma perspectiva de saúde pública, que a homossexualidade não é um estilo de vida aceitável para o público em geral e que a conduta homossexual é um crime sob as leis do estado.

Artigo 6.21 do Código de Violações Administrativas da Federação Russa

“Propaganda” é o ato de disseminar informações a menores com o objetivo de criar atitudes sexuais não tradicionais, tornar atraentes as relações sexuais não tradicionais, igualar o valor social das relações sexuais tradicionais e não tradicionais ou despertar o interesse por essas ações.

Supressão ilegítima da liberdade de expressão com base em “valores tradicionais”

“Ninguém pode invocar a diversidade cultural como desculpa para infringir os direitos humanos garantidos pelo direito internacional ou limitar seu alcance, nem a diversidade cultural pode servir de apoio para a segregação e práticas tradicionais nocivas que, em nome da cultura, procuram santificar as diferenças que vão contra a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.”

“Os Direitos Humanos são ferramentas essenciais para um diálogo intercultural eficaz”, declaração de um grupo de especialistas das Nações Unidas no Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento, 21 de maio de 2010.

A ONU respeita as tradições de alguns países e, como tal, não desaprova sua incorporação em práticas jurídicas. Entretanto, enquanto algumas tradições contribuem para a promoção e proteção dos direitos humanos, outras vão contra os padrões internacionais de direitos humanos e têm efeitos prejudiciais. Quando a Declaração e o Programa de Ação de Viena foram adotados na Conferência de Direitos Humanos em 1993, a ONU reconheceu a importância das “particularidades nacionais e regionais e vários contextos históricos, culturais e religiosos”. Paralelamente, destacou que “é dever dos Estados, independentemente de seus sistemas políticos, econômicos e culturais, promover e proteger todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.¹³

Sendo “altamente subjetivos e dependentes de estruturas de poder da sociedade”, os valores tradicionais podem ser facilmente mal utilizados como ferramenta para a

repressão dos direitos humanos fundamentais. São usados com frequência para “justificar” a negação dos direitos de grupos já marginalizados, que foram historicamente excluídos de posições de poder, para moldar a opinião pública e influenciar os processos de tomada de decisão. Além disso, grupos engajados em campanhas de defesa dos direitos das comunidades LGBTI geralmente são vistos pelas autoridades, bem como por grandes segmentos da sociedade, como aqueles que desafiam as normas estabelecidas. Em algumas sociedades, as estruturas governamentais entendem que orientação sexual e identidade de gênero são uma “invenção ocidental” e não são inerentes às tradições locais. Em outras, direitos LGBTI são negados com base na religião e na tentativa de assegurar noções “tradicionais” de família, além de conceitos binários de orientação sexual e identidade de gênero. Isso é particularmente presente em países com leis que “proíbem a propaganda homossexual”.

Uso indevido da proteção da moral pública

As leis internacionais de direitos humanos reconhecem a proteção da moral pública como base legítima para a restrição da liberdade de expressão. Para ser legítima, tal restrição deve ser submetida ao que se denomina teste tripartite, que verifica se está prevista em lei, se é necessária e proporcional. Entretanto, o exame do uso da moralidade pública para restringir legitimamente a liberdade de expressão muitas vezes revela interpretações bastante subjetivas. Isso normalmente ocorre devido à falta de um consenso global sobre o que constitui uma restrição legítima quando estruturada com base na moralidade pública.

Referindo-se às práticas da CEDH (Convenção Europeia dos Direitos Humanos), a Comissão de Veneza (órgão consultivo do Conselho Europeu composto por especialistas independentes em direito constitucional) argumenta que “o direito à liberdade de expressão para promover o reconhecimento dos direitos das minorias sexuais reduz a margem que o estado tem para avaliar as medidas necessárias para a proteção da moralidade pública”. O aspecto particularmente problemático das leis restritivas na

esfera da liberdade de expressão é que não proíbem o conteúdo sexualmente explícito em si, mas qualquer conteúdo que se relacione a vivências LGBTI. Esse entendimento de que a homossexualidade é algo “imoral” vai contra os padrões internacionais, que protegem os indivíduos da discriminação baseada em características pessoais referentes à orientação sexual e à identidade e expressão de gênero.

Essas leis são geralmente justificadas por alegações das autoridades de que a maioria da população nega os direitos LGBTI, e por interpretações limitadas e conservadoras de doutrinas religiosas. Entretanto, ambos os motivos são muito criticados por serem considerados ilegais e entendidos como uso abusivo de disposições jurídicas. O Conselho Europeu considera que “nem valores culturais, tradicionais ou religiosos, nem regras de uma ‘cultura dominante’ podem ser usados para justificar o discurso de ódio ou qualquer outra forma de discriminação, incluindo motivos de orientação sexual ou identidade de gênero”. Além disso, em 1976, a CEDH determinou que as “demandas de pluralismo, tolerância e liberalismo, sem as quais não existe uma ‘sociedade democrática’” exigem igual acesso a expressões que são “favoravelmente recebidas ou consideradas inofensivas ou indiferentes, mas também às que ofendem, chocam ou perturbam o Estado ou qualquer setor da população”.

“Atitudes negativas, mesmo de uma parte grande da opinião pública em relação à homossexualidade como tal, não podem justificar a restrição ao direito de respeito pela vida privada de gays e lésbicas, nem à sua liberdade de não esconder sua orientação sexual em público, de defender ideias positivas em relação à homossexualidade e de promover a tolerância em relação aos homossexuais.”

Parecer sobre a questão da proibição da chamada “propaganda da homossexualidade”, tendo em vista a legislação recente de alguns estados-membros do Conselho Europeu, Comissão de Veneza, 14-15 de junho de 2013, página 15.

Pessoas LGBTI e a noção de uma “família tradicional”

Em muitas sociedades, a imagem pública das pessoas LGBTI é cada vez mais projetada como “uma ameaça” para as nações e para o que é visto como noções “tradicionais” de gênero e família. São vistos como se “transgredissem as percepções normativas e os limites do que significa ser um ‘homem’ ou uma ‘mulher’”. Isso vem de se considerar que pessoas LGBTI são incapazes de procriar, o que é entendido como uma séria ameaça ao futuro das trajetórias de crescimento populacional das nações. O nível de assédio enfrentado por transgêneros e pessoas não-binárias mostra que seu status tem sido ainda menos compreendido do que o de gays, lésbicas e bissexuais e, portanto, é mais assustador.

A Freemuse concluiu que nos países onde as leis que restringem a liberdade de expressão em questões LGBTI são adotadas, estas têm o efeito de suprimir o debate público sobre a homossexualidade, ao invés de proteger a “família tradicional” ou impedir que crianças sofram potenciais danos. Isso é ressaltado pelas conclusões da Comissão de Veneza, que afirmam que os esforços em defender os avanços dos direitos LGBTI “não impedem que os valores familiares tradicionais e a importância das relações conjugais tradicionais sejam disseminados e fortalecidos”. Além disso, as conclusões da Comissão determinam que a natureza abrangente da proibição de “promoção da homossexualidade” não pode ser considerada “necessária em uma sociedade democrática” para a proteção da família no sentido tradicional.

Proibição da exposição de crianças a conteúdo LGBTI

Citando “doutrinas religiosas e valores morais da maioria, bem como potenciais danos a crianças e adultos vulneráveis”, o governo russo proibiu centenas de reuniões públicas LGBTI desde meados de 2000. Além disso, em maio de 2012, um tribunal distrital de Moscou proibiu paradas do orgulho na capital até maio de 2112. Entretanto, a presunção de que a exposição de menores a conteúdo relacionado a LGBTI pode prejudicá-los devido à falta de maturidade tem sido reiteradamente denunciada por muitas organizações internacionais de direitos humanos.

O direito internacional reconhece que são necessárias proteções especiais em relação às informações no que diz respeito às crianças. Também apoia a necessidade de limitações quanto à disponibilidade de informações sobre sexualidade, estabelecendo padrões quanto ao que é apropriado para cada idade. Entretanto, as leis que supostamente “protegem” menores da exposição à homossexualidade têm sido criticadas devido às consequências negativas que têm sobre os jovens LGBTI, privando-os de acesso a informações vitais sobre saúde sexual e reprodutiva que são cruciais para o seu desenvolvimento físico e mental.

No caso *Alekseyev vs Rússia*, a CEDH argumentou que “não há evidências científicas ou dados sociológicos à disposição do tribunal sugerindo que a mera menção da homossexualidade, ou o debate público aberto sobre o status social das minorias sexuais, afetaria negativamente crianças ou ‘adultos vulneráveis’”. O Comitê de Direitos Humanos da ONU determinou em 2010 que as legislações que supostamente “protegem” as crianças da “propaganda homossexual” não fazem distinção entre “ações destinadas a envolver



Fotografia de Tanzânia Mawjoudin
Créditos: Festival de Cinema Queer



CAPÍTULO 4: LIBERDADES ARTÍSTICAS NOS PAÍSES QUE CRIMINALIZAM A
HOMOSSEXUALIDADE

“Quando Saagar Gupta e eu começamos a fazer nosso primeiro filme a partir de 2002, sempre houve a ameaça da lei rondando sobre nossas cabeças – de que fazemos algo que poderia instigar alguém a cometer um crime. Agora, em 2018, finalmente o Artigo 377 foi revisto e abriu as portas não só para a liberdade pessoal, mas também para expressões artísticas.”

Sridhar Rangayan, entrevista à *Freemuse*, 2 de agosto de 2019

O Capítulo 4 deste relatório revela como o estado de liberdades artísticas em questões LGBTI está diretamente relacionado ao tratamento dado a pessoas LGBTI em países onde a homossexualidade é criminalizada. Destaca que as legislações que criminalizam a homossexualidade são especialmente prejudiciais à liberdade de expressão, associação e reunião de pessoas LGBTI. Como a liberdade artística depende diretamente desses três direitos, ela tem sido intensamente reprimida em países onde a relação sexual consensual privada entre pessoas do mesmo sexo é passível de punição legal.

Ao focar-se na análise de alguns países selecionados, o Capítulo 2 ilustra como a criminalização da homossexualidade resulta na supressão de vozes LGBTI em espaços públicos. Devido às diferentes restrições à expressão artística LGBTI nesses países, artistas são forçados a produzir arte queer clandestinamente. Apesar de esforços contínuos para a promoção pública, a expressão artística LGBTI permanece clandestina. Quando artistas LGBTI nessas condições optam por promover seu trabalho publicamente, muitas vezes se expõem a críticas, perseguição e violência. Em casos de agressões físicas, hesitam em denunciar a violência por medo das repercussões previstas em leis que criminalizam a homossexualidade.

Além disso, artistas LGBTI nesses países enfrentam grandes obstáculos para criar obras de arte queer. Frequentemente, não conseguem obter as licenças necessárias, arrecadar fundos para seus projetos artísticos ou recrutar profissionais da indústria que estejam dispostos a se envolver ou colaborar nesses projetos. Essas dificuldades também surgem quando artistas tentam promover seu trabalho. Em muitos casos, não conseguem garantir espaços para expor sua arte. Também têm dificuldades para abrir legalmente entidades que possam servir como plataforma para a promoção de arte com temática LGBTI.

Tudo isso faz com que a expressão artística LGBTI sofra os mesmos problemas que essas comunidades enfrentam quando se expressam de forma mais geral. Esses fatores incapacitantes podem impedir que muitos aspirantes a artistas LGBTI se aventurem em espaços públicos, além de forçá-los a deixar seus países de origem para seguir carreiras profissionais em sociedades onde suas vidas não estejam em perigo.

Homossexualidade criminalizada, violência legitimada

“A maioria dos casos de sequestro, assassinato ou linchamento que acontecem na comunidade LGBTI nigeriana não são perpetrados pelo governo, mas pelos cidadãos. A Lei (Proibição) de Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo indiretamente dá aos cidadãos o poder de agredir os membros da comunidade e não lhes oferece proteção”.

Chibuihe Obi, entrevista à Freemuse, 12 de setembro de 2019

Mais de três bilhões de pessoas, cerca de 40% da população mundial, vivem em países onde a legislação criminal discrimina abertamente pessoas LGBTI e nega sua orientação sexual ou identidade e expressão de gênero. Enquanto em 68 países a homossexualidade é punida por meio de códigos penais, é criminalizada de fato em mais outros dois. Tendo origem principalmente em diferentes legados coloniais ou dogmas islâmicos incorporados na legislação, as disposições jurídicas que proíbem relações entre pessoas do mesmo sexo variam desde proibir estritamente as relações sexuais entre homens até definições mais amplas—como “atos contra a ordem da natureza”—aplicáveis a qualquer gênero.

A severidade das punições nesses países varia de um ano de prisão à pena de morte. Em alguns casos, mecanismos de criminalização são frequentemente usados contra indivíduos LGBTI, enquanto em outros, existem dispositivos legais, mas são raramente usados ou nunca aplicados. Entretanto, mesmo que permaneçam latentes, esses dispositivos são uma violação dos padrões internacionais, e portanto devem ser revogados.

“Uma sociedade é incapaz de avançar e adotar uma estrutura legal para a proteção abrangente dos direitos LGBTI se essas leis não forem abolidas. É uma medida muito concreta, uma medida fundamental e cabe às autoridades públicas eliminá-las.”

Goran Miletić, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019

Em países onde a homossexualidade é ilegal, a complexidade contextual em que artistas LGBTI produzem e exibem publicamente arte queer é precariamente dependente das condições gerais em que vivem as pessoas LGBTI. A legislação internacional de direitos humanos reconhece que a criminalização da homossexualidade nega às pessoas LGBTI o direito à dignidade, à privacidade e a tratamento igual e não discriminatório. A criminalização da homossexualidade também priva esses grupos de proteções necessárias e cruciais—pertinentes à sua vulnerabilidade específica—inclusive contra detenção arbitrária, tortura, tratamentos e punições desumanos e degradantes. Nos casos em que a homossexualidade é punível com morte, esta decisão extrema nega às pessoas LGBTI o direito fundamental à vida. Finalmente, essas punições por homossexualidade impedem seriamente indivíduos de

“A homossexualidade não é mencionada na lei que trata de libertinagem, mas no sistema judiciário egípcio, ela é usada contra a homossexualidade masculina. Muitas pessoas acabam presas com base nessa lei.”

Ativista egípcio, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019

exercer o direito à liberdade de expressão, associação e reunião. Todos esses fatores, direta ou indiretamente, impactam e influenciam a capacidade de artistas de se expressarem—colocando restrições indevidas sobre sua capacidade de criar e promover arte sem medo de repercussões.

A exposição pública de obras de arte com tema LGBTI em países onde a homossexualidade é criminalizada é geralmente seguida de julgamento moral. Invariavelmente atrai críticas em relação à orientação sexual ou identidade de gênero real ou presumida de artistas, tornando-os vulneráveis a investigações indesejadas. Entretanto, a exposição pública também pode trazer outras consequências mais ameaçadoras. Para muitos, a exposição leva a pedidos de censura, ameaças de violência, processos legais, chegando a agressões à integridade física e, nos casos mais extremos, assassinatos.

A análise da Freemuse do impacto da homossexualidade criminalizada sobre liberdades artísticas, especificamente relacionadas a temas LGBTI, reafirmou claramente que a situação varia de forma significativa dependendo do contexto de um país para outro. A pesquisa apontou que as liberdades artísticas para pessoas e comunidades LGBTI não apenas dependem dos contextos jurídicos, políticos, sociais, econômicos e culturais onde estão inseridos, mas também do nível de suporte e interação com a sociedade civil. Isso se soma à disposição da mídia independente para divulgar narrativas e histórias alternativas, dar visibilidade para discursos e espaços públicos mainstream para permitir

que as obras de arte sejam mostradas e discutidas, tolerância em relação à diversidade na sociedade, atitudes arraigadas das pessoas em relação à violência e assim por diante.

Além de estarem sujeitos a processos judiciais devido à orientação sexual e identidade ou expressão de gênero, artistas LGBTI também sofrem agressões à sua integridade física. Segundo relatos, essas agressões são perpetradas tanto por autoridades públicas como por indivíduos. Em entrevista à Freemuse, um cineasta gay iraniano, que desejou permanecer anônimo, falou sobre o medo que viveu por causa das táticas e ações intimidatórias da polícia.

“Em várias ocasiões, sofri agressões e assédio por parte da Guarda Revolucionária Islâmica e de indivíduos que não pareciam ser oficialmente policiais, mas tinha motivos para acreditar que estavam associados a autoridades públicas. Depois de sofrer uma série de agressões físicas e intimidações, decidi fugir do país.”

Cineasta iraniano, entrevista à Freemuse, 14 de agosto de 2019

Embora as vítimas de agressões físicas continuem extremamente relutantes e com medo de compartilhar suas histórias publicamente—especialmente quando serão identificadas por seus nomes completos – as organizações de direitos humanos registram frequentemente agressões dirigidas a pessoas LGBTI, tanto por parte de autoridades públicas como por indivíduos comuns. Essas agressões em geral são motivadas



Fotografia de Tanzânia Mawjoudin

Créditos: Festival de Cinema Queer

“A maioria das pessoas acusadas pelo ministério público no Egito são gays e mulheres trans. Juízes e promotores não entendem a transexualidade e veem pessoas trans como homens gays. O mesmo acontece com a maioria das pessoas.”

Ativista egípcio, entrevista à *Freemuse*, 19 de julho de 2019

pela orientação sexual real ou percebida ou pela identidade e expressão de gênero, ou por causa de percepções relativas à aparência física. O grau em que as pessoas LGBTI se sentem ameaçadas de agressão física - relacionada à escolha de roupas e à forma como aparecem em espaços públicos—varia de um país para outro. Para artistas LGBTI, isso pode ter um impacto particularmente prejudicial, já que sua expressão artística às vezes assume formas específicas de autoexpressão que podem estar relacionadas à escolha de suas roupas.

Quase todos os entrevistados da *Freemuse* em países onde a homossexualidade é criminalizada declararam que homens gays e mulheres trans são os alvos mais comuns de ataques realizados por indivíduos. Além disso, a análise da *Freemuse* mostra que pessoas que expressam seu gênero de forma diferente do que é tido como normativo—muito feminino para o homem ou muito masculino para a mulher—também são frequentemente agredidas. Isso também se aplica a todas as pessoas não binárias, incluindo homens e mulheres trans.

Na Nigéria, usar dreadlocks, joias, tatuagens ou roupas extravagantes é comumente percebido como “característica gay” e muitos enfrentam assédio devido a isso. Em julho de 2017, Karar Nushi, ator e modelo iraquiano que estudava no Instituto de Belas Artes, foi torturado até a morte, supostamente como resultado “da maneira como se vestia, o cabelo comprido e sua amizade platônica com atrizes. A escritora Nour Al Nour disse à Freemuse que radicais islâmicos (que supostamente têm um histórico de identificar e executar pessoas que acreditam ser homossexuais) foram considerados responsáveis pelo assassinato de Karar Nushi.

A estrutura jurídica do país pode ter um impacto significativo no grau de violência exercida contra pessoas LGBTI. Nigerianos entrevistados pela Freemuse afirmaram que a violência e as agressões direcionadas a indivíduos LGBTI se intensificaram com a criação de uma lei mais repressiva em 2014. Alegaram que, quando a Lei (Proibição) do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo (SSMPA) foi adotada, deu margem à impunidade para agressões físicas a pessoas LGBTI, incluindo linchamentos, repúdio, violência popular e despejos forçados, perpetrados por cidadãos. Além disso, a Força Policial Nigeriana usou a SSMPA como ferramenta para chantagear e extorquir pessoas LGBTI em grande escala. Desde a introdução da lei, a legitimação de várias formas de estigma social contribuiu para o aumento dos níveis

de violência e discriminação, fazendo com que indivíduos LGBTI se abstenham de apelar para as autoridades governamentais em busca de reparação. Em maio de 2017, dois escritores nigerianos foram vítimas dessa violência. Romeo Oriogun foi agredido fisicamente e insultado na internet depois de ganhar um prêmio por seus poemas com temas LGBTI, enquanto Chibuihe Obi foi sequestrado após a publicação do ensaio *We're Queer, We're Here* (Somos Queer, Estamos Aqui).

Por outro lado, o Iraque não tem leis que proíbam a representação afirmativa da homossexualidade, mas é quase impossível para artistas LGBTI exercerem o direito à liberdade de expressão em questões LGBTI. Nour Al Nour, que fugiu do Irã, disse à Freemuse que não poderia se imaginar envolvida na produção de obras de arte queer —mesmo dentro de um espaço privado—sem medo de possíveis repercussões.

“Se for flagrada trabalhando na produção de obras de arte com temática LGBTI, além do confisco [das obras] ou proibição de exibição, pode-se esperar que essa informação vaze para o público. Isso leva a ameaças de morte por extremistas religiosos e suas milícias que dominam as ruas do país.”

Nour Al Nour, entrevista à Freemuse (on-line), 5 de agosto de 2019

Esta alegação é endossada pela organização de direitos LGBTI IraQueer e seus parceiros. A organização descobriu que em 2017 pelo menos 220 pessoas foram mortas no Iraque devido à homossexualidade. As autoridades do estado iraquiano não apenas hesitam em investigar essas mortes, mas, o que é mais preocupante, são acusadas de ser cúmplice dessas ações. A IraQueer—localizada na Suécia—concluiu que autoridades governamentais e grupos armados afiliados são supostamente responsáveis por 53% dos crimes e violações contra pessoas LGBTI. O contexto em que artistas LGBTI trabalham no Iraque—apesar da ausência de quaisquer leis que criminalizem propaganda homossexual—faz com que tenham medo, fundamentado, das consequências de expor publicamente ou promover seu trabalho, e nem mesmo tentam afirmar sua arte ou identidade.

A violência relativa à orientação sexual e à identidade e expressão de gênero tem um grande impacto sobre artistas LGBTI na maioria dos países onde a homossexualidade é criminalizada. Pessoas LGBTI produzem arte conscientes das consequências potenciais que podem enfrentar. Entretanto, embora isso possa ser uma forte motivação para a autocensura, muitos dos artistas com quem a Freemuse falou produzem obras de arte apesar do medo de agressão física.

Por outro lado, vários artistas entrevistados pela Freemuse na Malásia e no Líbano se sentem menos ameaçados, apesar de viverem em países onde a homossexualidade é criminalizada. A banda punk da Malásia Shh... Diam!, cujo vocalista é um homem trans, reitera este sentimento, afirmando que não sofreram qualquer forma de violência ou assédio. Essa experiência, entretanto, é rara para pessoas trans na Malásia, onde agressões e assassinatos baseados na identidade e expressão de gênero são frequentes. Em casos documentados pela Human Rights Watch (Observatório dos Direitos Humanos) entre o final de 2018 e o início de 2019, mulheres trans trabalhadoras sexuais foram particularmente vulneráveis a agressões. Os membros da Shh... Diam! acreditam que

ainda não atraíram atenção negativa devido à sua (ainda) pouca visibilidade. Entretanto, temem a desaprovação pública e preocupam-se com o fato de que serão expostos pela mídia local a pessoas que questionarão sua sexualidade ou identidade de gênero assim que começarem a receber mais atenção.¹⁴

Além disso, vários entrevistados pela Freemuse no Líbano declararam que a violência não é o maior medo quando se trata de seu trabalho como artistas LGBTI. No Líbano, a “relação sexual não natural” pode ser punida com até um ano de prisão, mas na prática judicial recente, o número de juízes que se recusam a categorizar a relação sexual entre dois homens como “não natural” está crescendo. Entretanto, esta aplicação inconsistente da lei significa que, embora pessoas LGBTI não possam ser condenadas à prisão, ainda podem ser presas pelos mesmos motivos. Uma vez presas, podem enfrentar o assédio e a intimidação da polícia, especialmente em cidades menores. De acordo com organizações locais de direitos humanos, o resultado é que pessoas LGBTI hesitam em relatar a violência que vivenciam, temendo a possibilidade de prisão.

Interrelação entre liberdades artísticas e liberdade de expressão, associação e reunião

Redução dos espaços para a liberdade de expressão

Nas últimas décadas, surgiram duas grandes tendências globais na legislação relacionada a LGBTI. Embora o número total de países que criminalizam a homossexualidade esteja diminuindo, o número de países que impõem restrições à discussão pública sobre orientação sexual e identidade e expressão de gênero tem aumentado continuamente. Desde 2010, a homossexualidade foi descriminalizada em treze países. Entretanto, paralelamente, desenvolvimentos retrógrados vêm acontecendo em pelo menos dez países, que continuam a criminalizar a homossexualidade, e ainda adotam dispositivos legais que criminalizam a promoção pública dos direitos LGBTI.

Tais regulamentações atingem

predominantemente as atividades de organizações de direitos humanos e ativistas que estão na vanguarda da defesa dos direitos LGBTI. A imprecisão e ambiguidade em torno do que constitui a “promoção da homossexualidade” gerou inquietação institucional entre esses grupos—que trabalham em estreita colaboração com grupos LGBTI—e temor que seu trabalho possa ser interpretado como uma expressão de apoio à relação do mesmo sexo. Em um caso julgado pelo Supremo Tribunal de Uganda em 2014, o juiz concluiu que pessoas que participaram de um workshop de defesa dos direitos LGBTI realizado em 2012 eram culpadas de “promover” ou “incitar” atos homossexuais. Em sua decisão, o tribunal acrescentou que mesmo distribuir preservativos para homens gays e bissexuais equivale à “promoção direta ou indireta de práticas entre o mesmo sexo”.

Este veredito foi proferido em 2014, quando o Parlamento da Uganda adotou a Lei Anti-Homossexualidade, que era muito restritiva e penalizava quaisquer tentativas de promoção de direitos LGBTI. Embora o

“A arte queer sempre existiu na África, mas visibilidade é o problema. De repente, em 2016/2017, diferentes iniciativas artísticas queer surgiram na Nigéria e as pessoas começaram a falar sobre uma nova tendência. Acho problemático chamá-las de tendência. A literatura queer sempre existiu, mas não era reconhecida como tal. Hoje é mais fácil para as pessoas encontrarem uma maneira de se expressar.”

Otosirize Obi-Young, entrevista à Freemuse, 12 de setembro de 2019

Tribunal Constitucional tenha anulado essa lei em 1 de agosto de 2014 argumentando que havia sido aprovada no parlamento “sem o quórum exigido”, o artista ugandense Brayo Bryans afirma que, apesar disso, o espaço para discussão pública na Uganda foi dizimado.

“No momento em que tentamos organizar algo, o ministro da Ética e Integridade, Simon Lokodo, que comanda a luta contra grupos LGBTI, acabou enviando policiais para nos impedir. Somando-se à censura imposta a matérias na mídia sobre temas LGBTI, somos obrigados a nos reunir preferencialmente em ambientes privados.”

Brayo Bryans, entrevista à *Freemuse*, 3 de agosto de 2019

A Freemuse percebeu que essa observação também foi compartilhada de forma semelhante em países que testemunharam a introdução de leis que proíbem a “promoção da homossexualidade”. A expressão artística dentro da comunidade LGBTI ou em obras de arte com tema LGBTI nesses países foi prejudicada. Tais regulamentações—como também debates predominantes—que estigmatizam identidades LGBTI, impedem artistas que tratam de vivências queer de produzir obras de arte. Muitos se sentem atrofiados criativa e emocionalmente sabendo que seus filmes enfrentam a possibilidade real de serem proibidos e que as permissões necessárias para filmar ou lançar filmes com suas respectivas músicas também serão recusadas. Muitos temem que livros sejam retirados de feiras e livrarias e shows sejam proibidos. Em tais circunstâncias, os artistas se sentem obrigados a trabalhar clandestinamente. Continuam privados de acesso livre e igual (em comparação com outros artistas mainstream) a instituições culturais e oportunidades de networking, espaços públicos e plateias, bem como qualquer forma de apoio financeiro que



Retrato de Brayo Bryans

Créditos: Cortesia do artista

possa estar disponível em seu país.

A legislação nacional do Quênia impõe proibições ou restrições baseadas na adequação do material à idade, controlando produções cinematográficas e teatrais que consideram “glamorizar o estilo de vida homossexual”. Sob este regulamento, em abril de 2018, o Conselho de Classificação de Filmes do Quênia (KFCB) se recusou a conceder permissão para a exibição do filme *Rafiki* de Wanuri Kahiu. Na decisão, o KFCB afirmou que o filme foi proibido “pelo tema homossexual e intenção clara de promover o lesbianismo no Quênia contrariando a lei e valores predominantes dos quenianos.”

Embora essa proibição tenha sido temporariamente suspensa em setembro de 2018 pelo Tribunal Superior do Quênia (o que permitiu que o filme fosse exibido por uma semana nos cinemas locais, com o objetivo de atender aos critérios de inscrição para o melhor filme em língua estrangeira no Oscar 2019), em abril de 2020 o mesmo tribunal decidiu que as medidas legislativas utilizadas para censurar o filme não violavam o artigo 33 da Constituição do Quênia, que garante a liberdade de expressão.

Ativistas locais afirmam que as autoridades quenianas geralmente não interferem na organização de atividades e reuniões de natureza LGBTI, mas atacam a liberdade de expressão de temas LGBTI em filmes, classificando qualquer conteúdo relacionado a LGBTI como pornográfico.

“Acredito que o governo queira suprimir as pessoas LGBTI da mídia e de outros formatos assistidos por um grande número de pessoas. Dessa forma, os quenianos podem ter a sensação de que não existem pessoas queer em seu país. As autoridades podem fazer isso para apoiar sua narrativa –somos africanos, somos quenianos e queer é uma ‘ideologia ocidental’.”

Yvonne Oduor, entrevista à *Freemuse*, 31 de julho de 2019

Além de prejudicar qualquer possibilidade de pessoas LGBTI exibirem publicamente seu trabalho, as leis que proíbem a “promoção da homossexualidade” também diminuem o espaço para discussão sobre obras de arte com tema LGBTI na mídia. Em 30 de setembro de 2017, o Conselho Supremo de Regulamentação da Mídia do Egito publicou uma declaração sobre “proibir a

aparição de homossexuais ou seus slogans na mídia”. Em resposta, Mahmoud Khaled, artista do Cairo, comentou que a medida acabou silenciando os artistas. Acrescentou que a proibição elimina qualquer chance de interação com a mídia porque “os jornalistas podem ser vistos como ‘promotores da homossexualidade’, sujeitando-os ao silenciamento”.

Em 2014, a Nigéria adotou uma lei retrógrada—a Lei (Proibição) do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo, que prescreve 14 anos de prisão para qualquer pessoa “que celebre um contrato de casamento ou união civil entre pessoas do mesmo sexo”, e penaliza qualquer “demonstração pública de relacionamento amoroso entre pessoas do mesmo sexo”.¹⁵ Embora destinados a suprimir a discussão pública sobre vivências LGBTI, esses dispositivos geraram considerável protesto e resistência, inclusive dos próprios artistas. Uma das iniciativas diretamente relacionadas à criação desta lei foi o coletivo denominado “14”—que leva o nome da pena máxima de prisão para a violação da lei. Fundado em 2016, o coletivo publicou uma antologia em dois volumes de literatura queer em 2017 e 2018 e contribuiu para uma maior visibilidade de arte existente sobre questões SOGIESC.



Desafios no exercício da liberdade de associação

Em muitos países onde a homossexualidade é criminalizada, as principais atividades culturais queer acontecem dentro de programas dirigidos por organizações LGBTI e de direitos humanos. Para organizar essas atividades, as instituições precisam estar oficialmente registradas em seus respectivos países. O registro lhes dá as pré-condições básicas para operar legalmente, abrir contas bancárias e arrecadar fundos para suas atividades. Entretanto, em muitos países, as leis impedem que pessoas e grupos LGBTI se envolvam abertamente em atividades públicas. Nessas circunstâncias, as organizações LGBTI funcionam clandestinamente—operando sem registros formais ou registrando a organização sem mencionar especificamente orientação sexual e identidade de gênero dentro de seu mandato.¹⁶ Muitos são obrigados a conceber e implementar estratégias alternativas de arrecadação de fundos e se comunicar com seus constituintes usando modos de comunicação seguros, secretos e alternativos.

Legislações de países que criminalizam a homossexualidade frequentemente penalizam organizações da sociedade civil ao proibir especificamente o registro de entidades que trabalham com direitos LGBTI ou aquelas que mencionam os termos ‘gay’, ‘lésbica’, ‘bissexual’, ‘transgênero’ ou ‘intersexo’ em seus nomes. Para evitar a possibilidade de recusa do registro, muitas associações optam por termos neutros e oferecem definições vagas em seus estatutos, registrando-se como organizações que lidam mais amplamente com direitos humanos, grupos vulneráveis, questões de saúde e educação.¹⁷

Entretanto, existem vários processos judiciais (iniciados nos tribunais desses países) em que as decisões foram contra os

dispositivos que restringem ilegalmente a liberdade de associação de pessoas LGBTI. O problema é que as decisões dos tribunais não funcionam necessariamente como precedentes a serem aplicados a todas as organizações. Embora em 22 de março de 2019, o Tribunal de Recursos do Quênia tenha decidido que a Comissão Nacional de Direitos Humanos de Gays e Lésbicas poderia ter um registro oficial, a organização Gay and Lesbian Coalition of Kenya (Coalizão de Gays e Lésbicas do Quênia—GALCK) ainda não obteve essa autorização.

Situações ambíguas relacionadas ao registro de associações LGBTI também acontecem na Tunísia. A organização Mawjoudin foi registrada em 2014 como uma organização não governamental com um estatuto mais amplo e menos contencioso em relação a gênero e sexualidade. Em 2018, no entanto, mudaram seu status e começaram oficialmente a trabalhar em questões especificamente relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero, o que lhes permite operar livremente—especialmente em áreas remotas.

Diferentemente da Mawjoudin, a organização SHAMS passou por uma experiência oposta. Embora registrada em maio de 2015 como uma organização não governamental que trabalha para apoiar as minorias sexuais e de gênero, a associação SHAMS, sediada em Túnis, ainda teve dificuldades para operar durante a maior parte de 2019. Funcionários do governo tentaram interferir ilegalmente em suas funções, questionando persistentemente a legalidade do registro da organização.

Existem vários países nos quais é virtualmente impossível registrar organizações LGBTI, apesar das tentativas das organizações de direitos humanos de contestar juridicamente a legislação discriminatória. Pamela Adie, da Iniciativa para a Igualdade e Empoderamento de Lésbicas na Nigéria, entrou com uma ação que questiona a recusa da Comissão de Assuntos Corporativos (CAC) a registrar a organização por causa

da palavra “lésbica” do título. Em novembro de 2018, a Divisão de Abuja do Supremo Tribunal Federal rejeitou o processo por falta de mérito e determinou que a decisão do CAC estava em conformidade com a Lei de Empresas e Assuntos Relacionados de 2004 (CAMA), Cap. C20 das Leis da Federação da Nigéria. O juiz do supremo Nnamdi Dimgba citou o Artigo 30 (1) (c) da CAMA, que diz: “Nenhuma empresa deve ser registrada sob esta Lei com nome que, na opinião da Comissão, seja capaz de induzir em erro quanto à natureza ou extensão de suas atividades ou seja indesejável, ofensiva ou contrária à ordem pública”.

Um ativista do Egito (que deseja permanecer anônimo) disse à Freemuse que sua organização—que trabalha explicitamente com direitos LGBTI—não pode ser oficialmente registrada. A incapacidade de garantir o registro os impede de arrecadar ou obter fundos. Como a falta de registro impede a abertura de contas bancárias, quando conseguem garantir algum apoio financeiro – principalmente de embaixadas e fundações

estrangeiras—são forçados a viajar para fora do país para trazer fisicamente o dinheiro.

“Se tivéssemos uma conta bancária no Egito, seríamos monitorados e poderíamos enfrentar alguns problemas. A draconiana lei da sociedade civil de 2017 prescreveu prisão e punição para quem recebe apoio financeiro do exterior.”

Ativista egípcio, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019

Essa lei foi alterada em julho de 2019, mas ainda inclui a obrigatoriedade de aprovação do governo no recebimento de recursos do exterior. Também estabelece multa para as organizações que usam seus fundos de maneiras que o governo considera serem “atividades diferentes das especificadas ou em violação de leis e regulamentos” ou por “recusar a fornecer quaisquer dados ou informações que o governo solicitar sobre as atividades da organização.

Além disso, a Freemuse falou com dois ativistas do Sudão (que desejam permanecer



anônimos), cuja organização também funciona na clandestinidade. Alegaram que pelo menos três organizações no Sudão são forçadas a operar dessa forma—ilegalmente e sem contas bancárias. Entretanto, apesar dessas dificuldades, continuam a superar obstáculos desnecessários e a conduzir suas atividades. Em 2018, membros da comunidade LGBTI local e aliados celebraram o dia IDAHOTB nas instalações da Embaixada da Holanda na capital Cartum. Na ocasião, foram organizadas a projeção do documentário *You Are Not Alone* (Você Não Está Só) e da exposição fotográfica *Ownership Certificate* (Certificado de Propriedade).

Esses obstáculos impedem as organizações de ter e institucionalizar em seus projetos uma estabilidade de longo prazo. Tais situações também interferem na capacidade de envolvimento com artistas e de apoiar ou


promover o trabalho destes dentro de suas atividades organizacionais. Por esse motivo, muitos artistas são obrigados a trabalhar praticamente sem nenhum apoio financeiro. Na Nigéria, a Freemuse documentou vários projetos que trabalham na esfera das artes e da cultura queer, que registram vozes LGBTI através de diferentes plataformas. A maioria foi criada de forma voluntária. A Freemuse falou com Chibuihe Obi, um dos editores da *Kabaka*, revista de literatura queer, que frisou não receber apoio financeiro para sua publicação. O escritor Oteosirize Obi-Young disse à Freemuse que artistas LGBTI não podem captar dinheiro oficialmente para essas iniciativas nem escrever propostas de projetos porque pode ser considerado “promoção da homossexualidade,” passível de punição sob a Lei (Proibição) de Casamento de Pessoas do Mesmo Sexo. Entretanto, apesar do medo de repercussões

Exposição de fotografias *Ownership Certificate* (Certificado de Propriedade)

Créditos: Eythar Khaleel







legais, existem muitas atividades em andamento—a maioria operando on-line para evitar qualquer tipo de dependência de recursos financeiros estáveis.

Outros artistas adotaram estratégias alternativas para arrecadar fundos, o que inclui o uso de entidades registradas no exterior. A escritora e ativista nigeriana Unoma Azuah, que fugiu de seu país na década de 1990, usa a Cooking Pot Books, uma editora que ela estabeleceu no Tennessee, EUA, para publicar livros com temas LGBTI relacionados à Nigéria. Inclui *Blessed Bodies: Secret Lives of LGBT Nigerians* (Corpos Abençoados: Vidas Secretas de Nigerianos LGBT—2016) e *Mounting the Moon: Queer Nigerian Poems* (Subindo na Lua: Poemas Queer Nigerianos—2018). Os recursos financeiros para a antologia subsequente, escrita em conjunto com Michelle Omas, foram garantidos por meio de uma campanha de crowdfunding.

Expressão artística contra tudo e todos

Produção artística clandestina

Em países onde a homossexualidade é criminalizada, artistas enfrentam muitos problemas no processo da produção de arte queer. Esses obstáculos podem variar dependendo da forma de arte em questão. Enquanto para escritores, pintores e compositores é possível criar obras na segurança de espaços pessoais ou privados apenas, produtores de cinema e teatro não conseguem produzir dessa forma—muitas vezes exigindo que equipes enormes trabalhem em locais diferentes. Esses requisitos significam que projetos artísticos dificilmente podem ser produzidos clandestinamente e, sobretudo, envolvem riscos para qualquer pessoa associada ao projeto.

Pessoas que trabalham em filmes com temática LGBTI relatam que é rotina enfrentarem obstáculos para conseguir as licenças obrigatórias exigidas para filmagens. Dada a probabilidade de não receberem as licenças necessárias—por causa das leis existentes que criminalizam a homossexualidade, bem como disposições legais que proíbem


a “propaganda homossexual”—alguns relataram que evitam até mesmo solicitar tais licenças. Cientes de que não podem obter a licença ou exibir legalmente os filmes em seu país, equipes de filmagem optam por criá-los sem a aprovação das autoridades.

A lei sudanesa exige a obtenção de autorização formal para filmar em público, a menos que se trabalhe para um meio de comunicação oficial. Sabendo que não era provável que conseguissem as permissões obrigatórias, a equipe de produção do documentário *Queer Voices from Sudan* (Vozes Queer do Sudão) fez planos alternativos. Durante os treinamentos de segurança digital organizados antes de começarem a trabalhar no filme em si, a equipe desenvolveu planos detalhados para filmar no local sem ser descoberta e analisou vários cenários negativos para que pudessem identificar o que precisariam fazer se fossem pegos filmando sem aprovação oficial. Quando um cinegrafista foi posteriormente preso pelas autoridades, estava preparado para entregar cartões de memória falsos.

Da mesma forma, ao trabalhar em seu primeiro filme com temática LGBTI em 2005, um cineasta iraniano (que deseja

“Apesar do fato de que nossas vidas foram criminalizadas e não temos permissão para compartilhar e publicar nada que expresse quem somos, ou qualquer coisa que fale da nossa realidade, criamos nossa própria divulgação e plataformas como um espaço para nós mesmos.”

Unoma Azuah, entrevista à Freemuse (on-line), 25 de julho de 2019



permanecer anônimo) decidiu não pleitear uma licença porque acreditava que atrairia exposição desnecessária para ele e seu trabalho. Entretanto, isso não o protegeu completamente de problemas que enfrentaria mais tarde durante o processo de produção. Assim que o editor soube do tema do filme, pediu um salário mais alto, apreensivo com sua participação. O cineasta também foi forçado a criar subterfúgios. Apenas o protagonista principal (cuja vida inspirou o filme) conhecia todo o enredo. Atores que eram menos essenciais na trama não souberam propositadamente do que se tratava o roteiro e nunca viram o filme.

As licenças são igualmente difíceis de obter na indústria musical. No entanto, para evitar a dependência das gravadoras, os músicos estão cada vez mais lançando seu trabalho digitalmente. O cantor malaio Alex Bong adota unicamente essa estratégia para lançar suas músicas e financiar seus próprios projetos, garantindo sua independência criativa. A banda malaia Shh... Diam! também lança suas músicas em seu próprio selo para evitar ser averiguada por órgãos reguladores estaduais.

Lançar música em países onde a homossexualidade é criminalizada é especialmente desafiador se os músicos não tiverem um conjunto de parceiros fixos e confiáveis com quem trabalhar. O artista ugandense Bryans falou sobre as dificuldades que teve para encontrar pessoas dispostas a colaborar com ele.

“Como nenhum estúdio profissional está disposto a trabalhar comigo por causa do assunto que abordo, produzo minha música no meu quarto. Tem gente na indústria musical que me respeita, dizem que sou talentoso e que amam minha música, mas se cooperarem comigo, correm o risco de perder seu financiamento.”

Brayo Bryans, entrevista à *Freemuse*, 3 de agosto de 2019

Artistas LGBTI que produzem artes visuais ou literatura também são frequentemente forçados a usar medidas de segurança e cautela para garantir a proteção de seu trabalho, que corre o risco de ser confiscado ou saqueado por autoridades. Wesam AlMadani, escritora que fugiu de Gaza, explicou como começou a trabalhar em seu livro sobre lésbicas em países árabes há cinco anos. Durante a fase de busca de lésbicas na região, algumas pessoas fora de círculos de confiança souberam de sua intenção, tornando-a alvo de ameaças violentas. Temia que as autoridades do Hamas invadissem sua casa (que dividia com sua família e filhos) e encontrassem seu trabalho. Dada essa possibilidade alarmante, AlMadani regularmente compartilhava cópias de seu trabalho com amigos de confiança e apagava de seu computador. Adotando essa estratégia, AlMadani sentiu-se tranquila, segura por saber que se algo acontecesse com ela poderiam encontrar maneiras de publicar.

Acesso e rejeição: arte queer em espaços públicos

Apesar das tentativas de confinar a arte queer fora da esfera pública, a Freemuse tem visto muitas maneiras engenhosas de artistas acessarem o domínio público para compartilhar seu trabalho. Às vezes, a promoção da arte LGBTI é sutil e, em outros casos, é às escondidas. Em raras ocasiões, a expressão artística LGBTI foi promovida e apresentada abertamente.

O fotógrafo libanês Munir Abdallah tirou fotos de homens nus durante a maior parte de sua carreira profissional. Embora o fotógrafo não esperasse conseguir expor em seu país de origem, em novembro de 2018, realizou sua primeira exposição individual 'Atos fugazes' na galeria particular ARTLAB Gallery em Beirute. Além de várias reações surpreendentes ou contraditórias, o artista não enfrentou nenhuma consequência negativa importante, apesar da homossexualidade ser crime no Líbano.

Entretanto, em sociedades onde a homossexualidade é ilegal, esse cenário é extremamente raro. Mesmo no Líbano, um país visto como relativamente aberto à arte queer, os relatos de artistas sobre problemas em ter acesso a locais, editores e redes mainstream são muito comuns.

Em 2018, após meses de negociações exaustivas, o escritor Souhaib Ayoub conseguiu publicar seu primeiro romance erótico homossexual *A man of satin* (Um homem de cetim) em Beirute. O escritor disse a Freemuse que lutou para encontrar uma editora para o livro por causa do tema centralizado na homossexualidade.

“Mesmo com essa editora, demorou muito para resolver como o livro seria publicado. Inicialmente, pediram para publicá-lo com a capa envolta em um saco plástico. Quando recusei, discutimos colocar restrições de idade na capa. Isso também era inaceitável para mim.”

Souhaib Ayoub, entrevista à Freemuse, 13 de agosto de 2019

Por fim, uma editora francesa com sede em Beirute concordou em publicar o livro, mas Ayoub relata que não houve divulgação. Preocupada com o confisco do livro pela polícia, a editora decidiu não

o promover em feiras de livros em todo o país. O livro, entretanto, está disponível em algumas livrarias.

Mesmo artistas reconhecidos às vezes lutam para promover sua arte em espaços públicos. Mashrou' Leila é uma banda libanesa de indie rock—cujo vocalista é abertamente gay—que lançou algumas canções centradas na homossexualidade. Apesar de estarem na lista negra do Egito e de terem dois de seus shows proibidos na Jordânia, haviam conseguido evitar a censura em seu país por algum tempo. Entretanto, em julho de 2019, os organizadores de um dos festivais culturais mais famosos do Líbano—Byblos International Festival (Festival Internacional de Byblos)—cancelaram o show da banda agendado para 9 de agosto. A performance foi cancelada supostamente para evitar “deramamento de sangue” após uma semana de ameaças de indivíduos e grupos cristãos. Em vez de investigar essas ameaças de morte, o promotor público convocou dois membros da banda para depor por “insultar sentimentos religiosos”. Embora nenhuma acusação oficial tenha sido apresentada, o juiz Ghada Aoun ordenou que a banda se comprometesse a remover conteúdo “ofensivo” de suas páginas de mídia social (um meme da Virgem Maria com a cabeça substituída pela da cantora pop Madonna publicado no Twitter do vocalista da banda Hamed Sinno em 2015), fazer um pedido público de desculpas e remover músicas consideradas ofensivas ao Cristianismo das setlists dos shows.¹⁸

A pesquisa da Freemuse aponta que em países onde a homossexualidade é criminalizada, alguns artistas encontram maneiras criativas de promover sua arte LGBTI em espaços públicos, apesar do risco de consequências negativas. O cineasta iraniano (que desejou permanecer anônimo) comentou que exibiu seu primeiro filme LGBTI em uma universidade em sua cidade natal. Nas tratativas com a direção da universidade, apresentou

“Desde o início, eu precisei atuar eu mesmo neste filme, para encontrar a forma de fazer o trabalho e, mais tarde, para exibi-lo.”

Ativista egípcio, entrevista à *Freemuse*, 19 de julho de 2019

o tema do filme como os efeitos nocivos das drogas, referindo-se a determinadas sequências que, acreditava, garantiriam a exibição. Embora não tenha tido problemas na estreia (além do abuso verbal de alguns espectadores após a exibição), o artista acredita que esse incidente o colocou no radar das autoridades iranianas. Alega que eles continuam a acompanhar de longe o que ele faz.

Em 2012, quando o artista ugandês Brayo Bryans era membro do grupo de artes performáticas *The Talented Ugandan Kuchus* (Os Talentosos Kuchus Ugandenses – o termo “kuchus” tem origem em suaíli e é usado para se referir a pessoas LGBTI), o grupo produziu o programa *LGBTI Lighting the Shadows—We are One* (Clareando as Sombras—Somos Um). Para encenar o show no Teatro Nacional em Kampala, a equipe da peça mentiu para a direção do teatro sobre o seu conteúdo. No entanto, a apresentação foi interrompida no meio pela polícia. Ao mesmo tempo, enquanto o produtor britânico David Cecil esperava por permissão para encenar a peça *The River and the Mountain* (O Rio e a Montanha—que trata das dificuldades de ser gay em Uganda) no Kampala National Theatre, a peça foi encenada em dois outros teatros menores sem permissão. Alguns dias depois, Cecil foi informado que o Ministro de Estado da Ética e Integridade de Uganda, Simon Lokodo, negou permissão para que a peça fosse encenada no Teatro Nacional alegando que “promovia a homossexualidade” e o produtor foi preso por causa das outras duas apresentações. Embora as acusações de “desobediência a ordens jurídicas” tenham sido retiradas, em fevereiro de 2013, Cecil foi deportado de Uganda como

“pessoa indesejável”.

O ambiente inóspito em que artistas LGBTI sobrevivem muitas vezes os obriga a buscar espaços alternativos—mesmo que signifique deixar seu país. Nour al Nour é uma dessas artistas. Quando morava no Iraque escrevendo sobre vivências LGBTI, nunca conseguiu publicar

nenhum de seus trabalhos. Explicou à *Freemuse* que decidiu deixar seu país para finalmente publicar seus trabalhos. A escritora mudou-se para o Líbano, onde publicou seu primeiro livro.

Alguns outros artistas entrevistados pela *Freemuse* fugiram de seus países de origem devido a ameaças de morte. Quando se soube que Wesam AlMadani estava escrevendo um livro de não-ficção sobre lésbicas em países muçulmanos (detalhando como essas mulheres foram mortas ou cometeram suicídio), recebeu várias ameaças de morte. Quando a pressão ficou insuportável, inscreveu-se no programa Cidades Refúgio da ICORN e fugiu do país. Morando na Noruega, terminou seu livro e agora está procurando uma editora.

Em 2018, quando o cineasta iraniano (que deseja manter o anonimato) foi pego pelas autoridades filmando em um parque durante a produção de seu filme com tema LGBTI, confiscaram a câmera e o instruíram a buscá-la na sede do Corpo da Guarda Revolucionária Islâmica. Conseguiu recuperar a câmera, mas não o cartão de memória. Quando voltou para casa dos pais, eles já tinham sido informados que fora flagrado filmando conteúdo LGBTI. Foi agredido fisicamente por dois homens não identificados enquanto caminhava por Teerã alguns dias depois. Como esse incidente de violência nas ruas foi o segundo em alguns anos, o cineasta decidiu deixar o Irã e continuar contando histórias LGBTI em

espaços mais seguros.

Ataques a festivais queer

Em muitos países onde a homossexualidade é ilegal, as atividades SOGIESC são frequentemente organizadas com precauções de segurança sofisticadas. Devido ao medo de batidas por parte das autoridades públicas e da possibilidade de agressões violentas por parte de outros grupos, as organizações LGBTI são obrigadas a dar atenção especial a essa questão para garantir que seus eventos não imponham ameaças à segurança de seu público ou organizadores. Isso determina a forma como planejam, promovem e anunciam suas atividades. Às vezes, são forçados a realizar eventos em locais fechados, convidando apenas aliados conhecidos, representantes de organizações da sociedade civil que os apoiam e defensores dos direitos humanos. Anúncios desses eventos muitas vezes não mencionam endereços ou horários e contam com o boca-a-boca para a transmissão desses detalhes.

Esses cuidados também são tomados em atividades culturais LGBTI. Medidas para manter esses eventos em segredo exigem planejamento minucioso e são especialmente desafiadoras no caso de festivais. Ao organizar o primeiro Festival Internacional de Cinema Queer de Kampala, realizado em dezembro de 2016, as medidas incluíam “checar os frequentadores [e] manter os locais secretos e promover mudanças diárias de endereço”.¹⁹ Locais diferentes foram usados para as exibições matinais e noturnas e só eram divulgados um pouco antes do evento. Apesar dessas medidas, a polícia invadiu uma das projeções realizadas durante o segundo festival e ordenou que todo o festival fosse encerrado

sob a alegação de que encontraram filmes “pornográficos”.

Os organizadores do Festival de Cinema Queer Mawjoudin da Tunísia também são cuidadosos e usam medidas de segurança rigorosas, especialmente porque o público que vai a esse tipo de evento são de comunidades locais e querem evitar problemas com suas famílias. Contratam segurança simpaticante e espaços seguros. No primeiro festival em 2018, a abertura foi realizada no Instituto Francês em Túnis, enquanto o restante da programação foi organizado em um teatro conhecido por ser simpaticante da comunidade LGBTI. Os organizadores também seguiram um protocolo rígido que proibia o público de tirar fotos ou gravar vídeos durante o festival.

Violações de expressões artísticas LGBTI

Em países onde a homossexualidade é criminalizada, obras de arte com tema LGBTI raramente são expostas ao público mainstream. No lugar disso, são expostas em pequenos círculos estabelecidos de membros da comunidade LGBTI e aliados. A menos que promovidas no espaço digital—sob os nomes reais dos artistas ou pseudônimos—essas obras geralmente ocupam espaços privados e secretos. Se não forem promovidas dessa forma clandestina, os artistas correm o risco de passar por repercussões graves.

“Precisamos promover nossas atividades, mas ao mesmo tempo proteger as identidades das pessoas por trás dessas atividades.”

Ativista egípcio, entrevista à *Freemuse*, 19 de julho de 2019

Ao longo dos últimos cinco anos, a Freemuse documentou muitos filmes LGBTI (que foram promovidos ou planejados para exibição em cinemas comerciais ou na televisão) que foram censurados. A censura é frequentemente exercida por órgãos de censura do estado, seja por recusa a conceder permissão para exibição ou por corte de cenas consideradas 'inadequadas' para espectadores. O mais comum é isso acontecer com filmes em que temas gays e lésbicos são centrais na trama.

Em 2020, o filme *Dois Irmãos: Uma Jornada Fantástica* (*Onward*) da Disney, com a primeira personagem abertamente lésbica— uma oficial ciclope roxa chamada Specter, foi proibido no Kuwait, Omã, Qatar e Arábia Saudita. Em junho de 2019, *Rocketman*, sobre a vida do músico pop inglês Elton John, foi completamente proibido em Samoa e no Egito.

Em 2018, *Me Chame Pelo Seu Nome* (*Call me by your name*) foi proibido para exibição na Tunísia, enquanto as autoridades da Malásia cortaram mais de 20 minutos de cenas LGBTI de *Bohemian Rhapsody*, biografia sobre o ícone LGBTI Freddie Mercury, vocalista da banda de rock britânica Queen.

A prática de proibir ou alterar cenas em filmes LGBTI tem sido comum em países onde a homossexualidade foi criminalizada em anos anteriores.

Outro filme premiado, *A Garota Dinamarquesa* (*The Danish Girl*—inspirado na história de Lili Elbe, uma das primeiras pessoas a se submeter a uma cirurgia de redesignação sexual) foi proibido na Índia em 2017 e no Bahrein, Jordânia, Kuwait, Omã, Catar e Emirados

Árabes Unidos em 2016. Em 2017, o filme americano de fantasia romântica musical *A Bela e a Fera* (*Beauty and the Beast*), apresentando o primeiro personagem abertamente gay da Disney, LeFou, foi proibido no Kuwait e na Malásia, enquanto as autoridades tentaram o mesmo em Cingapura.

Além de filmes internacionais, filmes produzidos localmente com temas LGBTI também são constantemente censurados e, em alguns países, sujeitos a níveis cada vez maiores de exame. Em novembro de 2018, a censura libanesa proibiu um curta-metragem da diretora Laura El Alam, *Nocturnal Deconstruction* (Desconstrução Noturna), de ser exibido no Festival de Cinema Fantástico Maskoon de Beirute (Beirut Maskoon Fantastic Film Festival), apesar de estar inscrito como concorrente a melhor filme.

Rocketman, o filme biográfico sobre o músico abertamente gay Elton John, foi censurado em vários países.



Embora proibido por “vincular o uso de drogas à sexualidade”, o filme permaneceu na mostra principal do festival. Joseph Aoun, um ativista LGBTI do Líbano, disse à Freemuse que considera hipócritas algumas decisões da censura local—especificamente ao permitir a exibição de filmes internacionais cortando cenas gays e de sexo, ao mesmo tempo em que proíbe completamente filmes produzidos no país.

Além de proibir filmes, as autoridades públicas em países onde a homossexualidade é criminalizada empregam outras formas de censura para atingir artistas locais e estrangeiros que falam sobre questões LGBTI. Em setembro de 2018, a exposição fotográfica *Stripes and Strokes* (Listras e Traços) de Mooreyameen Mohamad foi censurada sob as ordens do Ministro da Malásia para Assuntos Islâmicos, Mujahid Rawa. Após uma campanha difamatória nas redes sociais, Rawa ordenou que os organizadores do Festival George Town (George Town Festival)—financiado pelo governo e realizado no estado de Penang, no norte do país—removessem dois retratos de ativistas LGBTI. Os retratos eram de Nisha Ayub, uma ativista transgênero e Pang Khee Teik, cofundador do festival de direitos humanos Seksualiti Merdeka.

Esta exposição marcou 60 anos da independência da Malásia e apresentou uma série de fotografias de diferentes malaios posando com a bandeira do país. O artista planejou incluir 60 malaios que “passou a respeitar, admirar e amar de todas as formas”. Afirmou sentir que Ayub e Khee Teik eram excelentes exemplos de pessoas por quem tem grande respeito, em parte por causa de suas contribuições notáveis em seus respectivos campos de atuação.

O artista disse à Freemuse que durante a preparação para a exposição, pensou que haveria problemas em relação à inclusão de imagens de políticos, ao invés de imagens de pessoas / ativistas LGBTI. A possível exclusão de Ayub e Khee Teik com base na identidade

ou proximidade com questões LGBTI e LGBTI nunca foi uma das considerações do artista, acreditando que não eram uma ameaça à sensibilidade do governo.

Além de atos diretos de censura, artistas LGBTI também estão sujeitos a restrições de viagem. Quando o governo da Malásia negou à estrela pop de Hong Kong Denise Ho permissão para se apresentar em Kuala Lumpur em fevereiro de 2018, a ativista LGBTI declarada e artista assumidamente lésbica postou as informações sobre a decisão do governo em seus perfis de mídia social. Explicou que o concerto, marcado para 14 de abril de 2018, foi cancelado porque seu pedido de visto de trabalho foi negado, supostamente “por ser uma apoiadora ativa da comunidade LGBT”. No entanto, o Ministério das Comunicações e Multimídia da Malásia forneceu uma explicação ambígua para sua decisão, afirmando, “há uma série de questões que precisam ser abordadas se a artista for trazida para se apresentar no país”.

A pesquisa da Freemuse mostrou que censura é a forma mais frequentemente exercida de supressão da liberdade artística no combate às questões LGBTI em países onde a homossexualidade é criminalizada. Contudo, mesmo que menos atividades culturais tenham sido organizadas nesse contexto, ainda assim alguns artistas e frequentadores sofreram violações graves. Após o show de Mashrou' Leila realizado no Cairo em 22 de setembro 2017, a polícia egípcia prendeu pelo menos 75 pessoas sob a acusação de “incitação à imoralidade”, tendo identificado a maioria por meio de vídeos do show e aplicativos de namoro. Essa repercussão massiva foi provocada pelo gesto de dois ativistas que agitaram uma bandeira de arco-íris durante o show. A Anistia Internacional informou que durante a detenção, alguns dos detidos foram expostos a exames anais forçados, numa alegada tentativa da Autoridade de Medicina Legal egípcia de “determinar a participação em relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo”. Esta prática foi reconhecida como uma



Stars and stripes photo exhibition
Credit: Mooreyameen Mohamad

“A censura irracional imposta pelo governo da Malásia é um grande retrocesso para a defesa da diversidade e inclusão, que deve ser abraçada e protegida a todo custo.”

Denise Ho, *Twitter*, 15 de fevereiro de 2018

forma de tratamento cruel, degradante e desumana que pode chegar ao nível de tortura.

Um ativista entrevistado pela Freemuse (que deseja permanecer anônimo) afirmou que a maioria dos presos foram julgados por tribunais civis e, enquanto alguns foram libertados, outros foram condenados a alguns meses de prisão. As duas pessoas que agitaram a bandeira - Ahmed Alaa e Sarah Hegazi—foram processados de acordo com a legislação de segurança nacional e perante tribunais militares. A ativista Sarah Hegazi falou sobre a tortura a que foi submetida na prisão por membros da polícia egípcia, que sofreu choques elétricos e confinamento em solitária. Depois de uma detenção de três meses, Ahmed e Sarah foram libertados sob fiança e logo depois ambos fugiram para o Canadá. Em 14 de junho de 2020, Sarah Hegazi cometeu suicídio.

Após esse show, as autoridades intensificaram a repressão à comunidade LGBTI. O Sindicato de Músicos do Egito proibiu Mashrou’

Leila de se apresentar no país, enquanto o Conselho Supremo de Regulamentação da Mídia ordenou um apagão da mídia em relação a qualquer forma de apoio à comunidade LGBT, chamando a homossexualidade de “doença vergonhosa”. Acrescentaram ainda

que a única maneira de homossexuais aparecerem na mídia seria admitindo seu “comportamento não aceitável” e “mostrar arrependimento” em público.

Em 1 de junho de 2017, o escritor queer Chibuihe Obi foi sequestrado na Nigéria. O escritor disse à Freemuse que acredita que o sequestro foi diretamente relacionado com seu ensaio *We’re Queer, We’re Here* (Somos Queer, Estamos Aqui) publicado na plataforma *Brittle Paper* em 17 de maio de 2017—o dia IDAHOTB (Dia Internacional contra Homofobia, Transfobia e Bifobia). Neste ensaio, ele discorre sobre a homofobia que sofreu na Nigéria.

“Naquela época, era muito ativo nas redes sociais. Compartilhei meu ensaio no Facebook e viralizou. As pessoas compartilharam e me marcaram. Não era muito cauteloso e nunca pensei que teria essas consequências. Achei que estava acontecendo na internet.”

Chibuihe Obi, *entrevista à Freemuse*, 12 de setembro de 2019

Obi foi libertado três dias após ser sequestrado por pessoas desconhecidas. Durante o sequestro foi interrogado sobre uma série de assuntos, incluindo sua produção literária.

“Embora uma grande repressão aos direitos LGBTI tenha ocorrido após o show de Mashrou’ Leila, as prisões estão acontecendo agora, perseguindo um grande número de pessoas. No entanto, a mídia não está publicando nada sobre isso agora.”

Ativista egípcio, *entrevista à Freemuse*, 19 de julho de 2019

Disse à Freemuse que as organizações locais relacionadas a questões LGBTI estavam em comunicação com a polícia para conseguir sua libertação. O aconselharam a não comunicar os motivos do sequestro às autoridades públicas, para evitar que continuasse sendo assediado. Após o sequestro, Obi parou de frequentar eventos públicos em seu país. O escritor acredita que embora a intenção dos

sequestradores não fosse causar-lhe dano físico, queriam assustá-lo e, mais importante, silenciá-lo.



Fotografia do escritor nigeriano Chibuihe Obi
Créditos: Cortesia do artista



Linn da Quebrada
Créditos: Marie Rouge

5

CAPÍTULO 5: LIBERDADES ARTÍSTICAS EM PAÍSES ONDE A
HOMOSSEXUALIDADE É LEGAL

No Capítulo 5, a pesquisa da Freemuse examina o silenciamento de artistas LGBTI em países onde a homossexualidade é legal, destacando os obstáculos significativos que encontram em seu direito à expressão livre e desimpedida. A Freemuse observou que, embora a relação sexual entre pessoas do mesmo sexo não seja passível de punição legal nesses países, muitos governos têm dificuldade para garantir as condições necessárias para o acesso de artistas LGBTI e da arte queer a espaços públicos. Além disso, o surgimento de uma série de leis que proíbem a representação afirmativa da homossexualidade tem sido especialmente prejudicial. Além de afetar negativamente as possibilidades de exposição de obras de arte com tema LGBTI em espaços públicos—particularmente em ou em torno de espaços onde menores se reúnem ou na esfera digital—essas leis também tiveram um efeito desanimador na predisposição das pessoas para participarem de projetos ou divulgarem a arte LGBTI em várias instituições culturais.

Em países onde a homossexualidade

Linn da Quebrada
Créditos: DAMOTTA



permanece legal, a expressão artística LGBTI também está sendo cada vez mais suprimida pelas noções predominantes de “valores tradicionais”, crenças religiosas conservadoras e normas contemporâneas emergentes sobre o que constitui moralidade pública. Tanto entidades públicas como privadas estão usando esses fundamentos para limitar ou calar vozes artísticas que trabalham com vivências LGBTI. Neste capítulo, a Freemuse expressa preocupação com o impacto particularmente negativo do surgimento de regimes populistas em todo o mundo, que geralmente tornam os direitos LGBTI alvo de suas primeiras ações.

O capítulo apresenta tendências de violações da liberdade de expressão artística em países que promulgaram leis que proíbem a “propaganda homossexual” e analisa o estado das liberdades artísticas em países sem obstáculos legais para a liberdade de expressão LGBTI. Embora a estrutura legislativa do país constitua um fator significativo para determinar a atmosfera em que a arte queer é promovida, a pesquisa da Freemuse mostra que a falta de impedimentos legais não cria necessariamente um ambiente em que a liberdade de expressão artística LGBTI é exercida sem obstáculos. Além do grau variável de disposição das autoridades públicas para fornecer espaços onde vozes LGBTI sejam ouvidas em público (manifestas, entre outras formas, por meio do acesso de artistas a apoio financeiro e a instituições culturais financiadas pelo Estado), artistas também são diretamente silenciados por diferentes órgãos governamentais.

Em setembro de 2020, a homossexualidade era legal em 123 estados membros da ONU. Na maioria, foi descriminalizada nas últimas cinco décadas. O desenvolvimento de leis internacionais relevantes de direitos humanos, assim como os esforços de movimentos de

A tendência alarmante de radicalização política e seu impacto na substituição de questões de SOGIESC no espaço público

“As pessoas estão decepcionadas com os regimes políticos recentes e procuram alguém para pôr a culpa. Qualquer pessoa carismática, populista e que faz o discurso de culpar o “outro”, ganha seu apoio. Nesse ambiente, pessoas LGBTI são um alvo fácil”.

Daniela Marin Platero, entrevista à *Freemuse*, 1 de agosto de 2019

direitos humanos e LGBTI em todo o mundo, que têm trabalhado incessantemente pela descriminalização, contribuíram de forma significativa para esse processo. No entanto, a proteção legal dos direitos LGBTI hoje em dia ainda difere muito entre regiões.

A contribuição de algumas organizações regionais de direitos humanos no estabelecimento de padrões para o nível de proteção dos direitos LGBTI tem sido importante. Na década de 1980,

o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH) estabeleceu uma norma jurídica que proíbe governos de interferir na orientação sexual dos seus cidadãos. Isso teve um impacto significativo na descriminalização da homossexualidade e no desenvolvimento de todas as disposições legais para a proteção de pessoas LGBTI no quadro do Conselho Europeu (CoE). Também influenciou muitos outros estados-membros a alterar as legislações nacionais e a cumprir qualquer novo padrão estabelecido no marco deste

mecanismo regional. No entanto, embora a homossexualidade seja legal em todos os estados membros do CoE, ainda não foram totalmente adotados padrões legais completos.

Da mesma forma, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a subsequente Corte Interamericana de Direitos Humanos, desempenham um papel significativo na promoção dos direitos LGBTI na América do Norte e Latina (principalmente entre os membros da Organização dos Estados Americanos), por estar determinada a pressionar por avanços nas proteções legais para pessoas LGBTI. No entanto, na prática, o poder dos sistemas de proteção de direitos humanos americano e europeu, de defender alterações reais nas legislações nacionais, não tem funcionado assim. Exceto pela Bielorrússia, todos os países europeus são membros do CoE, signatários da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e não criminalizam a homossexualidade. Comparativamente, apenas 25 dos 34 membros da Organização dos

“Quando sou censurada por pessoas do próprio movimento LGBTI, percebo o quanto ainda falta diálogo. E quanto ainda temos que trabalhar para ser mais coesas, apesar das diferenças entre nós.”

Linn da Quebrada, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019

Estados Americanos ratificaram a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, mas quatro continuam a criminalizar a homossexualidade.

Outras regiões geográficas—África, Ásia e Oceania—também não têm políticas regionais coerentes sobre direitos LGBTI. Não existem mecanismos regionais para a proteção dos direitos humanos na Ásia e na Oceania, o que impede a cooperação regional crucial em questões-chave de direitos humanos. As violações associadas à criminalização da homossexualidade não são vistas como prioritárias, o que resulta na falta de consenso regional sobre a necessidade de sua legalização. Em todas essas regiões, ainda existe um número significativo de países que criminalizam a homossexualidade: na África 33 de 54 países, na Ásia 22 de 42 países, enquanto na Oceania são 6 de 14.

Entretanto, apesar de todas as tendências positivas na proteção dos direitos LGBTI alcançada nas últimas décadas e do aumento constante no número de países que legalizam as relações entre pessoas do mesmo sexo, a pesquisa recente da Freemuse registrou uma reação emergente contra os direitos LGBTI em todo o mundo, em grande parte influenciada pela ascensão de regimes populistas. Além de países onde grupos que se opõem à “ideologia de gênero” estão presentes há décadas (por exemplo, Áustria, Costa Rica, França ou Polônia), esse retrocesso também foi registrado em países tidos como pioneiros no compromisso de melhorar os direitos de SOGIESC.

Em muitos países, a necessidade de lutar contra a “ideologia de gênero” reuniu

políticos conservadores, a sociedade civil e igrejas. Combinado com os esforços de movimentos transnacionais como *Con mis hijos no te metas* (Não se meta com meus filhos), esses grupos pressionam contra a educação inclusiva e ditam como espaços públicos devem ser usados.²⁰ A acusação de que a “ideologia de gênero” penetrou a política mainstream dos EUA é evidente ao observar a assembleia da ONU sobre direitos sociais, humanitários e culturais realizada em outubro de 2018, durante a qual a administração americana tentou remover a palavra “gênero” dos documentos da ONU. Defenderam que o termo fosse substituído por “mulher”, opondo-se a tratar o gênero como uma forma individual de autoexpressão, no lugar de um fato biológico inalterável.

Organizações de direitos humanos fizeram observações semelhantes sobre os acontecimentos no Brasil, onde a política conservadora de direita está destruindo direitos LGBTI. Desde as últimas eleições presidenciais em que o político conservador Jair Bolsonaro foi eleito, as pessoas LGBTI têm sofrido ataques significativos. Linn da Quebrada, cantora e performer trans paulistana, acredita que sempre houve um elemento de conservadorismo político e social em seu país, mas que os políticos agem cada vez mais com base no medo. Afirmou que ambientes políticos tensos, como o que está sendo vivido no Brasil, estão impedindo as pessoas de falar abertamente sobre as questões que estão enfrentando, o que leva à censura. A cantora contou à Freemuse que, no início de agosto de 2019, foi cancelada sua participação na Parada do Orgulho LGBT de João Pessoa, na Paraíba.



Linn da Quebrada
Créditos: DAMOTTA



Özgürcan Taşçı

Em 2018, Özgürcan Taşçı pretendia entrar no metrô de Istambul com um grande quadro seu emoldurado, mas foi forçado pelos seguranças do metrô a cobri-lo porque consideraram “inadequado à moral pública”.
Créditos: Cortesia Özgürcan Taşçı

“Principalmente por causa do meu estilo e dos temas que minha fala desencadeia, recentemente tenho enfrentado dificuldades para acessar alguns espaços, inclusive os LGBTI. Resistem em me contratar por causa do momento político em que vivemos. Não querem se sentir ameaçados de perder apoio financeiro.”

Linn da Quebrada, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019

Na Turquia, a instabilidade política e a tentativa de golpe de 2016 continuam a ter impacto negativo sobre os direitos das comunidades LGBTI. A falta de proteções legais para pessoas LGBTI na legislação nacional durante o estado de emergência permitiu às autoridades reprimir desproporcionalmente pessoas LGBTI. Isso é agravado pela impunidade concedida a autores de crimes de ódio.

Contando com segmentos conservadores da sociedade turca, esses grupos impõem julgamento moral com base na religião e nos “valores familiares tradicionais”. Além disso, o regime atual usa largamente a crise política para atacar grupos de defesa LGBTI que minam sua credibilidade.

A Freemuse observou que em muitos outros países onde a homossexualidade é legalizada pessoas LGBTI estão sob constante ameaça de violência. Em alguns casos, houve um aumento no número de agressões. Por exemplo, os gays enfrentam novos graus de violência na República Tchetchena Russa. Desde 2017, tem havido um “expurgo vicioso antigay em grande escala”, resultando em tortura e assassinatos. Homens gays e mulheres trans na América Central—El



Salvador, Guatemala, Honduras—também são frequentemente sujeitos à violência. Em outubro de 2018, as autoridades policiais da Indonésia expuseram as comunidades LGBTI locais a uma série de prisões e humilhações públicas. Sob as recentes crises políticas na Venezuela, grupos LGBTI foram declarados inimigos do regime de Nicolás Maduro, aumentando sua vulnerabilidade já existente.²¹

Apesar da homossexualidade não ser criminalizada, grupos LGBTI em muitos desses países não podem exercer com plenitude e igualdade o direito à liberdade de expressão, associação e reunião. Nos últimos três anos, a Freemuse documentou dezenas de casos em que artistas LGBTI tiveram pedidos de lançamento de filmes, livros e outras obras de arte recusados. Essas violações ocorrem

em diferentes países, com diferentes graus de proteção aos direitos LGBTI, mas todas têm impacto negativo sobre os indivíduos LGBTI que desejam exercer seus direitos à liberdade de expressão artística. Embora presentes com mais frequência em países onde a legislação nacional proíbe a representação afirmativa de comunidades LGBTI, ainda há violações em qualquer país onde a homossexualidade é legal.

Expressão artística em países com leis que restringem a liberdade de expressão em questões LGBTI

O relatório ILGA World 2019 indica que em pelo menos sete estados-membros da ONU onde a legislação nacional não criminaliza a homossexualidade, existem dispositivos legais que restringem a liberdade de expressão de direitos LGBTI de várias maneiras. Esses países são: Bielorrússia, China, Indonésia, Jordânia, Lituânia, Paraguai e Rússia. As limitações que impõem geralmente se referem a discussões sobre conteúdo LGBTI on-line ou em espaços públicos que podem ser compartilhados com menores.

A pesquisa da Freemuse apontou que, embora a discriminação com base em orientação sexual e identidade e expressão de gênero exista até certo ponto em todos esses países, a situação na Jordânia parece ser a mais prejudicial para as liberdades artísticas. Quando a Jordânia se tornou independente das autoridades coloniais britânicas em 1951, seu Código Penal não criminalizou a homossexualidade. Entretanto, pessoas LGBTI neste país ainda são alvo de uma lei que regulamenta a “moralidade pública”. Além disso, o Artigo 37 (viii) da Lei de Imprensa e Publicações da Jordânia proíbe a publicação de conteúdo que “incentive a perversão” ou possa “levar à corrupção moral”.

Em julho de 2017, esta lei foi usada pela Comissão de Mídia da Jordânia para justificar a proibição da revista on-line local My.Kali, criada em 2007 com foco em conteúdo LGBTI. O acesso à revista foi supostamente bloqueado porque o fundador não havia solicitado ao Ministro de Tecnologia da Informação e Comunicações a licença de

acordo com a lei. A proibição foi solicitada por Dima Tahboub, membro do parlamento da Frente de Ação Islâmica. Essa decisão catapultou as questões LGBTI para o centro do debate político e resultou em uma série de declarações duras do Ministro do Interior e do Ministro da Justiça contra a comunidade LGBTI. Tanto Ghaleb al-Zu’bi quanto Awad Al-Mashagbeh publicaram cartas separadas nas quais afirmavam que reconhecer os direitos LGBTI é considerado “um desvio da lei islâmica e da constituição jordaniana”. Ironicamente, o fundador da revista, Khalid Abdel-Hadi, afirmou que desde 14 de julho de 2016 o domínio mykalimag.com estava indisponível para usuários jordanianos e que My.Kali era publicada na plataforma on-line Medium.com.

O parlamentar jordaniano Dima Tahboub foi um dos vários representantes de Estado de Amã que também pediu o cancelamento de um show da banda libanesa Mashrou’ Leila em junho de 2017. O Ministro do Interior Ghaleb al-Zu’bi recusou-se a conceder permissão para este show, alegando que evitaria “a exploração de tais apresentações para a implementação de certas agendas que podem levar a desentendimentos internos”. O concerto de Mashrou’ Leila foi cancelado de forma semelhante em abril de 2016, quando deveriam se apresentar no Teatro Romano em Amã. Foi-lhes explicado que, apesar de terem se apresentado no anfiteatro em três ocasiões, a sua música “ia contra a ‘autenticidade’ do local”.

Neste cenário, outros artistas LGBTI não conseguem exercer plenamente o direito à

expressão criativa e artística. Safi, artista gay da Jordânia, dirige um grupo de teatro que às vezes foca-se clandestinamente em temas LGBTI nas peças que produzem. Em 2017, Safi trabalhou na montagem de uma peça sobre um homem trans que vive na Jordânia. Essa peça só pode ser encenada uma vez, para um público constituído principalmente de jovens conhecidos da equipe e uma rede muito pequena de ativistas LGBTI. Safi disse à Freemuse que se sentia constantemente sob ameaça e que não tinha meios de auto-expressão pública.

“Tivemos uma situação em que algumas pessoas descobriram que estávamos trabalhando em uma peça sobre uma pessoa transgênero e começaram a nos ameaçar. Esse foi o motivo pelo qual fui demitido do teatro juvenil onde trabalhava na época.”

Safi, entrevista à Freemuse, 5 de julho de 2019

Além da primeira encenação, a equipe apresentou a peça em duas outras ocasiões fora da Jordânia—em Istambul e em Beirute. Em setembro de 2018 encenaram a peça como parte da programação da conferência regional LGBTI organizada pela Fundação Árabe pela Liberdade e Igualdade no Líbano. Entretanto, a conferência foi invadida pela polícia. Agentes da Segurança Geral encerraram a conferência e conseguiram os dados de todos os participantes dos registros de hotéis. Safi disse à Freemuse que toda a equipe foi posteriormente colocada na lista negra do Líbano.

Liberdades artísticas nos países do Leste Europeu que proíbem a “propaganda homossexual”

A legislação de 2013 na Rússia que proíbe menores de acessar informações sobre temas LGBTI se reflete na adoção de leis semelhantes na Lituânia em 2014 e na Bielorrússia em 2017. Leis que proíbem a “promoção de relações sexuais não tradicionais” para menores não só afetam a informação que as escolas primárias e secundárias podem compartilhar com os alunos, mas, na prática, têm um impacto negativo na liberdade de expressão de questões de SOGIESC em geral. Nos últimos anos, a Freemuse documentou várias violações de liberdades artísticas na Europa Oriental que ocorreram em escolas ou em outros locais frequentadas por menores.

Um dos resultados diretos da implementação dessa lei pode ser visto na versão russa do livro infantil Histórias de Ninar para Garotas Rebeldes (*Good Night Stories for Rebel Girls*) publicado em 2018. O livro foi lançado mundialmente apresentando 100 histórias reais sobre mulheres extraordinárias do passado e do presente. A versão russa não inclui a história de Coy Mathis—uma jovem trans americana que em 2013 processou seu estado natal, o Colorado, para ter o direito de usar o banheiro feminino. Em vez de 100 histórias, a edição impressa na Rússia contém 99 histórias e uma página em branco—supostamente para os leitores adicionarem a sua própria.

A Freemuse também documentou casos em que autoridades do estado russo intervieram em atividades culturais, suspeitando erroneamente que estas tratavam da homossexualidade. Em novembro de 2018, a polícia local da cidade de Yekaterinburg, na região de Sverdlovsk, confiscou 17 desenhos de crianças que tinham como tema a tolerância, supostamente porque alguns retratavam “casais de pessoas do mesmo sexo”. Foi relatado que a polícia declarou mais tarde não ter encontrado evidência alguma de “promoção da homossexualidade”.

Em março de 2019, policiais da cidade de Komsomolsk-on-Amur interrogaram alunos do teatro ativista jovem Merak, envolvidos nos preparativos para apresentar *Blue and Pink* (Azul e Rosa). As crianças foram questionadas sobre o conteúdo da peça e a natureza de suas conversas com a diretora Julia Tsvetkova. A diretora afirmou que, embora a peça tratasse da igualdade de gênero, as autoridades suspeitavam que continha em algum grau propaganda da homossexualidade. Proibiram a peça, mas ainda assim foi encenada a portas fechadas. Entretanto, com medo de maiores repercussões, a diretora cessou suas atividades dentro do teatro Merak em seguida. Mais tarde, em dezembro de 2019, Tsvetkova foi considerada culpada de “propaganda de relações sexuais não tradicionais entre menores” e multada em 50.000 rublos (aproximadamente 730 euros), por causa de dois grupos de mídia social com tema LGBTI que administrava.

A política de governo que supostamente visa “proteger” crianças da exposição “prejudicial” a temas considerados donosos a seu desenvolvimento também causou impacto em filmes exibidos nos cinemas mainstream russos. Em maio de 2019, a produtora de filmes russa Central Partnership cortou cenas que continham sexo gay em *Rocketman*, o filme sobre a vida do músico britânico Elton John. Embora o filme “não fosse para menores” (classificação restrita), o distribuidor local editou as cenas para garantir que não violasse a lei russa.

Por outro lado, em abril de 2019, duas semanas antes da estreia de seu grande sucesso de bilheteria, *Vingadores: Endgame*, a Disney anunciou que o filme não seria exibido na Rússia com legendas direto do inglês. A decisão foi tomada supostamente porque o filme contém uma cena em que um personagem masculino conta a história de um encontro romântico com outro homem. Quando o filme foi lançado, as legendas em russo foram alteradas durante essa conversa, substituindo “encontro” com outro homem por “jantar”. Embora seja uma pequena mudança no contexto de um filme de três horas, esta edição minou a mensagem sobre o primeiro personagem abertamente gay da Marvel.

Além disso, algumas atividades culturais LGBTI na Rússia são organizadas em um cenário no qual a violência e as hostilidades representam ameaças reais. Sasha Babenko, do grupo LGBT Coming Out (Saindo do Armário), que organiza o Queerfest em São Petersburgo, disse à Freemuse que uma série de ameaças falsas de bombas—muito comuns nos primeiros anos do festival—voltaram a acontecer em 2018. Dois painéis de discussão anunciados para 27 de setembro foram cancelados por causa das ameaças. Embora denunciar ameaças falsas seja um crime na Rússia e os organizadores tenham sempre registrado queixa quando essas ameaças aconteceram, ninguém nunca foi processado por elas. Ao contrário, as investigações são invariavelmente encerradas devido a alegações da polícia de falta de evidências suficientes para determinar a ligação entre a violação e os suspeitos. Essa prática causa sérios problemas para organizadores de atividades LGBTI em toda a Rússia quando alugam espaços. Os locais culturais temem perder dinheiro se alguém relatar uma ameaça de bomba falsa porque significa que têm que cancelar todos os outros eventos que acontecem em suas instalações ao mesmo tempo.

Essas ameaças de bomba costumam ser agravadas por protestos contra eventos culturais com tema LGBTI. Em 13 de fevereiro de

2016, ativistas ortodoxos do grupo Narodny Sobor (Assembleia do Povo) liderados pelo parlamentar Vitaly Milonov, tentou impedir a peça gay de Konstantin Raikin Todos os Tons de Azul (*All Shades of Blue*) no teatro Baltic House em São Petersburgo. Do lado de fora do local onde a peça estava sendo encenada, a Assembleia do Povo distribuiu panfletos protestando contra a peça porque continha “um personagem gay de natureza pervertida”. A peça acabou sendo interrompida por uma ameaça de bomba, forçando a evacuação de todos que a assistiam. Os mesmos acontecimentos se repetiram na noite seguinte. Entretanto, os organizadores falam em como a peça foi encenada em ambas as noites, porque o público estava determinado a esperar e assistir.

A Freemuse também conversou com Anastasia Patlay, diretora da peça documental *Out of the Closet* (Fora do Armário) do Teatr.DOC, sediado em Moscou, que disse que a peça faz parte do repertório do Teatr.DOC desde 2016. Para evitar problemas com as autoridades, a empresa assumiu a responsabilidade de garantir que todos na plateia tenham mais de 18 anos, verificando suas identidades. Embora as apresentações tenham algumas vezes desencadeado comentários negativos de grupos de direita, em 28 de agosto de 2019 a peça foi interrompida por membros do movimento South East Radical Block (SERB) que acusaram o teatro de expor ilegalmente menores a “propaganda gay”, alegando que um membro da audiência era menor de 18. Após a chegada da polícia, foi apurado que uma pessoa do público, que supostamente pertencia ao movimento SERB, entrou no teatro com uma carteira de identidade falsificada que dizia que sua idade era 19 anos, quando na realidade era 15. Os policiais trouxeram a diretora da peça, Anastasia Patlay, à delegacia para interrogatório sobre o incidente, enquanto os que interromperam a peça não sofreram consequências.

O conteúdo artístico LGBTI também está sendo atacado na Rússia. Em 2018, seis membros do Belarus Free Theatre foram

presos e processados em duas ações separadas por envolvimento em produções artísticas LGBTI. Svetlana Sugako, assistente do diretor teatral, disse à Freemuse que, embora esses indivíduos tenham sido oficialmente presos por encenar protestos ilegais, pessoas que trabalham no Belarus Free Theatre acreditam que o verdadeiro motivo é o trabalho com questões LGBTI.

“Temos certeza de que foi por causa desse assunto. Caso contrário, se fossem várias pessoas dançando em espaço público por algum outro motivo, elas não seriam presas.”

Svetlana Sugako, entrevista à Freemuse, 17 de julho de 2019

Os dois incidentes que levaram às ações judiciais ocorreram em maio e dezembro de 2018. Ambos estavam ligados a performances públicas de integrantes do Belarus Free Theatre, o Studio Fortinbras, que abraça o ‘ativismo’ (arte e ativismo). A primeira ação foi organizada em maio como protesto a um comunicado do Ministério do Interior que dizia que “relacionamentos do mesmo sexo são falsos”. Os alunos do Studio Fortinbras do Belarus Free Theatre protestaram pintando pegadas e vasos de flores com as cores do arco-íris na base de uma estátua de um policial na frente do Ministério do Interior. Em 28 de junho de 2018, três desses estudantes foram presos. Depois de ficarem detidos durante a noite, foram julgados em três tribunais diferentes e multados em 73,5 rublos (31,5 euros) cada um por desobediência à polícia. No segundo incidente, outros três estudantes foram processados por

causa de uma performance encenada em 28 de novembro de 2018 em que se vestiram como policiais com dragonas nas cores do arco-íris. Em meados de dezembro, os três foram condenados por montar um evento de grande público não autorizado e multados em 15 taxas de referência (equivalentes a cerca de 150 euros).

Censura de conteúdo LGBTI em escolas e bibliotecas americanas

Seis estados nos EUA ainda têm as chamadas Leis *No Promo Homo*, que proíbem a discussão de temas LGBTI de uma maneira positiva durante as aulas de saúde

e sexualidade, geralmente ministradas como parte do currículo de escola. Uma vez que essas leis são geralmente usadas de forma muito ampla, afetando os currículos de outros cursos, bem como atividades extra-curriculares, tiveram um impacto significativo na liberdade de expressão e na expressão artística. Além disso, a Freemuse documentou que restrições às liberdades artísticas impedem que conteúdo LGBTI seja exibido dentro e ao redor de escolas e outros locais onde menores se reúnem—não só nos seis estados onde não há a Lei *No Promo Homo*, mas em todo os EUA.

Em 2019, a Coalizão Nacional contra a Censura (NCAC) iniciou o projeto *Uncensored Pride* (Orgulho Sem Censura), como uma resposta ao que documentaram como uma resistência cada vez maior e desproporcional a conteúdo LGBTI em escolas e bibliotecas públicas. Embora tratando principalmente da censura de livros e materiais educacionais, a NCAC também notou um esforço intensificado para restringir o acesso à arte e outros

Belarus Free Theatre protest

Credit: Courtesy of Belarus Free Theatre



produtos culturais que apresentam vivências LGBTI em bibliotecas e outros espaços juvenis.²² Os resultados publicados pela American Library Association (Associação Americana de Bibliotecas) sobre livros considerados inadequados por conteúdo LGBTI também enfatiza esse problema. Seus pesquisadores descobriram que, ao compilar a lista anual dos Most Challenged Books (Livros Polêmicos), mais da metade dos livros mencionados por membros de bibliotecas dos EUA como tendo conteúdo problemático em 2018 incluía personagens LGBTI. A mesma tendência continuou em 2019.

O cancelamento de um evento relacionado a drag queens programado para ser realizado na biblioteca pública de Ohio—Delaware County District Library—em junho de 2019 durante o Mês do Orgulho exemplifica ainda mais esse problema. O anúncio dos organizadores de que o evento disponibilizaria um tutorial mostrando como se maquiar e se vestir como drag queen e um guia de sexo seguro provocou uma enorme reação. O presidente republicano da Câmara, Larry Householder, enviou uma carta dizendo que as bibliotecas públicas “não deveriam ser uma fonte para meninos adolescentes aprenderem a se vestir de drag queens.” Em seguida, após longas consultas à polícia, a administração da biblioteca cancelou o evento “Drag 101”.

Outra atividade relacionada ao Mês do Orgulho LGBTI, realizada no contexto de uma instituição educacional, foi censurada em junho de 2019 no Arkansas. O presidente da University of Central Arkansas, Houston Davis, ordenou a retirada de uma placa que continha a frase da popular cantora Lady Gaga sobre LGBTI. A placa colocada pela biblioteca para celebrar o Mês do Orgulho dizia: “Ser gay é como purpurina. Nunca vai embora. Lady Gaga”. Argumentando que há uma “linha tênue entre a liberdade de expressão individual e a voz institucional”, o presidente ordenou a remoção da placa caso menores que frequentavam programas de verão pudessem vê-la.²³

Além disso, no início de setembro de 2019, a autora Julia Watts foi removida da lista de participantes do festival literário para adolescentes LitUp, que seria realizado na Knox County Public Library (Biblioteca Pública do Condado de Knox), no Tennessee, em 13 de outubro. A escritora, que ganhou muitos prêmios por sua produção literária com tema LGBTI, foi excluída do festival por causa de alguns de seus trabalhos “descritos como erotismo lésbico” e, portanto, impróprios para adolescentes.

A prática de punir escritores por causa de seus trabalhos com temas LGBTI também foi registrada na Olivet Nazarene University em Illinois. Em 28 de junho de 2019, o professor T.J. Martinson foi demitido dessa universidade particular cristã por causa do romance de ficção *The Reign of the Kingfisher* (O Reino do Martim-Pescador) que publicou em março de 2019. Uma pessoa anônima queixou-se à direção do corpo docente que o romance incluía palavrões e personagens considerados questionáveis, incluindo uma lésbica, uma trabalhadora do sexo e uma personagem que “decide ter esperança em vez de orar”.²⁴ Em uma postagem no Facebook, Martinson afirmou que seu romance já havia sido publicado quando se candidatou ao emprego, e que a universidade estava ciente de seu apoio à comunidade LGBTI quando analisaram sua candidatura.

Autoridades chinesas censuram arte LGBTI em espaços on-line

Desde 2015, as autoridades chinesas adotaram várias políticas que proíbem a circulação de conteúdo com tema LGBTI na televisão e em plataformas on-line. Essas regulamentações causaram impacto significativo e predominante na promoção da arte queer no espaço on-line, mas também afetaram eventos culturais organizados em configurações off-line. O diretor de cinema Popo Fan disse à Freemuse que, embora as

regulamentações visem o discurso on-line, em sua opinião tudo está conectado e a censura está ficando cada vez mais rígida na China.

No final de 2014, Popo Fan notou que seu documentário *Mama Rainbow*—apresentando histórias de seis mães e seus filhos gays e lésbicas—lançado em 2012, não estava mais disponível para visualização em três grandes sites de streaming de vídeos na China. Algumas dessas plataformas alegaram ter recebido ordem da SAPPRFT—Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Cinema e Televisão—para excluir o filme por violar diretrizes da Estatal. Em fevereiro de 2015, ele solicitou que a SAPPRFT lhe fornecesse um documento descrevendo o raciocínio oficial para o bloqueio de seu filme. Entretanto, o órgão regulador respondeu que nunca havia emitido tal ordem. Popo Fan abriu processo em um tribunal de Pequim, que confirmou que a SAPPRFT não havia emitido nenhum documento desse tipo, mas ainda não está claro por que o filme continua indisponível em plataformas on-line.

“Depois de entrar com o processo, algumas das minhas projeções foram canceladas e os organizadores sempre me diziam que a polícia veio e que não podiam exibir meu filme. Fiquei muito chateado com isso e em 2017 deixei a China, principalmente por causa da busca pela liberdade de expressão e por mais recursos para trabalhar com arte.”

Popo Fan, entrevista à *Freemuse*, 30 de agosto de 2019

Criadores de outras obras de arte com tema LGBTI também enfrentam graves consequências para promovê-las em plataformas digitais. Em novembro de 2018, a escritora conhecida pelo pseudônimo Tianyi foi condenada a 10,5 anos de prisão por supostamente “produzir e vender o romance gay erótico pornográfico” intitulado *Ocupe (Occupy—Gongzhan)*. Foi relatado que, como seu livro lucrou com a venda de mais de 5.000 exemplares e incluía uma protagonista gay, o crime tornou-se especialmente grave.

As autoridades governamentais também

querem tirar do ar sites e plataformas on-line que vendem conteúdo LGBTI. Em maio de 2019, após denúncia de um censor anônimo, o Escritório Nacional Contra Publicações Pornográficas e Ilegais da China ordenou que o site Jinjiang Literature City fechasse algumas de suas seções on-line que promoviam ficção LGBTI. Embora essa plataforma já praticasse autocensura e oferecesse aos leitores a opção para apontar conteúdo que considerassem “prejudicial,” foram forçados a suspender a publicação de todos os conteúdos novos por 15 dias.

As políticas restritivas chinesas para conteúdo LGBTI também tiveram impacto na programação de televisão. Em fevereiro de 2019, a estação de TV chinesa Mango censurou o discurso de Rami Malek na cerimônia de entrega do Oscar. Editou uma referência à homossexualidade durante o discurso do ator que ganhou o Oscar pelo papel de Freddie Mercury no filme biográfico *Bohemian Rhapsody*. A mesma estação de TV borrou a imagem de bandeiras de arco-íris durante a transmissão do concurso de música Eurovision em maio de 2018 e deixou de transmitir duas apresentações, incluindo a do representante da Irlanda Ryan O’Shaughnessy, que apresentou dois dançarinos representando uma história de amor gay. Em retaliação, a European Broadcasting Union (EBU) proibiu a TV Mango de transmitir o Eurovision.²⁵

Por fim, a *Freemuse* registrou que órgãos normativos chineses também se envolveram na censura de filmes queer, cortando conteúdo referente à homossexualidade. As autoridades de censura deram permissão para o lançamento de *Bohemian Rhapsody*, mas cortaram mais de dois minutos do filme que apresentavam informações importantes sobre o vocalista da banda Queen, um ícone LGBTI que morreu de doenças relacionadas à AIDS aos 45 anos. Na versão lançada na China em março de 2019, cenas de dois homens se beijando e a palavra ‘gay’ foram removidas.

Film poster for Mama Rainbow

Credit: Courtesy of Popo Fan

彩虹伴我心

MAMA RAINBOW



一部关于同志母亲的纪录片

A documentary about mothers of guys and lesbians

导演/Director: 范坡坡Fan Popo

监制/Executive Producer: 阿强Ah Qiang

制片人/Producers: 魏建刚Xiaogang Wei、涂建平Stijn Deklerck

平面设计/Graphic Design: 陈文杰Charlie Chen

出品机构/Production Organizations:



Expressão artística em países sem obstáculos legais para discussão sobre questões LGBTI

Quase dois terços dos estados-membros da ONU não impõem obstáculos legais à liberdade de expressão LGBTI. Suas leis cumprem amplamente os padrões internacionais de direitos humanos, promovendo igualdade e banindo a discriminação. Entretanto, apesar dessas proteções legais, violações de expressões artísticas ainda ocorrem, chegando a impedir a liberdade de expressão de artistas LGBTI ou aqueles que trabalham com temas LGBTI. Em alguns países existem tendências emergentes de repressão aos direitos LGBTI, afetando também a expressão artística, enquanto em outros há violações da expressão artística em casos esporádicos.

Artistas LGBTI nesses contextos sofreram diferentes formas de impacto. Enfrentam processos, estão sujeitos à censura ou a recursos financeiros limitados. Além dessas questões, é sabido que autoridades públicas têm discriminado abertamente artistas LGBTI e obras de arte queer em suas declarações públicas. Essas declarações hostis promovem divisões, muitas vezes dentro de uma narrativa populista mais ampla, e podem ter um impacto extremamente prejudicial sobre o status das minorias sexuais e daqueles indivíduos cuja identidade de gênero não corresponde ao normativo binário tradicional. Os pedidos de censura de obras de arte LGBTI não são feitos apenas por representantes de ideologias da direita política, mas também por grupos religiosos conservadores e indivíduos violentos.

Governos que reprimem arte queer

O Brasil é um dos países onde a comunidade LGBTI se encontra no meio de práticas políticas e jurídicas ambíguas. Se por um lado, em junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal votou pela criminalização da discriminação e de atos de ódio contra pessoas LGBTI, por outro lado, o presidente do país constantemente faz declarações abertamente discriminatórias por motivos de SOGIESC. Desde que assumiu o cargo em janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro excluiu a pasta de direitos LGBTI do Ministério dos Direitos Humanos e defendeu fortemente a exclusão da homossexualidade de livros didáticos. Paralelamente a isso, a violência contra pessoas LGBTI no Brasil tem sido muito frequente. A organização de direitos humanos Grupo Gay da Bahia, que monitora crimes de ódio por motivos de SOGIESC, informou que nos primeiros cinco meses de 2019 pelo menos 141 pessoas LGBTI foram mortas.

Desde o início de 2019, o presidente do Brasil tem causado indignação por suas atitudes negativas contra as pessoas LGBTI e protestos afloraram no início de março, durante o famoso Carnaval do Brasil. Muitas pessoas adotaram formas criativas para destacar a notória política homofóbica do presidente. Para responder às críticas a que foi exposto, o presidente Bolsonaro twittou um vídeo filmado durante o carnaval em São Paulo que mostrava um homem se masturbando

e sendo urinado por outro em seguida. Este vídeo foi extraído de uma guerrilla performance de três horas por um coletivo de arte de seis pessoas, no qual os artistas Paulx Castello e Jeffe estavam envolvidos. Embora dois deles tenham fugido de São Paulo por medo das consequências depois que o presidente os expôs em sua conta no Twitter, voltaram para a capital e continuaram se apresentando.

Além disso, em agosto de 2019 o presidente brasileiro suspendeu o financiamento público para filmes LGBTI. Antes dessa decisão ser anunciada no site oficial do governo, afirmou em discurso transmitido on-line que mudaria a estratégia para projetos de filmes financiados pelo governo, especificamente declarando que “financiar roteiros com temas LGBTI é jogar dinheiro fora”. A decisão foi considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2019.

Esse movimento tem sido acompanhado por autoridades interferindo cada vez mais nas políticas editoriais de eventos culturais. Em setembro de 2019, o prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella exigiu a retirada do gibi *Vingadores: A Cruzada das Crianças* à venda na Bienal do Livro do Rio. O prefeito, que é ligado à Igreja Evangélica Universal do Reino de Deus, visou o livro da Marvel porque a capa mostrava os super-heróis Wiccan e Hulkling se beijando. O pedido de Crivella acabou provocando efeito contrário. O livro esgotou quase imediatamente e toda a publicidade negativa levou a imagem da capa do livro para a primeira página do jornal Folha de São Paulo.

O debate em torno de orientação sexual e identidade e expressão de gênero na Turquia passando pelo mesmo na atual crise política, em que as visões conservadoras dos governantes estão sufocando o debate LGBTI e todas as formas de expressão criativa desta questão crucial. Sob o estado de emergência após a tentativa de golpe militar de 2016, o governador de Ancara, que foi nomeado pelo presidente Recep Tayyip Erdoğan

(diferentemente do prefeito eleito nas eleições locais), proibiu quaisquer eventos públicos LGBTI na capital da Turquia a partir de 18 de novembro de 2017.

A proibição foi declarada com base na “proteção da saúde pública, da moralidade e dos direitos dos outros” e dirigida a qualquer atividade LGBTI: exibição de filmes, exposições de arte, debates, em qualquer espaço público. Ativistas locais acreditam que a capital foi alvo devido à sua reputação em todo o país como um bastião do movimento LGBTI. Também acreditam que a proibição foi diretamente inspirada por uma campanha na mídia social, orquestrada contra o festival de cinema de língua alemã Pink Life QueerFest. O festival seria realizado em Ancara nos dias 16 e 17 de novembro de 2017, com o apoio oficial da Embaixada da Alemanha. Entretanto, as autoridades turcas o proibiram, usando as ameaças feitas nas redes sociais para destacar “preocupações de segurança”, acrescentando que “certos grupos com certas sensibilidades sociais reagiriam negativamente ao festival”. Além disso, em um discurso televisionado uma semana antes da proibição, o presidente Erdoğan atacou as autoridades de Ancara eleitas nas eleições locais pelo apoio à comunidade LGBTI.

Embora o estado de emergência tenha acabado em julho de 2018, a proibição de eventos LGBTI continuou em vigor até abril de 2019, quando um tribunal de Ancara finalmente acabou com a proibição, determinando que era ilegal e “restringia direitos e liberdades de forma incondicional, vaga e desproporcional”.²⁶ Entretanto, por causa da proibição dezenas de atividades culturais relacionadas a questões LGBTI foram canceladas, empurradas para a clandestinidade ou transferidas para outras cidades da Turquia.

Durante este período, a Freemuse também documentou um caso em que um meio de comunicação turco sofreu uma ação punitiva. Em um movimento sem precedentes em setembro de 2018, o Supremo Conselho de Rádio e Televisão da Turquia (RTUK) multou

a AS TV em 17.000 liras turcas (aproximadamente 2.000 euros) por reproduzir o videoclipe da canção *Secrets* (Segredos) da cantora Pink. O canal foi penalizado pelo censor de televisão por transmitir o vídeo que apresentava “figuras em uma dança erótica de natureza homossexual”, em horários em que crianças e jovens podiam assisti-lo e “ser influenciados negativamente”.

A Polônia é outro país em que a comunidade LGBTI tem enfrentado recentemente uma resistência cada vez maior contra as proteções alcançadas, incluindo o corte da assistência financeira para organizações que defendem os direitos de SOGIESC. Essa tendência é melhor ilustrada pelo fato de que, em 2019, pelo menos 80 administrações locais, dirigidas pelo governante Partido da Lei e da Justiça, se declararam como “zonas livres de LGBTI”. Nessa atmosfera, a expressão artística queer é constrangida. Em março de 2020, um menino de 16 anos de Jordanów foi levado ao Tribunal de Família em Sucha Beskidzka acusado de violação do artigo 137 do Código Penal (insultos a símbolos do Estado). A acusação contra ele foi feita pelo prefeito Andrzej Malczewski por um desenho publicado em um grupo fechado do Facebook em 14 de fevereiro, retratando o brasão da cidade contra um fundo de arco-íris. O jovem de 16 anos criou esta peça artística como uma reação à decisão do conselho local de declarar Jordanów “zona livre de LGBTI” em maio de 2019.

Devido ao ambiente restritivo geral, na versão do filme de fantasia *Avante* que entrou em março de 2020 nos cinemas poloneses, uma personagem lésbica foi excluída. Após o movimento na Rússia, o distribuidor do filme substituiu o termo que a policial ciclope Specter usa se referindo à “filha da namorada” por “enteada”.²⁷ A Freemuse documentou censura a conteúdo LGBTI também na emissora nacional TVP1. Em 16 de maio de 2020, durante a edição especial do *Eurovision: Europe Shine a light*, a TV transmitiu comerciais por cerca de 10 minutos, quando a youtuber transgênero holandesa Nikkie de Jager, conhecido como NikkieTutorials, apresentou o segmento do

programa.²⁸

A expressão artística de temas LGBTI não está sob ataque apenas em países onde a liderança política ataca sistematicamente os debates de SOGIESC ou comunidades LGBTI. Em 4 de agosto de 2019, a polícia venezuelana prendeu quatro pessoas envolvidas na produção da peça de teatro *Dos policías en problemas* (Dois policiais em apuros), que vinha sendo encenada em um teatro há quase um mês antes da prisão. Dois atores, o diretor e o produtor foram acusados de “usurpar a função pública ao apresentar uma peça teatral vestindo uniforme oficial”. O foco principal do roteiro é uma história romântica entre dois policiais gays e, portanto, exigia que seus integrantes usassem uniformes de polícia. As autoridades consideraram a atuação e o uso do uniforme policial um ato “ridicularizante” e que os envolvidos na produção da peça estavam distorcendo deliberadamente “as verdadeiras funções da polícia”. Foram libertados assim que depuseram e a peça logo foi retomada com os atores principais vestindo cópias dos uniformes. Entretanto, fotos dos atores da peça dando depoimento na delegacia vazaram e se espalharam pelas redes sociais. Reagindo ao vazamento, o ator Isaias Ovalle, que interpreta um dos policiais, afirmou: “Se eu acordar picado em pedaços, incinerado, sequestrado ou morto, você saberá por quê. Não é brincadeira, é sério, então venha ver a peça antes que acabe”.²⁹

Em 13 de fevereiro de 2019, um oficial do Kosovo, Xheladin Krasniqi, do Ministério da Justiça, postou comentários incendiários na página do Facebook da companhia de teatro Qendra Multimedia que, na época, estava promovendo sua peça *55 Shades of Gay* (55 Tons de Gay). Nos comentários, ele pedia o assassinato dos membros da companhia, acrescentando que “as pessoas LGBTI deveriam ser todas decapitadas”. Posteriormente foi preso por 48 horas. O roteirista Jeton Neziraj afirmou que, enquanto trabalhava na peça, os membros da equipe recebiam ameaças de morte e comentários de ódio nas redes sociais que não levavam

a sério, mas levaram a sério quando o autor foi um conhecido funcionário do governo de Kosovo.

A Freemuse observou movimentos semelhantes de censura de expressão artística LGBTI de outras instituições financiadas pelo estado. Em março de 2019, a North Sumatra University (USU), universidade pública em Medan, na província de Sumatra do Norte, na Indonésia, ordenou o fechamento do site Suara USU (Notícias USU) porque apresentava uma história de amor fictícia entre duas mulheres. A equipe editorial do portal universitário administrado por estudantes teve 48 horas para fechar o site e desocupar a redação. Essa ordem veio quase duas semanas depois que uma matéria, *Semua Menolak Kehadiran Diriku di Dekatnya* (Todos recusam minha presença perto dela), escrita por Yael Stefany Sinaga, foi publicada. Entretanto, embora o site da Suara USU tenha sido suspenso, seus editores conseguiram mudar para outro provedor e republicar todo seu conteúdo.

Fotografia de 55 Shades of Gay (55 Tons de Gay)

Créditos: Jetmir Idrizi

Supressão de liberdades artísticas por motivos religiosos

Em uma tendência crescente, a Freemuse observou que os governos de países onde a homossexualidade é legal estão cada vez mais se envolvendo com e aproveitando a voz de autoridades religiosas para incentivar o debate público sobre direitos LGBTI. Em alguns países—especialmente na América Latina—diferentes igrejas têm fortes alianças com governos e às vezes atuam como legisladores. Essas conexões entre as elites políticas e religiosas conservadoras também têm impacto negativo na comunidade LGBTI e são visíveis em violações de liberdades artísticas.

O Brasil tem sido um país líder nesse sentido. Em 19 de julho de 2019, o prefeito da cidade de Belo Horizonte, Alexandre Kalil, cancelou Coroação de Nossa Senhora das



Travestis—uma apresentação de teatro que deveria ser encenada em um festival local patrocinado pela prefeitura. Antes dessa proibição, o arcebispo Walmor Oliveira de Azevedo divulgou uma declaração em que considerava a peça “uma ação preconceituosa e criminosa de desrespeito à fé católica cristã”. Em resposta à declaração do arcebispo contra a peça produzida em 2017 pelo grupo de artistas transgêneros Academia Transliteraria, o prefeito twittou: “Eu defendo todas as liberdades. Sou católico devotado a Santa Rita de Cássia. Não se preocupe, ninguém vai atacar nenhuma religião. Isso não é cultura”.³⁰

Além disso, o filme da Netflix *A Primeira Tentação de Cristo* que mostra a história de Jesus Cristo voltando para casa para completar 30 anos com seu namorado Orlando, gerou críticas no Brasil por ser considerado um insulto a sentimentos religiosos. Em seguida, foi lançado o filme Especial de Natal da Porta dos Fundos, e surgiu um abaixo-assinado on-line pedindo sua proibição que gerou cerca de dois milhões de assinaturas. Em 24 de dezembro, a sede da Porta dos Fundos foi atacada com dois coquetéis molotov. Entre os agressores estava o empresário Eduardo Fauzi que fugiu para a Rússia e de lá assumiu ser responsável pelo atentado em um vídeo on-line. Além disso, a organização católica Centro Dom Bosco pela Fé e Cultura apresentou uma denúncia contra o filme, alegando que feria “a honra de milhões de católicos”. Respondendo à queixa, em 7 de janeiro de 2020, o juiz do Rio de Janeiro Benedicto Abicair ordenou que a Netflix removesse temporariamente o filme de sua plataforma. No entanto, dois dias depois, o presidente do Supremo Tribunal Federal do Brasil, desembargador Dias Toffoli, rejeitou a decisão do tribunal de primeira instância e permitiu que a Netflix continuasse transmitindo o filme.

Casos semelhantes de decisões de autoridades públicas tomadas para proteger as crenças religiosas são registrados em outros países. Em 6 de maio de 2019, Elżbieta Podleśna, uma ativista da cidade de Płock,

no centro da Polônia, foi detida por várias horas sob suspeita de “ofender crenças religiosas”. Foi presa em conexão a um pôster da Virgem Maria com um halo pintado nas cores do arco-íris (simbolizando a comunidade LGBTI) que apareceu em sua cidade no final de abril. Antes da prisão, as autoridades policiais revistaram sua casa e confiscaram seu laptop, telefone celular e cartões de memória. Em 29 de junho de 2020, Elżbieta Podleśna foi oficialmente acusada perante o Tribunal Regional de Płock, nos termos do Artigo 196 do código penal, por insultar publicamente um objeto religioso. Se for considerada culpada, poderá pegar até dois anos de prisão.

Um caso semelhante de acusação de “ofensa a sentimentos religiosos” foi registrado na Sérvia após a Parada do Orgulho LGBT de Belgrado, que ocorreu em 15 de setembro de 2019. Enquanto caminhava na marcha do Orgulho, Nik Jovičić Sas—violinista, ativista LGBTI e cristão ortodoxo—carregava um ícone da Virgem Maria com o halo pintado nas cores do arco-íris. Sas acreditava que ao carregar este ícone pelo desfile, estava comunicando a centralidade de sua crença religiosa em seu ativismo. Nos dias que se seguiram à Parada do Orgulho LGBT, uma série de queixas foram registradas contra ele e outros participantes que carregavam símbolos religiosos, por vários indivíduos, incluindo o presidente de um sindicato de polícia.

Há casos documentados pela Freemuse em que autoridades religiosas tentaram exercer censura diretamente contra obras de arte queer, sem o apoio de autoridades governamentais. Em junho de 2019, a Igreja Ortodoxa Romena pediu a proibição da peça de teatro com tema gay *I am Too, So What?* (Também Sou, e Daí?), que deveria ser encenada durante a Semana do Orgulho na cidade de

Nik Jovičić Sas

Créditos: Cortesia Nik Jovičić Sas



Cluj, na região da Transilvânia romena. A Igreja afirmou que a peça era uma tentativa de “zombar dos sentimentos religiosos e transmitir uma mensagem ‘deliberadamente blasfema’.” Em sua declaração pública, as autoridades da Igreja lembraram que a lei criminal romena proíbe qualquer forma de difamação religiosa ou ofensa pública contra símbolos religiosos. Em resposta à declaração, os organizadores da Semana do Orgulho citaram que a peça tinha a intenção de abrir a discussão sobre “extremistas religiosos” e a “falsa religiosidade” usada por alguns para atacar aqueles que são vulneráveis, e não de espalhar sentimentos antirreligiosos.

Em setembro de 2017, o presidente da associação católica que dirige a escola primária particular Notre-Dame du Sacré Coeur na cidade francesa de Senliz, solicitou que a direção do cinema local Jeanne d’Arc removesse o cartaz de propaganda do filme *Nos Années Folles* (Anos Dourados) de suas paredes. Alegou que o pôster apresentava nudez e uma drag queen—conteúdo que acreditava ser impróprio para crianças verem a caminho da escola. O cinema, porém, recusou-se a obedecer e pediu que aqueles que solicitaram a remoção a fizessem. Em 22 de setembro de 2017, uma pessoa solicitou a chave para tirar o pôster. Ele o retirou, mas não devolveu a chave nem o pôster.

Pessoas físicas suprimindo liberdades artísticas

Em alguns países onde a homossexualidade é legal, a Freemuse documentou casos de violação da liberdade artística por motivos de SOGIESC que envolviam grupos radicais, conservadores ou extremistas que tentavam suprimir a discussão sobre questões LGBTI. Esses grupos empregam várias táticas, principalmente o protesto contra eventos onde temas LGBTI são focados, ou praticam a violência. Em algumas ações voltadas contra

a arte queer, a narrativa e a terminologia usadas por esses grupos se assemelham muito às narrativas de grupos religiosos.

Em outubro de 2018, quatro espetáculos de Shiva, peça de teatro sobre identidade de gênero e sexualidade dirigida por Dayasindhu Sakrepatna, foram cancelados no Teatro Jagriti em Bengaluru, na Índia, após protestos de grupos de direita. Ameaçando “criar problemas”, membros de um grupo religioso de direita reuniram-se em frente ao teatro no dia 13 de outubro, exigindo o cancelamento da peça que consideravam “ofensiva”, embora não tivessem visto. O diretor do teatro anunciou que teria de adiar o espetáculo por não ter capacidade de fornecer a proteção necessária ao público e à equipe.

No dia 10 de setembro de 2017, o centro cultural do Banco Santander em Porto Alegre fechou a mostra de arte Queermuseu—Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, um mês antes do previsto. A decisão de fechar a mostra com 85 artistas e 263 obras foi tomada após pressão e campanha nas redes sociais de grupos religiosos e manifestantes alinhados ao Movimento Brasil Livre. A mostra, que já estava em cartaz há um mês, foi sitiada por manifestantes do Movimento Brasil Livre—conhecido por organizar manifestações de rua—que se reuniram em frente ao centro cultural e começaram a vandalizar o prédio. Em um vídeo que postaram on-line, o Movimento Brasil Livre afirmou que tinha visado a exposição por causa da suposta “promoção de blasfêmia, pedofilia e bestialidade”. Os organizadores foram forçados a fechar o Museu Queer em seguida. No entanto, os manifestantes não enfrentaram quaisquer consequências por causar danos ao edifício. Em vez disso, o curador Gaudencio Fidelis foi intimado a depor perante o Senado, em Brasília, devido às denúncias de “maus tratos a crianças e adolescentes” na mostra.

Arte queer também é exposta a atos de vandalismo, principalmente quando uma obra de arte é exibida em espaço público. Em maio de 2019, o mural de Martin Fierro e Cruz—no



qual protagonista do poema épico do escritor argentino José Hernández se beijam – foi coberto com tinta branca na cidade argentina de San Martín. O mural criado como um memorial aos esforços simbólicos na luta pelos direitos LGBTI foi pintado em novembro de 2017 durante o Festival Internacional Martín Fierro. O mural foi danificado duas vezes desde novembro de 2018. Cada vez que o mural é vandalizado, os artistas Teresa Pérez e Adrián Medina restauram a obra de arte original.

Da mesma forma, no início de julho de 2019, o mural *El Amor No Tiene Género* (O amor não tem gênero) do ilustrador, designer gráfico e artista urbano equatoriano Apitatán (nome real Juan Sebastián Aguirre) foi vandalizado por pessoas não identificadas. O mural pintado em uma parede na cidade de Quito, capital do Equador, retratava três casais LGBTI se beijando. Vândalos danificaram a pintura adicionando linhas azuis para separar os dois homens e duas mulheres que se beijavam.

Em 22 de junho de 2020, o mural projetado por Monika “Pacyfka” Tichy, Łukasz Jurewicz e Miki Starzyński retratando uma conversa

‘Eu amo você. O que devo fazer?’ - pergunta Jarosław. Jerzy responde com um emoji de coração. ‘Você é tudo para mim: amante, irmão, morte, vida, existência, fraqueza e poder.’ - Jarosław continua. ‘Você é toda a minha felicidade, a luz do sol da minha vida decadente.’

Mural antes e depois de ser vandalizado.
Créditos: Michał Gliński

entre o proeminente escritor polonês Jarosław Iwaszkiewicz e seu parceiro Jerzy Błeszyński (extraído de cartas de amor que Iwaszkiewicz enviou a Błeszyński entre 1954 e 1959) foi vandalizado na cidade polonesa de Szczecin. Pacyfka acredita que os grupos neonazistas locais, que cooperam extraoficialmente com a Igreja e os políticos governantes do Partido Lei e Justiça estavam por trás dessa ação. Disse à Freemuse que, devido ao desenho do mural, que não tinha conteúdo LGBTI aparente, ela acreditava que duraria semanas, mas o mural foi coberto com tinta vermelha apenas dois dias depois da instalação.

Artistas LGBTI também são expostos a ameaças on-line no espaço digital e

principalmente em plataformas de mídia social. Em janeiro de 2019 o cantor franco-marroquino Bilal Hassani, artista selecionado para representar a França no concurso de música Eurovision em Israel, sofreu ameaças de morte e intimidação via mídia social. O músico assumidamente gay—conhecido por suas perucas coloridas e maquiagem pesada—enfrentou um ataque violento de ameaças que visavam sua sexualidade e aparência. Ele notificou as ameaças às autoridades francesas.

Sua colega, a cantora francesa Hoshi, também foi exposta a uma dura campanha digital, incluindo insultos e ameaças de estupro e morte, depois que em 14 de fevereiro de 2020 ela beijou uma de suas dançarinas no palco durante a cerimônia de “Les Victoires de la Musique”. A música que cantou, *Amour Censure* (Amor Censurado) é um hino contra a homofobia e contra o movimento Manif pour tous, que é contra o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a adoção de crianças por casais homossexuais.

Da mesma forma, em abril de 2020, a

Beijo da cantora francesa Hoshi ao vivo na televisão

Créditos: @Hoshi Instagram

cantora de Sevdah de Sarajevo, Božo Vrećo, anunciou em sua página do Facebook que denunciou à polícia da Bósnia ameaças que havia recebido naquele dia. A cantora, que é drag queen, foi alvo por causa de sua aparência física e acusada de insultar a religião - particularmente como interpreta algumas canções famosas de herança islâmica local.

Finalmente, em 23 de maio de 2020, um indivíduo anônimo enviou ameaças a ativistas e correspondentes da mídia da comunidade LGBTI cubana, incluindo o artista visual Nonardo Perea e o escritor Jorge Ángel Pérez. As ameaças foram enviadas como mensagens diretas de um perfil falso do Facebook, que foi denunciado ao Facebook e desativado logo em seguida. Nonardo Perea escreveu em sua página do Facebook que foi ameaçado de que algo poderia acontecer com sua família e pareceria um acidente ou problema médico.



Falta de estratégias sustentáveis para a promoção de arte LGBTI

“Ainda é um grande desafio encontrar financiamento para filmes LGBTQ na Índia, porque a indústria ainda não está convencida em investir em um filme LGBTQ e do retorno que o filme pode trazer. Todos estão esperando aquele grande sucesso adormecido acontecer e então tudo virá.”

Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse (on-line), 2 de agosto de 2019

Mesmo em países onde a homossexualidade é legal, a expressão artística em questões LGBTI tem sido sujeita a várias limitações em relação à garantia de apoio financeiro de curto e longo prazo para sua produção cultural. Isso também atinge os que desejam acessar espaços públicos para promover obras de arte queer. Quase todos entrevistados afirmaram que o apoio financeiro para sua arte com tema LGBTI é limitado. Apesar da existência de alguns recursos governamentais para ajudar artistas na produção ou promoção da arte queer, assim como o fato de que o número de organizações que financiam especificamente atividades LGBTI (incluindo eventos culturais) ter aumentado globalmente, o investimento em arte queer ainda é restrito. Além disso, o fato de alguns países oferecerem mais oportunidades de apoio à arte queer do que outros tem sido um grande fator de incentivo para artistas LGBTI deixarem seus países de origem.

Vários entrevistados pela Freemuse observaram como o financiamento se concentra em dinheiro para questões básicas, como fornecimento de serviços vitais de saúde, ou para promoção da proteção contra HIV/AIDS ou para combater preconceitos sociais generalizados contra as pessoas LGBTI.

Entretanto, também afirmaram que investir em arte voltada especificamente para comunidades LGBTI continua a ser uma opção de baixa prioridade para as fontes de financiamento. A Freemuse acredita que o investimento em artes e cultura ajuda a aumentar a conscientização sobre questões sociais cruciais, como tipos de discriminação dirigidas às comunidades LGBTI, e pode ter um papel significativo na mudança da percepção e atitude das pessoas.

Nesse ambiente, artistas LGBTI são forçados a procurar canais alternativos para o financiamento de suas atividades. Na América Latina, os fundos de mulheres desempenham um papel central no financiamento e apoio financeiro de arte queer, bem como no fornecimento de segurança para artistas queer. O Belarus Free Theatre obtém dinheiro para suas atividades por meio de uma empresa registrada em Londres. Uma grande porcentagem de artistas frequentemente patrocina seus próprios projetos ou encontra meios privados alternativos para fazê-lo. Sridhar Rangayan disse à Freemuse que quase 90% dos filmes indianos exibidos no KASHISH Mumbai

“Tentamos alugar galerias públicas para o Queerfest, mas sempre fomos recusados. E sempre porque ‘não há espaço disponível.’ Mesmo se nos inscrevermos com bastante antecedência.”

Sasha Babenko, entrevista à *Freemuse*, 12 de agosto de 2019

International Queer Film Festival (33 em 2018 e 31 em 2019) foram autofinanciados por cineastas com apoio de amigos e colegas ou crowdsourcing, porque o financiamento para produções em estúdio é limitado. A *Freemuse* também registrou casos em que artistas se engajaram em projetos praticamente sem apoio financeiro, motivados pelo desejo de aumentar a conscientização sobre a vulnerabilidade das comunidades LGBTI. A peça de Anastasia Patlay, *Coming out of the Closet* (Saindo do Armário), foi produzida em 2016 na empresa privada russa Teatr. DOC sem dinheiro.

Outro problema encontrado por artistas LGBTI está relacionado ao acesso a instituições culturais financiadas pelo estado. A encenação da peça do famoso

diretor de teatro russo Konstantin Raikin no *Satiricon Moscow Theatre*, financiado pelo Estado, foi uma rara exceção. Independentemente de quão aberta seja a gestão de instituições culturais, especialmente em países com leis que proíbem a “propaganda homossexual”, muitas vezes

estas rejeitam hospedar conteúdo queer devido ao medo das consequências.³¹ Os organizadores do Queerfest em São Petersburgo em 2010 alugaram o Centro de Exposições da União de Artistas, financiado pelo Estado, para a abertura do festival, que foi imprevisivelmente cancelado um dia antes, levando à mudança urgente para um novo local e à mudança de programação. O cineasta indiano Sridhar Rangayan, diretor de um festival de cinema queer em Mumbai, que ao entrar nos cinemas comerciais ganhou uma imagem de festival mainstream, também acredita que “ainda temos um longo caminho até as instituições culturais financiadas pelo estado aceitem e abracem os filmes LGBTI”.

Em alguns países, existem órgãos

“Todos os festivais de cinema realizados na Índia precisam de uma autorização do Ministério da Informação e Transmissão que isenta ou não cada filme de passar pelo processo de certificação da censura. Embora seja apenas um procedimento, ficamos emocionados quando recebemos a liberação, concedendo a um festival de cinema LGBTQ o selo de aprovação do governo. O primeiro evento LGBTQ a obter essa autorização!”

Sridhar Rangayan, entrevista à *Freemuse* (on-line), 2 de agosto de 2019

reguladores do Estado operando na esfera das artes e da cultura, dirigidos pelo governo na aprovação de conteúdo artístico e de entretenimento. Esses órgãos costumam exercer políticas discriminatórias contra o conteúdo queer, sujeitando-o ao julgamento moral pessoal. Apesar de raras exceções, como o festival indiano KASHISH, que recebeu autorização do Ministério da Informação e Transmissão durante um período na Índia em que a homossexualidade ainda era criminalizada, cineastas em alguns países com homossexualidade legalizada ainda lutam para garantir aprovações oficiais vitais. Alguns governos estenderam sua supervisão regulatória a filmes nacionais que também estão sendo exibidos no exterior. Popo Fan informou à Freemuse que, para serem exibidos na China ou no exterior, os filmes em seu país precisam primeiro obter a aprovação governamental, o que é difícil para filmes com temas LGBTI. Nos casos em que cineastas tentaram veicular filmes sem a licença necessária, sofreram consequências punitivas.

“Este é um processo multifásico que permite às autoridades supervisionar a sinopse inicial, mas também podem solicitar o roteiro, bem como a edição de algumas partes assim que o filme for concluído. Você não tem permissão para começar a filmar sem aprovação. Se fizer isso, poderá ser multado. Se fizer filmes com o apoio de empresas chinesas, elas também podem ser multadas se você não tiver aprovação.”

Popo Fan, entrevista à Freemuse, 30 de agosto de 2019

A Freemuse documentou uma série de casos em que as autoridades obrigaram os organizadores de eventos LGBTI a cancelá-los, sinalizando que ameaças de violência e/ou a própria violência são ferramentas legítimas para a expressão de desacordo no espaço público. Goran

Miletić insiste que o papel das autoridades públicas nessas situações deve ser o de fornecer a tais eventos culturais as proteções necessárias e processar pessoas que violam a lei por meio de ameaças ou comportamento violento. Mencionou o caso da exposição de fotos queer *Ecce Homo*, da artista sueca Elisabeth Ohlson, que seria exibida na capital da Sérvia durante a Semana do Orgulho de Belgrado em 2012. Criticada pela forma como “tratou o cristianismo”, a exposição gerou protestos de grupos de direita, e inclusive contraprotostos. Acabou sendo exibida, mas centenas de policiais da tropa de choque tiveram que ser posicionados na área onde a exposição foi realizada para garantir que o evento ocorresse sem problemas.

RECOMENDAÇÕES

A fim de superar problemas multifacetados, artistas LGBTI e arte queer criam e acabam sendo submetidos a um ambiente global onde os artistas podem exercer aberta e plenamente liberdades artísticas LGBTI e o público tem acesso irrestrito à arte queer promovida em espaços públicos. A Freemuse reconhece que são necessários esforços conjuntos por partes interessadas internacionais, regionais e nacionais e, portanto, recomenda:

Reiterar que a expressão artística e os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos e que esses direitos são universais, inter-relacionados e indivisíveis; reiterar que a desigualdade e a discriminação em razão de orientação sexual, identidade e expressão de gênero e características sexuais (SOGIESC) são estritamente proibidas;

Relembrar o Relatório de 2013 do Relator Especial da ONU no campo dos direitos culturais, §3, em que Farida Shaheed declarou que “artistas podem entreter pessoas, mas também contribuem para os debates sociais, às vezes trazendo discursos contrários e contrabalançar os centros existentes de poder. A vitalidade da criatividade artística é necessária para o desenvolvimento de culturas vibrantes e o funcionamento de sociedades democráticas. As expressões e criações artísticas são parte integrante da vida cultural, o que implica contestar significados e revisitar ideias e conceitos culturalmente herdados”;

Reiterar o Comentário Geral 34 do ICCPR § 25 de que as leis que impõem restrições à liberdade de opinião e expressão “devem ser formuladas com suficiente precisão para capacitar um indivíduo a regular sua conduta apropriadamente e devem ser disponibilizadas ao público. Uma lei não pode conferir poder irrestrito para limitar a liberdade de expressão aos responsáveis pela execução da própria lei. As leis devem fornecer orientação suficiente aos encarregados de sua execução, para capacitá-los a determinar quais tipos de

expressão são apropriadamente restritas e quais tipos não são”;

Apoiar as conclusões da Comissão de Veneza de 2013, que declaram que as disposições legais das leis de propaganda antihomossexual são incompatíveis com os padrões internacionais de direitos humanos por serem ambíguas e por incluírem restrições muito amplas visando expressões legítimas de orientação sexual. Observando que, além dessas leis sem a precisão suficiente exigida para satisfazer o Artigo 19 (3), “moralidade pública”, os valores e tradições, incluindo a religião da maioria, e ‘proteção de menores’ como justificativas para a proibição de ‘propaganda homossexual’ não passam nos testes essenciais de necessidade e proporcionalidade”;

Apoiar as conclusões de 2012 do Comitê de Direitos Humanos da ONU em seu envolvimento com estados, que determinaram que as legislações que supostamente “protegem crianças da propaganda homossexual” não fazem distinções suficientes entre “ações destinadas a envolver menores em qualquer atividade sexual específica ou a defender qualquer orientação sexual específica” de atos de “dar expressão à identidade sexual [de alguém]” e “buscar compreensão para ela”;

Reiterar a convocação de 2015 do Comitê das Nações Unidas sobre Direitos da Criança, que concluiu que “as leis de propaganda antihomossexual são discriminatórias por natureza e especificamente estigmatizam e discriminam jovens LGBTI, privando-os de acesso a informações vitais sobre questões de saúde sexuais e reprodutivas que são fundamentais para o seu desenvolvimento físico e mental”;

Criar um ambiente inclusivo e propício onde o direito à liberdade de expressão artística de artistas, pessoas e organizações LGBTI e outros criadores de arte com temas LGBTI são respeitados, protegidos e cumpridos. A Freemuse recomenda que os governos

nacionais, a ONU e outras organizações inter-governamentais e os meios de comunicação executem as seguintes ações.

PARA TODOS OS PAÍSES:

Para melhor salvaguardar a liberdade de expressão artística, direitos culturais e direitos humanos relacionados a pessoas LGBTI e criadores de obras de arte com temas LGBTI, a Freemuse recomenda que os países tomem as seguintes medidas, considerando-as urgentes:

- Respeitar e cumprir suas obrigações na defesa do direito à liberdade de expressão, associação e reunião sem discriminação com base na orientação sexual ou identidade e expressão de gênero como elemento central de seus esforços para promover a coesão social, o pluralismo e a construção de sociedades democráticas diversas e tolerantes. Quaisquer limitações ao exercício desses direitos deve ser introduzida por meio de leis ou políticas que cumpram estritamente com as restrições permissíveis de acordo com o Artigo 19 (3) do PIDCP e os princípios de igualdade e não discriminação.
- Rever e revogar as leis e disposições discriminatórias que criminalizam as relações entre pessoas do mesmo sexo e a “propaganda da homossexualidade” e que colocam restrições indevidas à liberdade de expressão, incluindo a expressão artística.
- Incluir orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero como fundamento nas leis que penalizam atos de incitação ao ódio, discriminação ou violência e garantir que tais atos sejam investigados prontamente.
- Abster-se da prática de processar judicialmente artistas com fundamento na proteção da moral pública, bem como liberar todos os artistas presos por motivos de orientação sexual, identidade ou expressão de gênero ou por produzirem obras que tratem de questões LGBTI.
- Proteger aqueles que exercem os direitos culturais e os direitos à liberdade de expressão, associação e reunião de atos de violência e outras formas de assédio e intimidação por parte de indivíduos. Devem assegurar que as interferências ilegais no gozo do direito à liberdade de expressão por pessoas LGBTI estão sujeitas a processo criminal e devem ser tratadas como crime de ódio com base nos fundamentos de SOGIESC.
- Promover um clima de abertura, inclusão e tolerância, incluindo debates públicos sobre orientação sexual, identidade e expressão de gênero em plataformas on-line e off-line com o objetivo de fortalecer a participação e inclusão de pessoas LGBTI. Esta prática deve ser aplicada especialmente ao adotar importantes políticas governamentais que devem levar em consideração os problemas, preocupações e sugestões de pessoas LGBTI.
- Tomar medidas para garantir o estabelecimento de diretórios de serviços de instituições governamentais e não governamentais disponíveis para pessoas que sofreram violência em razão de sua orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Esses serviços devem ser desenvolvidos em colaboração com grupos apropriados da sociedade civil e informações distribuídas às autoridades policiais, judiciárias, profissionais de saúde e escolas.
- Garantir que as organizações LGBTI funcionem sem serem submetidas a medidas discriminatórias e evitar a aplicação de procedimentos administrativos que exponham desproporcionalmente essas organizações

a processos de registro demorados ou desafiadores.

- Desenvolver e implementar campanhas públicas destinadas a promover a compreensão, inclusão e tolerância em relação às expressões artísticas e culturais LGBTI, usando as principais estruturas de direitos humanos que garantem a liberdade de expressão e acesso aos direitos culturais com base nos princípios de participação, responsabilidade, igualdade e não discriminação por motivos de SOGIESC.
- Garantir que os orçamentos nacionais aloquem recursos adequados para programas culturais e políticas sobre princípios de não discriminação por meio dos quais artistas e organizações LGBTI possam aumentar a conscientização contra a homofobia, bifobia e transfobia sem medo.
- Eliminar quaisquer medidas discriminatórias que limitem as pessoas e organizações LGBTI na arrecadação de fundos para a promoção da arte queer e usar estes fundos como ferramenta para aumentar a conscientização contra a homofobia, bifobia e transfobia.
- Assegurar que encontros públicos que promovam a arte queer e eventos culturais centrados nos direitos LGBTI em espaços públicos sejam realizados sem a interferência das autoridades públicas ou de quaisquer pessoas físicas. Devem evitar o uso indevido de disposições administrativas para encerrar esses eventos, bem como processar aqueles que iniciarem qualquer ataque contra eles.
- Estabelecer órgãos independentes de defesa da igualdade ou estender o mandato dessas instituições em países onde já existam para monitorar e reparar

artistas cujos direitos às liberdades artísticas relacionadas às questões de SOGIESC foram violados.

- Tratar com cuidado os pedidos de asilo de artistas de países onde estão sujeitos a repercussões sistemáticas e graves fundamentadas em SOGIESC e impossibilitados de promover livremente seu trabalho.

À ONU, UE E OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERGOVERNAMENTAIS

Com o objetivo de fortalecer a proteção da liberdade de expressão, associação e reunião de pessoas LGBTI, incluindo aqueles que criam arte com temas LGBTI, por meio da estrutura internacional de direitos humanos e para contribuir para a harmonização das legislações nacionais com as normas internacionais, a Freemuse recomenda que a ONU, a UE e outras organizações intergovernamentais:

- Tomem medidas para incitar os estados-membros a prontamente revisar e revogar as leis e políticas que incorporam disposições discriminatórias que prejudicam o direito das pessoas LGBTI à igualdade perante a lei. Em particular:

SOBRE A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE:

- Defender os princípios de igualdade e não discriminação e direito à privacidade, exortando os estados a revogar as leis que criminalizam as relações sexuais privadas entre adultos do mesmo sexo, reconhecendo que violam direitos humanos fundamentais e criminalizam identidades arbitrariamente, reforçam a exclusão social e cultural e prejudicam o exercício do direito à

liberdade de expressão de pessoas LGBTI. Quaisquer discussões sobre as restrições ilegais impostas à liberdade de expressão por meio de leis que criminalizam pessoas envolvidas em relações sexuais privadas entre adultos do mesmo sexo devem reconhecer o impacto prejudicial específico sobre o direito à expressão artística, conforme garantido pelo Artigo 19 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (ICCPR).

SOBRE LEIS RELACIONADAS À PROPAGANDA HOMOSSEXUAL:

- Tomar medidas para incentivar e ajudar os estados-membros a revogar as leis que impõem restrições ilegais à liberdade de expressão relacionada à orientação sexual e à identidade e expressão de gênero. Ao reconhecer que as restrições baseadas na proteção da “moralidade pública”, proteção de “menores contra efeitos prejudiciais da informação pública” ou sentimentos religiosos não passam os testes de necessidade e proporcionalidade, os estados-membros devem ajudar os governos nacionais na promulgação de legislações que protejam a liberdade de expressão de pessoas LGBTI e, sem demora, abolir as leis que discriminam com base em SOGIESC.
- Desenvolver mecanismos de monitoramento sistemático e coleta de dados sobre violações das liberdades artísticas com base na orientação sexual e identidade e expressão de gênero. Devem trabalhar em estreita colaboração com organizações LGBTI nacionais e transnacionais e outras organizações de direitos humanos para documentar de forma abrangente as violações da liberdade de expressão de artistas LGBTI e daqueles que criam obras de arte com temas LGBTI.

- Assumir uma posição pública forte na defesa das liberdades artísticas para artistas LGBTI e no acesso do público à arte queer. Ao reconhecer que as liberdades artísticas relacionadas às questões LGBTI são reduzidas, devem contribuir nos esforços para aumentar a consciência da extensão deste problema.

PARA A MÍDIA:

Tendo em vista que a mídia desempenha um papel vital na formação de sociedades nas quais os direitos de pessoas LGBTI são respeitados e protegidos conforme garantias das leis internacionais de direitos humanos e garantindo que as vozes LGBTI sejam ouvidas e levadas em consideração, a Freemuse recomenda que os meios de comunicação:

- Abstenham-se de encorajar estereótipos negativos contra pessoas LGBTI e os denunciem, de maneira que promova a inclusão e a tolerância, contribuindo ao combate à discriminação, desinformação e disseminação do ódio, incitamento à violência, preconceito e intolerância contra pessoas LGBTI.
- As diretrizes editoriais que instruem os jornalistas a não escreverem sobre questões que afetam as pessoas LGBTI ou a retratar e estereotipar pessoas LGBTI sob uma luz negativa devem ser revisadas imediatamente de acordo com os padrões internacionais que regem a liberdade de expressão e os princípios de não discriminação e igualdade por motivo de SOGIESC.
- Rever e revogar os regulamentos que proíbem ou censuram a transmissão pela televisão ou digitalização de conteúdo que contenha referências à orientação sexual, identidade e expressão de gênero sob o pretexto de “proteger as crianças” ou “defender os valores familiares” que não passarem no teste de necessidade e proporcionalidade.

NOTAS DE RODAPÉ:

1. Compreender que a heterossexualidade é a orientação sexual preferida.
2. Termo usado para pessoas cuja identidade de gênero corresponde ao sexo atribuído no nascimento.
3. Entrevistados da Freemuse incluíram ou excluíram “I”, “Q” e “+”, usando LGBT, LGBTQ, LGBTQ+, LGTBQI.
4. Se essas pessoas não se identificam como homem ou mulher, algumas legislações nacionais reconhecem o terceiro gênero.
5. Essas pessoas, geralmente chamadas de transexuais, podem usar terapia de reposição hormonal ou passar por cirurgia de redesignação de sexo para harmonizar seu corpo com o gênero com o qual se identificam.
6. Ali Bousselmi, entrevista à Freemuse, 18 de julho de 2019.
7. Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019..
8. Merrill Perlman, ‘How the word ‘queer’ was adopted by the LGBTQ community’, Columbia Journalism Review, 22 de janeiro de 2019, https://www.cjr.org/language_corner/queer.php, [acessado em 30 de setembro de 2019].
9. A homofobia engloba preconceitos negativos contra pessoas de orientação homossexual, transfobia contra transgêneros e transexuais e bifobia contra pessoas bissexuais.
10. O. Obi, ‘We’re Queer, We’re Here’, Brittle Paper, 17 de maio de 2017, <https://brittlepaper.com/2017/05/queer-chibuihe-obi-essay/?fbclid=IwAR3oGyAY8-sQXxXiEuCyboSGmu17StLHkzN19f-9GKZhrYdrJL22KBxBjEk>, [acessado em 29 de outubro de 2020].
11. S. El Sirgany, ‘How one gay Egyptian woman stood up to homophobia and paid the ultimate price’, CNN Online, 17 de junho de 2020, <https://edition.cnn.com/2020/06/17/middleeast/sarah-hegazi-egypt-intl/index.html>, [acessado em 16 de outubro de 2020].
12. Para mais informações: Leis e práticas discriminatórias e atos de violência contra indivíduos com base em sua sexualidade Orientação e Identidade de Gênero, Conselho de Direitos Humanos, 2011, pp. 8-13.
13. Os crimes de ódio são atos criminosos motivados por preconceito contra grupos de pessoas com base em suas características pessoais. Para mais informações: ‘What is hate crime’, OSCE, <http://hatecrime.osce.org/what-hate-crime>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
14. Para mais informações: Relatório do Especialista Independente sobre proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, Conselho de Direitos Humanos, 2018, par. 28
15. A polícia russa não tratou o assassinato da ativista LGBTI Yelena Grigoryeva – morta a facadas em 23 de julho de 2019 – como crime de ódio. Para mais informações: ‘Russia arrests man over murder of LGBT activist’, Reuters, 25 de julho de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-russia-activist-kill/russia-arrests-man-over-kill-of-lgbt-activist-idUSKCN1UK24K>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
16. Para mais informações: G. Rosenstreich, LGBTI People Mental Health and Suicide, Sidney, National LGBTI Health Alliance, 2013.
17. Discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero na Europa, Estrasburgo, Conselho da Europa 2011, p. 22.
18. Lucas Ramón Mendos, State Sponsored Homophobia, Genebra, ILGA World, 2019 e Lucas Ramón Mendos, State Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019.
19. No Irã, Arábia Saudita, Iêmen e Sudão, a pena de morte é aplicada em todo o país, enquanto na Somália e na Nigéria apenas em algumas províncias. Existem outros cinco países (Paquistão, Afeganistão, Emirados Árabes Unidos, Qatar e Mauritânia), onde essa pena continua a ser uma possibilidade. Para mais informações: ‘ILGA Launches State-Sponsored Homophobia Report 2019’, ILGA World, 19 de março de 2019, <https://ilga.org/ilga-launches-state-sponsored-homofobia-2019>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
20. Desclassificação proposta de categorias de doenças relacionadas à orientação sexual na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), Organização Mundial da Saúde, 2014, pp. 672–679.
21. ‘Novas diretrizes de saúde impulsionam os direitos dos transgêneros’, Human Rights Watch, 27 de maio de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/05/27/new-health-guidelines-propel-transgender-rights>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
22. Gillian Kane, ‘Right-Wing Europe’s War on “Gender Ideology”’, Political Research Associates, 2018, <http://feature.politicalresearch.org/right-wing-europes-war-on-gender-ideology->, [acessado em 14 de setembro de 2019].
23. Em 2003, Roman Kuhar apresentou cinco formas de retratar negativamente pessoas LGBTI na mídia na Eslovênia no período de 1970 a 2000. Para mais informações: Roman Kuhar, Media Representations of Homosexuality, An Analysis of the Print Media in Slovenia, 1970-2000, Liubliana, Peace Institute, 2003.
24. Entrevistados da Freemuse do Sudão e da Jordânia afirmaram que a mídia local não informa sobre questões LGBTI.
25. Os relatórios de algumas organizações da sociedade civil contêm listas de terminologias ofensivas e preferenciais a serem usadas ao relatar questões LGBTI. Para mais informações: ‘GLAAD Media Reference Guide, 10th Edition’, GLAAD, outubro de 2016, <http://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
26. Criminalizing Homosexuality and International Human Rights Law, Human Dignity Trust, 2015, p. 12.
27. Recomendação CM/Rec(2010)5 do Comitê de Ministros aos Estados membros sobre medidas de combate à discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero, 31 de março de 2010.
28. Discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in Europe, França, Council of Europe, 2011, p. 38.
29. Discriminatory Laws and Practices and Acts of Violence against Individuals Based on their Sexual Orientation and Gender Identity, Human Rights Council, 17 de novembro de 2011.
30. Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019.
31. Andy Newman, ‘Male, Female or ‘X’: The Push for a Third Choice on Official Forms’, New York Times, 27 de setembro de 2018, <https://www.nytimes.com/2018/09/27/nyregion/gender-neutral-birth-certificate.html>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
32. Para mais informações: EU-LGBTI II: Um longo caminho a percorrer para a igualdade LGBTI, Luxemburgo, Agência da União Europeia para os Direitos Fundamentais, 2020.
33. Apresentado pela Resolução 32/2 do Conselho de Direitos Humanos - Proteção contra a violência e a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, adotada em 15 de julho de 2016.
34. Report of the Independent Expert on protection against violence and discrimination based on sexual orientation and gender identity, Human Rights Council, 2018, par. 62.
35. Discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in Europe, Estrasburgo, Council of Europe, 2011, p. 73.
36. Para mais informações: Dominika Bychawska-Siniarska, Protecting the Right to Freedom of Expression under the European Convention on Human Rights, A handbook for legal practitioners, Estrasburgo, Council of Europe, 2017.

37. Ave Mince-Didier, 'Sodomy Laws', Criminal Defense Lawyers, <https://www.criminaldefenselawyer.com/resources/sodomy-laws.htm>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
38. Para mais informações: Este legado estranho: as origens das leis de 'sodomia' no colonialismo britânico, Human Rights Watch, 2008.
39. Países onde a homossexualidade foi criminalizada sob influência britânica: na Ásia e no Pacífico - Austrália, Bangladesh, Butão, Brunei, Fiji, Hong Kong, Índia, Kiribati, Malásia, Maldivas, Ilhas Marshall, Mianmar, Nauru, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Cingapura, Ilhas Salomão, Sri Lanka, Tonga, Tuvalu e Samoa Ocidental e na África - Botswana, Gâmbia, Gana, Quênia, Lesoto, Malawi, Maurício, Nigéria, Seychelles, Serra Leoa, Somália, Suazilândia, Sudão, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue. Para mais informações: Este legado estranho: as origens das leis de 'sodomia' no colonialismo britânico, Human Rights Watch, 2008.
40. Algumas fontes indicam que as "leis de sodomia" foram incorporadas na legislação nacional da Uganda muito antes da colonização. Para mais informações: Michael Hollander, 'Gay rights in Uganda: seeking to overturn Uganda's anti-sodomy laws', Virginia Journal of International Affairs, vol 50, issues: 1, pp. 225-226.
41. Países onde a homossexualidade foi criminalizada com origem em dogmas islâmicos: Afeganistão, Argélia, Bangladesh, Brunei, Comores, Egito, Eritreia, Gâmbia, Iraque, Irã, Kuwait, Malásia, Maldivas, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, Omã, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Somália, Síria, Tunísia, Turcomenistão, Emirados Árabes Unidos e Iêmen. Para mais informações: Criminalizing Homosexuality and International Human Rights Law, Human Rights Dignity, 2015.
42. Criminalizing Homosexuality and International Human Rights Law, Human Dignity Trust, 2015, p. 5
43. Dudgeon vs Reino Unido, Pedido no. 7525/76.
44. Toonen v. Australia, Communication No. 488/1992, U.N. Doc CCPR/C/50/D/488/1992 (1994).
45. Relatório do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária, Comissão de Direitos Humanos, 16 de dezembro de 2002, par. 68
46. Relatório do Relator Especial sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes, Conselho de Direitos Humanos, 5 de janeiro de 2016, par. 15
47. Ibid, par. 35
48. Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, p. 178.
49. Relatório do Relator Especial sobre execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias, Comissão de Direitos Humanos, 6 de janeiro de 1999, para. 63
50. Toonen vs Austrália, Petição-queixa nº 488/1992, UN Doc CCPR/C/50/D/488/1992 (1994), par. 68.
51. Graeme Reid, 'África Rulings Move LGBT Rights Forward', Human Rights Watch, 5 de agosto de 2015, <https://www.hrw.org/news/2015/08/05/africa-rulings-move-lgbt-rights-forward>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
52. EG vs Conselho de Coordenação de Organizações Não Governamentais & 4 outros [2015] eKLR, par. 114-115.
53. 'Botswana's High Court descriminalises homosexuality', Reuters, 11 de junho de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-botswana-lgbt/botswanas-high-court-descriminalises-homosexuality-idUSKCN1TC1EP>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
54. 'Kenya's high court unanimously upholds ban on gay sex', Reuters, 24 de maio de 2019, <https://af.reuters.com/article/topNews/idAFKCN1SU1M7-OZATP>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
55. Para mais informações: Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.
56. Esses países são Argélia, Afeganistão, Camarões, Egito, Etiópia, Irã, Quênia, Kuwait, Líbano, Líbia, Malásia, Marrocos, Nigéria, Omã, Paquistão, Catar, Arábia Saudita, Cingapura, Somália, Sudão, Síria, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Zâmbia. Para mais informações: Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.
57. Lei (Proibição) do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo, 2013.
58. Goran Miletic, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019.
59. Esses países são Afeganistão, Camarões, China, Egito, Indonésia, Irã, Jordânia, Kuwait, Omã, Paquistão, Arábia Saudita, Cingapura, Emirados Árabes Unidos, Uganda e Iêmen. Para mais informações: Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.
60. 'China's Online Multimedia Sector Bans Portrayal of Homosexuality', China Film Insider, 30 de junho de 2017, <http://chinafilminsider.com/chinas-online-multimedia-sector-bans-portrayal-homosexuality/>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
61. Fan Popo, entrevista à Freemuse, 30 de agosto de 2019.
62. 'Egypt imposes media blackout on LGBT community', Egypt Independent, 1 de outubro de 2017, <https://www.egyptindependent.com/egypt-imposes-media-blackout-lgbt-community-members/>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
63. George Sadek, 'Egypt: President Ratifies Anti-Cybercrime Law', Global Legal Monitor, 5 de outubro de 2018, <https://www.loc.gov/law/foreign-news/article/egypt-president-ratifies-anti-cybercrime-law/>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
64. Conselho de Classificação de Filmes do Quênia, Diretrizes de Classificação, 2012.
65. 'It's OK to be gay in Malaysian movies - as long as you go straight', Herald Sun, 22 de março de 2010, <https://www.heraldsun.com.au/news/breaking-news/its-ok-to-be-gay-in-malaysian-movies-as-long-as-you-go-straight/news-story/57ff1c92168799fd10b662078263ad56>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
66. 'New film classifications will reduce censorship', New Straits Times, 9 de julho de 2019, <https://www.nst.com.my/news/nation/2019/07/502744/new-film-classifications-will-reduce-censorship>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
67. Regulamentações semelhantes existiam no Reino Unido no período de 1988 - 2003. Conhecida como Seção 28 da Lei do Governo Local, proibiu a "promoção" da homossexualidade pelas autoridades locais e nas escolas britânicas. Para mais informações: 'Section 28: What was Margaret Thatcher's controversial law and how did it affect the lives of LGBT+ people?', Independent, 24 de maio de 2018, <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/section-28-explained-lgbt-education-schools-homosexuality-gay-queer-margaret-thatcher-a8366741.html>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
68. "'No Promo Homo' Laws", GLSEN, <https://www.glsen.org/learn/policy/issues/nopromohomo>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
69. Abena Hutchful, entrevista à Freemuse, 28 de junho de 2019.
70. 'State Maps', GLSEN, <https://www.glsen.org/article/state-maps>, [acessado em 14 de setembro de 2019].
71. Abena Hutchful, entrevista à Freemuse, 28 de junho de 2019.
72. Para mais informações: Expression Abridged, A Legal Analysis of Anti-LGBT Propaganda Laws, Executive Summary, Thomas Reuters Foundation e IGLYO, 2018 e Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.

73. Lei Federal nº 135-FZ de 2013, 29 de junho de 2013.
74. 'Russian law provisions as amended by Federal Law No. 135-FZ', Threefold, <http://www.threefold.ru/russian-laws-amended-federal-law-no-135-fz-amending-certain-laws-russian-federation-view-protect-children>, (acessado em 14 de setembro de 2019).
75. Convenient Targets The Anti-"Propaganda" Law & the Threat to LGBT Rights in Russia, Human Rights First, 2013, p. 5.
76. Expression Abridged, A Legal Analysis of Anti-LGBT Propaganda Laws, Executive Summary, Thomas Reuters Foundation e IGLYO, abril de 2018, p. 9.
77. Declaração e Programa de Ação de Viena adotados pela Conferência Mundial sobre Direitos Humanos em Viena em 25 de junho de 1993.
78. Estudo do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos sobre a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por meio de uma melhor compreensão dos valores tradicionais da humanidade, A / HRC / 22/71, p. 12.
79. Goran Miletic, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019.
80. Opinion on the issue of the prohibition of so-called "propaganda of homosexuality" in the light of recent legislation in some member states of the Council of Europe, Venice Commission, 18 de junho de 2013, par. 51.
81. Recomendação CM / Rec (2010) 5 do Comitê de Ministros aos Estados membros sobre medidas de combate à discriminação em razão da orientação sexual ou identidade de gênero, 31 de março de 2010.
82. Handyside vs Reino Unido, Pedido No. 5493/72, 7 de dezembro de 1976, par. 49.
83. Discrimination on grounds of sexual orientation and gender identity in Europe, Strasbourg, Council of Europe 2011, p. 30.
84. Opinion on the issue of the prohibition of so-called "propaganda of homosexuality" in light of recent legislation in some member states of the Council of Europe, Venice Commission, 18 de junho de 2013, par. 67.
85. Ibid.
86. Convenient Targets The Anti-"Propaganda" Law & the Threat to LGBT Rights in Russia, Human Rights First 2013, p. 11.
87. Para mais informações: Sem suporte, a lei russa de "propaganda gay" coloca em perigo a juventude LGBT, Human Rights Watch, 2018; e Expression Abridged, A Legal Analysis of Anti-LGBT Propaganda Laws, Executive Summary, Thomas Reuters Foundation e IGLYO, abril de 2018.
88. Alekseyev vs Rússia, Pedidos nos. 4916/07, 25924/08 e 14599/09.
89. Comitê de Direitos Humanos da ONU, CCPR/C/106/D/1932/2010.
90. Estudo do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos sobre a promoção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais por meio de uma melhor compreensão dos valores tradicionais da humanidade, 6 de dezembro de 2012, par. 2.
91. Opinion on the issue of the prohibition of so-called "propaganda of homosexuality" in the light of recent legislation in some member states of the Council of Europe, Venice Commission 18 de junho de 2013, par. 80
92. Relatório do especialista independente sobre proteção contra violência e discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero, Conselho de Direitos Humanos, 11 de maio de 2018, para 50.
93. No Egito, pessoas LGBTI são processadas de acordo com a Lei de Combate à Prostituição, que penaliza o envolvimento em libertinagem ou prostituição. No Iraque, o artigo 394 do Código Penal criminaliza as relações sexuais extraconjugais.
94. A Human Rights Watch constatou que, nos últimos dez anos, ocorreram dois processos contra quatro pessoas nos termos do artigo 162 do Código Penal do Quênia. Para mais informações: 'Quênia: Court Upholds Archaic Anti-Homosexuality Laws', Human Rights Watch, 24 de maio de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/05/24/kenya-court-upholds-archaic-anti-homosexuality-leis-0>, (acessado em 18 de setembro de 2019). Da mesma forma, também notaram que uma lei da era colonial proibia "o conhecimento carnal contra a ordem da natureza" em Uganda raramente leva a processos judiciais, mas a polícia usou isso como pretexto para encerrar várias reuniões LGBTI. Para mais informações: 'Uganda: Police Raid Queer Kampala Film Festival', Human Rights Watch, 15 de dezembro de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/12/15/uganda-police-raid-queer-kampala-film-festival>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
95. Yvonne Oduor, entrevista à Freemuse, 31 de julho de 2019.
96. Phidelia Imiegha, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019.
97. 'Iraqi male model brutally killed in Baghdad 'because of his good looks', Independent, 5 de julho de 2017, <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/iraq-male-model-karar-nushi-killed-murder-torture-baghdad-good-looks-gay-palestine-street-a7824586.html>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
98. Nour Al Nour, entrevista à Freemuse (on-line), 5 de agosto de 2019.
99. Phidelia Imiegha, entrevista à Freemuse (on-line), 20 de agosto de 2019.
100. Human rights violation report based on real and perceived sexual orientation and gender identity in Nigeria, Lagos, The Initiative for Equal Rights, 2018, p.15.
101. 'Writer and LGBTQ Advocate Chibuihe Obi Reportedly Kidnapped in Owerri', Bela Naija, 4 de junho de 2017, <https://www.bellanaija.com/2017/06/writer-lgbtq-advocate-chibuihe-obi-allegedly-kidnapped-owerri> (acessado em 18 de setembro de 2019).
102. Violence and Discrimination based on Sexual Orientation and Gender Identity in Iraq, IraQueer, MADRE, OutRight Action International, janeiro de 2019, p. 5.
103. Neela Ghoshal, 'A falecida não pode falar por si mesma; Violência contra pessoas LGBT na Malásia', Human Rights Watch, 25 de junho de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/06/25/deceased-cant-speak-yourself-violent-against-lgbt-people-malaysia>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
104. Shh... Diam! Band, entrevista à Freemuse, 1º de agosto de 2019.
105. Neela Ghoshal, 'Sucesso a saborear, mas mais desafios para os direitos LGBT no Líbano,' Human Rights Watch, <https://www.hrw.org/news/2018/08/28/success-savor-more-challenge-lgbt-rights-lebanon>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
106. George Azzi, entrevista à Freemuse, 16 de julho de 2019.
107. Esses países são: Fiji, Lesoto, São Tomé e Príncipe, Norte de Chipre, Palau, Moçambique, Seychelles, Nauru, Belize, Trinidad e Tobago, Índia, Angola e Botswana.
108. Esses países são Argélia, Camarões, Egito, Quênia, Kuwait, Malásia, Nigéria, Paquistão, Cingapura e Emirados Árabes Unidos. Para maiores informações: Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.
109. 'Decisões na África movem direitos LGBT para frente', Human Rights Watch, 5 de agosto de 2015, <https://www.hrw.org/news/2015/08/05/africa-rulings-move-lgbt-rights-forward>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
110. 'Uganda court annuls anti-homosexuality law', BBC, 1 de agosto de 2014, <https://www.bbc.com/news/world-africa-28605400>, (acesso em 18 de setembro de 2019).
111. Seção 5(ii), Conselho de Classificação de Filmes do Quênia, Diretrizes de Classificação (2012).
112. 'Canned in Kenya, set for Cannes: Rafiki falls foul of Nairobi

- film', Guardian, 27 de abril de 2019, <https://www.theguardian.com/global-development/2018/apr/27/kenya-rafiki-film-nairobi-censors-cannes-wanuri-kahiu>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
113. 'Kenya lifts ban on lesbian film 'Rafiki' making it eligible for Oscars,' CNN, 21 de setembro de 2018, <https://www.cnn.com/2018/09/21/africa/kenya-court-lifts-ban-on-rafiki/index.html>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 114. 'Kenya: The Kenya High Court ruling on the ban of the Rafiki film violates international standards on artistic expression', Freemuse, 6 de maio de 2020, <https://freemuse.org/news/kenya-movie-banned-over-lgbt-content-freemuse/>, [acessado em 27 de agosto de 2020].
 115. 'Tradução não oficial da declaração do Conselho Supremo de Regulamentação da Mídia do Egito', Human Rights Watch, 6 de outubro de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/10/06/unofficial-translation-statement-egypts-supreme-council-media-regulation>, [acesso em 18 de setembro de 2019].
 116. Mahmoud Khaled, entrevista à Freemuse, 18 de setembro de 2019.
 117. Artigo 5 (1), Lei (Proibição) do Casamento entre Pessoas do Mesmo Sexo, Nigéria, 2014.
 118. Ibid.
 119. An Anthology of Queer Art | Vol. 2: "The Inward Gaze" , Brittle Paper, 16 de janeiro de 2018, <https://brittlepaper.com/2018/01/14-anthology-queer-art-vol-2-gaze/>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 120. Para obter mais informações sobre a liberdade de associação relacionada aos direitos LGBTI em diferentes países ao redor do mundo: The Global State of LGBTI organising, New York, Out Right, 2018.
 121. Brayo Bryans, entrevista à Freemuse, 3 de agosto de 2019.
 122. Erin McCarthy Holliday, 'Kenya appeals court rules LGBT group can register as NGO', Jurist, 22 de março de 2019, <https://www.jurist.org/news/2019/03/kenya-appeals-court-rules-lgbt-group-can-register-as-ngo/>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 123. 'Quênia: Tribunal mantém leis arcaicas anti-homossexualidade', Human Rights Watch, 24 de maio de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/05/24/kenya-court-upholds-archaic-anti-homosexuality-laws-0>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 124. Ali Bousselmi, entrevista à Freemuse, 18 de julho de 2019.
 125. 'Tunísia: Esforço para acabar com grupo LGBT', Human Rights Watch, 26 de fevereiro de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/02/26/tunisia-effort-shut-down-lgbt-group>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 126. 'Nigéria: Court throws out suit seeking registration of lesbian', Equal Eyes, 20 de novembro de 2018, <https://equal-eyes.org/database/2018/11/20/nigeria-court-throws-out-suit-taking-registration-of-lesbian-group>, [acesso em 18 de setembro de 2019].
 127. Ativista egípcio anônimo, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019.
 128. 'Egito: Nova Lei de ONGs Renova Restrições Draconianas', Human Rights Watch, 24 de julho de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/07/24/egypt-new-ngo-law-renews-draconian-restrictions>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 129. Dois ativistas sudaneses anônimos, entrevista à Freemuse, 15 de julho de 2019.
 130. 'Sudan - IDAHOTB 2018 Country Page', 17 de maio de 2018, <https://may17.org/sudan-idahotb-2018-country-page/>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 131. Chibuihe Obi, entrevista à Freemuse, 12 de setembro de 2019.
 132. Oteosirieze Obi-Young, entrevista à Freemuse, 28 de julho de 2019.
 133. Unoma Azuah, entrevista à Freemuse, 25 de julho de 2019.
 134. Brayo Bryans, entrevista à Freemuse, 3 de agosto de 2019.
 135. Dois ativistas sudaneses anônimos, entrevista à Freemuse, 15 de julho de 2019.
 136. 'Contested Love in Time of Conflict', Words in the Bucket, 21 de novembro de 2018, <https://www.wordsinthebucket.com/contested-love-in-times-of-conflict>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 137. Cineasta iraniano anônimo, entrevista à Freemuse, 14 de agosto de 2019.
 138. Alex Bong, entrevista à Freemuse, 1º de agosto de 2019.
 139. Banda Shh... Diam!, entrevista à Freemuse, 1 de agosto de 2019.
 140. Wesam AlMadani, entrevista à Freemuse, 9 de julho de 2019.
 141. 'Fleeting Acts', Beirut Center of Photography, 27 de novembro de 2018, <https://bcplebanon.org/blog/fleeting-acts/>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 142. Munir Abdallah, entrevista à Freemuse, 15 de julho de 2019.
 143. 'Líbano: Festival Cancela Show de Mashrou' Leila', Human Rights Watch, 31 de julho de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/07/31/lebanon-festival-cancels-mashrou-leila-concert>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 144. Ibid.
 145. Brayo Bryans, entrevista à Freemuse, 3 de agosto de 2019.
 146. 'British producer arrested in Uganda over play exploring gay issues', The Guardian, 7 de setembro de 2012, <https://www.theguardian.com/world/2012/sep/07/uganda-british-producer-arrested-gay-rights>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 147. 'Uganda 'deports' David Cecil, producer of gay play', BBC, 12 de fevereiro de 2013, <https://www.bbc.com/news/world-africa-21423496>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 148. Nour Al Nour, entrevista à Freemuse, 5 de agosto de 2019.
 149. Wesam AlMadani, entrevista à Freemuse, 9 de julho de 2019.
 150. 'A daring woman with dreams but without a homeland', ICORN, 9 de novembro de 2018, <https://www.icorn.org/article/daring-woman-dreams-without-homeland>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 151. Cineasta iraniano anônimo, entrevista à Freemuse, 14 de agosto de 2019.
 152. Ativista egípcio anônimo, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019.
 153. Site do Festival Internacional de Cinema Queer Kampala, <http://www.queerkiff.com/home/>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 154. 'Uganda: Police Invade Film Festival Queer de Kampala', Human Rights Watch, 15 de dezembro de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/12/15/uganda-police-raid-queer-kampala-film-festival>, [acessado em 18 de setembro de 2019].
 155. Ali Bousselmi, entrevista à Freemuse, 18 de julho de 2019.
 156. 'Disney/Pixar's 'Onward' Banned In Multiple Middle East Countries Due To Lesbian Reference', Deadline, 6 de março de 2020, <https://deadline.com/2020/03/disney-onward-banned-multiple-middle-east-markets-lesbian-lgbt-reference-1202876168/>, [acessado em 31 de agosto de 2020].
 157. 'Rocketman banned in two countries, censored in Russia', Film Stories, 11 de junho de 2019, <https://www.filmstories.co.uk/news/rocketman-banned-in-two-countries-censored-in-russia/>, [acessado em 31 de agosto de 2020].

158. 'Oscar-nominated gay love film banned in Tunisia: distributor', France 24, 28 de fevereiro de 2018, <https://www.france24.com/en/20180228-oscar-nomeado-gay-love-film-banned-tunisia-distributor>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
159. 'Five more countries ban 'The Danish Girl'', Freemuse, 24 de fevereiro de 2016, <https://freemuse.org/news/five-more-countries-ban-the-danish-girl/>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
160. Beauty and the Beast: Malaysia 'to show uncut version', BBC, 21 de março de 2017, <https://www.bbc.com/news/world-asia-39344473>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
161. 'Lebanese Censorship Bans Two Movies in 'Maskoon' Festival', Asharq Al-Awsat, 3 de novembro de 2018, <https://aawsat.com/english/hom/article/1447966/lebanese-censorship-bans-two-movies-maskoon-festival>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
162. Joseph Aoun, entrevista à Freemuse, 12 de julho de 2019.
163. 'Malaysian Minister orders removal of LGBT portraits from exhibition', BBC, 9 de agosto de 2018, <https://www.bbc.com/news/world-asia-45125012>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
164. Mooreyameen Mohamad, entrevista à Freemuse (on-line), 12 de agosto de 2019.
165. 'Malaysia bans concert by Hong Kong singer Denise Ho due to 'active support of the LGBT community'', HKFP, 15 de fevereiro de 2018, <https://www.hongkongfp.com/2018/02/15/malaysia-cancels-concert-hong-kong-singer-denise-ho-due-active-support-lgbt-community/>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
166. 'Egito: Pare a repressão e intimidação anti-LGBT', Human Rights Watch, 30 de setembro de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/09/30/egypt-stop-anti-lgbt-crackdown-intimidation>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
167. 'Egito: Seis homens enfrentando exames anais por 'devassidão' em meio à repressão homofóbica', Anistia Internacional, 30 de setembro de 2017, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2017/09/egypt-six-men-taking-anal-examinations-for-debauchery-amid-homophobic-crackdown/>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
168. Ativista egípcio anônimo, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2019.
169. 'Para Sarah Hegazy: raiva, dor, exaustão', Human Rights Watch, 16 de junho de 2020, <https://www.hrw.org/news/2020/06/16/sarah-hegazy-rage-grief-exhaustion>, (acesso em 31 Agosto de 2020).
170. 'Egypt imposes media blackout on LGBT community', Egyptian Independent, 1 de outubro de 2017, <https://www.egyptindependent.com/egypt-imposes-media-blackout-lgbt-community-members/>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
171. Chibuihe Obi, 'We're Queer, We're Here', Brittle Paper, 17 de maio de 2017, <https://brittlepaper.com/2017/05/queer-chibuihe-obi-essay/>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
172. Cineasta iraniano anônimo, entrevista à Freemuse, 14 de agosto de 2019.
173. Em junho de 2017, o Tribunal de Apelação anulou a decisão do Conselho Central de Certificação de Filmes de proibir a Garota Dinamarquesa nos canais de TV. Para mais informações: 'CBFC get comeuppance: Appellate Tribunal overturns decision to ban The Danish Girl', Hindustan Times, 3 de junho de 2017, <https://www.hindustantimes.com/hollywood/cbfc-get-comeuppance-appellate-tribunal-overturns-decision-to-ban-the-danish-girl/story-5sfKtRAvBjfdpeoN5ln5h0.html>, (acessado em 18 de setembro de 2019).
174. O Conselho da Europa foi estabelecido em 1949 e antes da queda dos regimes comunistas da Europa do Leste, tinha 23 membros. Entretanto, desde o final da década de 1980, aumentou a participação para um total de 47 países. Para maiores informações: 'Our member States', Council of Europe, <https://www.coe.int/en/web/about-us/our-member-states>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
175. Em 9 de janeiro de 2018, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu um parecer consultivo no qual determinou que, de acordo com a Convenção Americana de Direitos Humanos, a instituição do casamento deveria ser estendida aos casais do mesmo sexo. Para mais informações: Norma Gutierrez, 'Inter-American Court of Human Rights Declares Right to Marry Should Be Extended to Same-Sex Couples', Library of Congress, 9 de fevereiro de 2018, <http://www.loc.gov/law/foreign-news/article/costa-rica-oas-inter-american-court-of-human-rights-declares-right-to-marry-should-be-extended-to-same-sex-couples/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
176. Dos nove países americanos que criminalizam a homossexualidade, cinco não ratificaram a convenção (Antígua e Barbuda, Guiana, São Cristóvão e Névis, Santa Lúcia e São Vicente e Granadinas) e outros quatro são seus signatários (Barbados, Dominica, Granada e Jamaica).
177. Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update, Genebra, ILGA World, 2019.
178. Daniela Marin Platero, entrevista à Freemuse, 1 de agosto de 2019.
179. 'School books with section on gender equality cause uproar in Peru', Vice, 21 de março de 2017, https://www.vice.com/en_us/article/4349dd/school-books-with-section-on-gender-equality-cause-uproar-in-peru, (acessado em 25 de setembro de 2019).
180. Graeme Reid, 'Quebrando a buzzword: lutando contra o mito da "ideologia de gênero"', Human Rights Watch, 10 de dezembro de 2018, <https://www.hrw.org/news/2018/12/10/breaking-buzzword-fighting-gender-ideology-myth>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
181. 'Trump administration wants to remove 'gender' from UN human rights', The Guardian, 25 de outubro de 2018, <https://www.theguardian.com/world/2018/oct/24/trump-administration-gender-transgender-united-nations>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
182. 'Linn da Quebrada tem apresentação cancelada em Parada LGBT: 'Censura'', Folha De S. Paulo, 3 de agosto de 2019, <https://f5.folha.uol.com.br/musica/2019/08/linn-da-quebrada-tem-apresentacao-cancelada-em-parada-lgbt-de-joao-pessoa.shtml>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
183. Damla Umüt Uzun, entrevista à Freemuse, 3 de julho de 2019.
184. 'Rússia: Nova sanção antigay na Chechênia', Human Rights Watch, 8 de março de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/05/08/russia-new-anti-gay-crackdown-chechnya>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
185. Nenhum Lugar Seguro, Amnistia Internacional, novembro de 2017, p 5.
186. 'Indonésia: A repressão às pessoas LGBTI atinge um nível alarmante', Amnistia Internacional, 6 de novembro de 2018, <https://www.amnistia.org/en/latest/news/2018/11/indonesia-crackdowns-lgbti-people-hit-alarming-level/>, (acessado em 25 de setembro de 2019). Quiteria Franco, Freemuse interview, 13 August 2019.
187. Quiteria Franco, entrevista à Freemuse, 13 de agosto de 2019.
188. No Capítulo 1, foi apresentado que tendência semelhante foi registrada em mais países, mas iniciativas de restrição à liberdade de expressão não foram aprovadas nos órgãos legislativos nacionais.
189. Para mais informações: Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia 2019: Global Legislation Overview Update I, Genebra, ILGA World, 2019, pp. 55-66.
190. 'Jordan: Press and publications law', Al-bab, <https://al-bab.com/documents-section/jordan-press-and-publicacoes-law>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
191. 'Jordan blocks access to LGBTQ online magazine', CPJ, 8 de agosto de 2017, <https://cpj.org/2017/08/jordan-blocks-access-to-lgbtq-online-magazine.php>, (acessado em 25 de setembro de 2019).

192. 'Ataques físicos a gays na Jordânia — pelo governo', Human Rights Watch, 30 de agosto de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/08/30/gay-bashing-jordan-government>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
193. 'Jordan blocks access to LGBTQ online magazine', CPJ, 8 de agosto de 2017, <https://cpj.org/2017/08/jordan-blocks-access-to-lgbtq-online-magazine.php>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
194. 'Mashrou' Leila banned from performing in Jordan...yet again', The New Arab, 13 de junho de 2017, <https://www.alaraby.co.uk/english/society/2017/6/13/mashrou-leila-banned-from-performing-in-jordan-yet-again>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
195. 'Mashrou' Leila: Jordan bans Lebanese rock band with gay singer', BBC, 27 de abril de 2016, <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-36148343>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
196. Safi da Jordânia, entrevista à Freemuse, 5 de julho de 2019.
197. 'Líbano: Forças de segurança tentam acabar com conferência LGBT', Human Rights Watch, 4 de outubro de 2018, <https://www.hrw.org/news/2018/10/04/lebanon-security-forces-try-close-lgbt-conference>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
198. 'LGBTQ People Erased from Books In Russia Under' Gay Propaganda 'Law', Huffpost, 7 de novembro de 2018, https://www.huffpost.com/entry/russia-lgbtq-books-removal_n_5be2ec62e4b0e84388924c5d, (acessado em 25 de setembro de 2019).
199. 'Полиция на Урале не нашла пропаганды гомосексуализма в детских плакатах', РИА Новости, 26 de dezembro de 2018, <https://ria.ru/2018/12/26/1548713228.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
200. 'Полиция опросила школьников из Комсомольска-на-Амуре. Они играют в спектакле «Голубые и розовые»', Snob, 12 de março de 2019, https://snob.ru/news/173742/?fbclid=IwAR1Vkot9sQCT_SqTarEnTOQ1bNJRI1lfXVPF-2Twy2AQTVMeF1B-qKvnU4, (acessado em 25 de setembro de 2019).
201. 'Ativista russo enfrenta acusações infundadas de pornografia', Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/12/03/russian-activist-faces-unfounded-pornography-charges>, (acesso em 31 de agosto de 2020).
202. 'Rússia: Ativista feminista multada por "propaganda gay" enfrenta acusações criminais de "pornografia"', Anistia Internacional, 11 de dezembro de 2019, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2019/12/russia-feminist-activist-fined-for-gay-propaganda-and-facing-criminal-pornography-charges/>, (acesso em 31 de agosto de 2020).
203. 'Elton John 'rejects' Russia censorship of Rocketman gay scenes', BBC, 1 de junho de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-europe-48482872>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
204. 'Russia's dubbed version of 'Avengers: Endgame' changes Marvel's first 'gay moment', Meduza, 30 de abril de 2019, <https://meduza.io/en/shapito/2019/04/30/russia-s-dubbed-version-of-avengers-endgame-changes-marvel-s-first-gay-moment>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
205. 'Russian Queerfest Survives Fake Bomb Threats', Queerfest, <https://queerfest.ru/en/news/363-russian-queerfest-survives-fake-bomb-threats.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
206. Sasha Babenko, entrevista à Freemuse, 12 de julho de 2019.
207. 'Russia: Artistic freedom threatened by nationalist and orthodox', Freemuse, 6 de janeiro de 2017, <https://freemuse.org/news/russia-artistic-freedom-ameaçada-by-nationalist-and-orthodox-groups/>, (acessado em 25 de setembro 2019).
208. Anastasia Patlay, entrevista à Freemuse, 18 de julho de 2019.
209. O South East Radical Block (SERB) é um movimento extremista conhecido por realizar ataques contra a oposição russa e ativistas dos direitos civis. Em maio de 2019, fizeram um protesto violento durante o evento de abertura do Festival de Cinema LGBT Side by Side. Para mais informações: 'Opening of Moscow LGBTQ film festival marred by extremist aggression and police inaction, organizers write', Meduza, 23 de maio de 2019, <https://meduza.io/en/news/2019/05/23/opening-of-moscow-lgbtq-film-festival-marred-by-extremist-agression-and-police-inaction-organizers-write>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
210. 'Belarus calls LGBT relationships 'fake' in row with UK embassy over rainbow flag', The Telegraph, 22 de maio de 2018, <https://www.telegraph.co.uk/news/2018/05/22/belarus-calls-lgbt-relationships-fake-row-uk-embassy-rainbow/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
211. 'Belarus Free Theatre students arrested over LGBTQ+ art installation', Index of Censorship, 29 de junho de 2018, <https://www.indexofcensorship.org/2018/06/belarus-free-theatre-students-arrested-over-lgbtq-art-installation/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
212. 'Журналиста Андрэя Шаўлюгі ў ідэяльнікаў акцыі насупраць МУС пакаралі штрафамі ў 73,5 рубля', Рáдiо Svaboda, 29 de junho de 2018, <https://www.svaboda.org/a/29327156.html>, (acessado 25 de setembro de 2019).
213. 'Belarus: Theatre students arrested, fined for LGBT artistic stunt', Freemuse, 14 de dezembro de 2018, <https://freemuse.org/news/belarus-theatre-students-arrested-fined-for-lgbt-artistic-stunt/>, (acessado em 25 de setembro 2019).
214. Abena Hutchful, entrevista à Freemuse, 28 de junho de 2019.
215. 'LGBTQ Stories Top Banned Books List', NCAC, <https://ncac.org/news/lgbtq-stories-top-most-banned-list>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
216. Para mais informações: The State of American Libraries 2020, American Library Association, Chicago, 2020, p. 14.
217. 'Stunningly bizarre': Ohio public library cancels LGBT Pride event after backlash', Washington Examiner, 3 de junho de 2019, <https://www.washingtonexaminer.com/news/stunningly-bizarre-ohio-public-library-cancels-lgbt-pride-event-after-backlash>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
218. 'OLC Board Issues Statement on LGBTQ Events at Public Libraries', Ohio Library Council, 3 de junho de 2019, <https://olc.org/blog/2019/06/03/olc-board-issues-statement-on-lgbtq-events-at-public-libraries/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
219. 'The Quote That Dare Not Speak Its Name', Inside Higher ED, 20 de junho de 2019, <https://www.insidehighered.com/news/2019/06/20/university-central-arkansas-president-orders-removed-lady-gaga-quote-library-sign>, (acessado em 25 de junho de 2019).
220. 'Author Julia Watts Disinvited from Teen Lit Festival', Publisher Weekly, 5 de setembro de 2019, <https://www.publishersweekly.com/pw/by-topic/childrens/childrens-author/article/81097-author-julia-watts-disinvited-from-teen-lit-festival.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
221. 'Firing of Professor over Novel Threatens Academic, Artistic Freedom', PEN, 26 de julho de 2019, <https://pen.org/press-release/illinois-school-fires-new-prof/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
222. Lucas Ramón Mendos, State-Sponsored Homophobia, Geneva, ILGA World, 2019, p. 207.
223. Em 2016, a Administração Estatal de Imprensa, Publicação, Rádio, Filme e Televisão da China (SARFT) publicou Regras Gerais para Produção de Conteúdo de Séries de Televisão proibindo o conteúdo de TV de retratar "relacionamentos e comportamentos sexuais anormais", incluindo relacionamentos entre pessoas do mesmo sexo. Para mais informações: 'Online regulations and LGBT rights: A test for China's legal system', Brookings, 1 de setembro de 2017, <https://www.brookings.edu/opinion/online-regulations-and-lgbt-rights-a-test-for-chinas-legal-system/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).

224. 'Chinese Gay Activist Claims Victory in Online Film Censorship Lawsuit', *The Wall Street Journal*, 28 de dezembro de 2015, <https://blogs.wsj.com/chinarealtime/2015/12/28/chinese-gay-activist-afirma-vitória-in-online-film-censorship-lawuit/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
225. 'Chinese writer Tianyi sentenced to decade in prison for gay erotic novel', *The Guardian*, 20 de novembro de 2018, <https://www.theguardian.com/books/2018/nov/20/chinese-writer-tianyi-sentenced-to-decade-in-prison-for-gay-erotic-novel>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
226. 'Chinese 'gay fiction' website told to stop publishing obscene content', *South China Morning Post*, 24 de maio de 2019, <https://www.scmp.com/news/china/society/article/3011679/chinese-gay-fiction-website-told-stop-publishing-obscene-content>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
227. 'Chinese broadcaster censors Rami Malek Oscars speech', *BBC*, 26 de fevereiro de 2019, <https://www.bbc.com/news/blogs-trending-47370948>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
228. 'Eurovision 2018: Chinese channel barred from airing contest', *BBC*, 11 de maio de 2018, <https://www.bbc.com/news/entertainment-arts-44078305>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
229. 'Six LGBT moments cut from 'Bohemian Rhapsody' in China', *CNN*, 25 de março de 2019, <https://www.cnn.com/2019/03/25/asia/bohemian-rhapsody-censorship-china-intl/index.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019). 'The many ways to censor cutting-edge art in Russia', *The Economist*, 30 de janeiro de 2020, <https://www.economist.com/books-and-arts/2020/01/30/the-many-ways-to-censor-cutting-edge-art-in-russia>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
230. 'Brazil's Supreme Court Criminalizes Homophobic Acts', *Wall Street Journal*, 13 de junho de 2019, <https://www.wsj.com/articles/brazils-supreme-court-criminalizes-homophobic-acts-11560467658>, (acessado em 25 de junho de 2019).
231. 'President Bolsonaro cancels US trip amid anti-LGBT controversy', *CNBC*, 3 de maio de 2019, <https://www.cnbc.com/2019/05/03/brazil-president-bolsonaro-cancels-us-trip-amid-anti-lgbt-controversy.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
232. 'Majority in Brazil's top court to make homophobia and transphobia', *BBC*, 24 de maio de 2019, <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-48391926>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
233. 'Brazil's Bolsonaro ridiculed after tweeting explicit carnival video', *The Guardian*, 6 de março de 2019, <https://www.theguardian.com/world/2019/mar/06/bolsonaro-carnival-pornographic-tweet-ridiculed>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
234. 'We're afraid': the queer Brazilian sex artists targeted by Bolsonaro', *The Guardian*, 24 de junho de 2019, <https://www.theguardian.com/artanddesign/2019/jun/24/queer-art-in-age-of-bolsonaro-ediy-performance-porn-far-right>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
235. 'Brazil's Bolsonaro suspends funding for LGBT+ screenplays', *Reuters*, 21 de agosto de 2019, https://www.reuters.com/article/us-brazil-lgbt-bolsonaro/brazils-bolsonaro-suspends-funding-for-lgbt-screenplays-idUSKCN1VB2GR?mc_cid=7184ba6baf&mc_eid=8e53fc80a6, (acessado em 25 de setembro de 2019).
236. 'Judge orders Brazil to reinstate funding for films in LGBT+ victory', 9 de outubro de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-lgbt-films/justice-orders-brazil-to-reinstate-funding-for-films-in-lgbt-victory-idUSKBN1W004U>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
237. 'Rio's mayor tried to ban book featuring kiss between two male superheroes. Now it's sold out', *CNN*, 7 de setembro de 2019, <https://www.cnn.com/2019/09/07/americas/brazil-rio-de-janeiro-book-fair-comic-scli-intl/index.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
238. 'Censorship row makes superheroes' gay kiss front page news in Brazil', *CNN*, 10 de setembro de 2019, <https://edition.cnn.com/2019/09/09/americas/sao-paulo-avengers-kiss-intl-hnk-scli/index.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
239. 'Turquia: Fim da proibição de Ankara para eventos LGBTI', *Human Rights Watch*, 14 de fevereiro de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/02/14/turkey-end-ankara-ban-lgbti-events>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
240. Damla Umut Uzun, entrevista à Freemuse, 3 de julho de 2019.
241. 'Ankara bans Turkish German-language LGBTI film festival', *Deutsche Welle*, 16 de novembro de 2017, <https://www.dw.com/en/ankara-bans-turkish-german-language-lgbti-film-festival/a-41406261>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
242. 'Turquia acabando com eventos LGBT', *Human Rights Watch*, 1 de dezembro de 2017, <https://www.hrw.org/news/2017/12/01/turkey-squelching-lgbt-events>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
243. 'Na Turquia, Ancara acorda com tribunal suspendendo proibição de eventos LGBTI', *Human Rights Watch*, 25 de abril de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/04/25/turkey-ankara-wakes-court-lifting-lgbti-events-ban>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
244. Para mais informações sobre os eventos que foram afetados imediatamente após o anúncio da proibição: 'Turquia: Fim da proibição de Ankara para eventos LGBTI', *Human Rights Watch*, 14 de fevereiro de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/02/14/turkey-end-ankara-ban-lgbti-events>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
245. 'Turkey fines TV channel for Pink's video with dancing of 'homosexual nature'', *Reuters*, 13 de setembro de 2018, <https://in.reuters.com/article/us-turkey-media-lgbt/turkey-fines-tv-channel-for-pinks-video-with-dancing-of-homosexual-nature-idINKCN1LT255>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
246. 'European Parliament slams 'LGBTI-free' zones in Poland', *Deutsche Welle*, 18 de dezembro de 2019, <https://www.dw.com/en/european-parlament-slams-lgbti-free-zones-in-poland/a-51722613>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
247. 'Przerobit herb miasta na tęczowo, 26 marca odbędzie się rozprawa', *Queer.PL*, 12 de março de 2020, <https://queer.pl/artykul/204152/przerobil-herb-miasta-na-teczowo-26-marca-odbędzie-sie-rozprawa>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
248. 'Poland is the latest country to completely erase the sexuality of the lesbian character in Onward', *Pink News*, 11 de março de 2020, <https://www.pinknews.co.uk/2020/03/11/poland-onward-sexuality-specter-lesbian-censorship-translation-russia-pixar-disney/> (acessado em 31 de agosto de 2020).
249. 'Eurowizja: Światło dla Europy' TVP nie pokazata 10 minut koncertu. Akurat tych z transpcioową prezenkerk', *Gazeta.PL*, 17 de maio de 2020, <https://kultura.gazeta.pl/kultura/7,127222,25952572,koncert-eurowizja-swiatlo-dla-europy-prowadzila-m-in-transseksualna.html>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
250. 'Venezuelan actors arrested over gay cops satirical play set free', *Global Times*, 6 de agosto de 2019, <http://www.globaltimes.cn/content/1160527.shtml>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
251. Ibid.
252. 'Ndalohet për 48 orë zyrtari që kërcënoi komunitetin LGBT', *Koha*, 14 de fevereiro de 2019, <https://www.koha.net/kronike/145204/ndalohet-per-48-ore-zyrtari-qe-kercenoi-komunitetin-lgbt/>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
253. '55 Shades of Gay premiers in New York City', *Prishtina Insight*, 28 de fevereiro de 2019, <https://prishtinainsight.com/55-shades-of-gay-premiers-in-new-york-city/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
254. 'Universidade da Indonésia censura história de amor entre lésbicas', *Human Rights Watch*, 26 de março de 2019, <https://www.hrw.org/news/2019/03/26/indonesian-university-censors>

- lesbian-love-story, (acesso em 25 de setembro de 2019).
255. Daniela Marin Platero, entrevista à Freemuse, 1 de agosto de 2019.
 256. 'Brazilian archbishop forces cancellation of 'disrespectful' theater production', Crux, 30 de julho de 2019, <https://cruxnow.com/church-in-the-americas/2019/07/30/brazil-archbishop-forces-cancellation-of-disrespectful-theater-production/>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
 257. 'Netflix' gay Jesus' film sparks backlash in Brazil', Reuters, 16 de dezembro de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-lgbt-media-trfn/netflix-gay-jesus-film-sparks-backlash-in-brazil-idUSKBN1YK1S9>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 258. 'Brazilian comedy group hit by Molotov cocktails after film on 'gay Jesus'', Reuters, 25 de dezembro de 2019, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-violent-christmas/brazil-comedy-group-hit-by-molotov-cocktails-after-film-on-gay-jesus-idUSKBN1YT0KM>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 259. 'Brazil judge orders Netflix to remove film with gay Jesus', AP, 9 de janeiro de 2020, <https://apnews.com/eca41cd7a079c709b2e0f86a147ca6ac>, (acessado em 16 de janeiro de 2020).
 260. 'Brazil: Netflix 'gay Jesus' parody movie ban overturned', BBC, 10 de janeiro de 2020, <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-51058029>, (acessado em 16 de janeiro de 2020).
 261. 'Ativista Preso na Polônia e Casa Invadida Após Reunião da Anistia Internacional', Anistia Internacional, 6 de maio de 2019, <https://www.amnestyusa.org/press-releases/activist-arrested-in-poland-and-house-raided-afte-amnistia-internacional-reunião/>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
 262. 'Sta znače krivične prijave protiv učesnika beogradskog Prajda', BBC, 18 de setembro 2019, https://www.bbc.com/serbian/lat/srbija-49745940?Fbclid=IwAR3PPfkWgKXDvAF7PGyLje5j86Tryz3zIqBM1AYVNI0_Jk41TyNuzxSWyY4, (acessado em 18 de setembro de 2019).
 263. 'Romanian Church Wants Pride Week Play Banned', Balkan Insight, 13 de junho de 2019, <https://balkaninsight.com/2019/06/13/romanian-church-want-pride-week-play-banned/>, (acessado em 25 Setembro de 2019).
 264. 'France: Film poster taken down over indecency', Freemuse, 1 de novembro de 2017, <https://freemuse.org/news/france-film-poster-taken-down-over-indecency/>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
 265. 'Play 'Shiva' cancelled in Bengaluru after right-wing outfits create ruckus, issue threats', Indian Express, 14 de outubro de 2018, <https://www.newindianexpress.com/states/karnataka/2018/oct/14/play-shiva-cancelled-in-bengaluru-after-right-wing-outfits-create-ruckus-issue-threats-1885219.html>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 266. 'Brazilian queer art exhibition cancelled after campaign by rightwing protesters', The Guardian, 12 de setembro de 2017, <https://www.theguardian.com/world/2017/sep/12/brazil-queer-art-show-cancelled-protest>, (acesso em 25 de setembro de 2019).
 267. 'Curator of Queer Art Exhibition Called Before Brazil's Senate', Artforum, 22 de novembro de 2017, (acessado em 25 de setembro de 2019).
 268. 'Otro beso censurado: El mural en San Martín que fue tapado três veces por al odio', Que Pasa Web, 28 de junho de 2019, <https://www.quepasaweb.com.ar/dia-del-orgullo-lgbitq-mural-beso-fierro-cruz-san-martin/>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
 269. 'Mural que Apitatán pintó no setor Bellavista fue vandalizado', El Comercio, 4 de julho de 2019, <https://www.elcomercio.com/tendencias/amor-genero-mural-apitatan-vandalizado.html>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
 270. 'They want not only to insult us, they want to delete us' – Interview with Monika 'Pacyfka' Tichy on LGBTI art in Poland'', Freemuse, 27 de julho de 2020, <https://freemuse.org/news/they-want-not-only-to-insult-us-they-want-to-delete-us-entrevista-com-monika-pacyfka-tichy-on-lgbti-art-in-poland/>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 271. Monika "Pacyfka" Tichy, entrevista à Freemuse, 19 de julho de 2020.
 272. Moroccan-French singer says he'll perform at Eurovision in Israel, despite death threats', Jewish Telegraphic Agency, 31 de janeiro de 2019, <https://www.jta.org/quick-reads/moroccan-french-singer-says-hell-perform-at-eurovision-in-israel-despite-death-threats>, (acessado em 25 de setembro de 2019).
 273. 'Hoshi victime d'attaques lesbophobes: menacée de mort, elle porte plainte', Purple People, 11 de março de 2020, https://www.purplepeople.com/article/hoshi-victime-d-attaques-lesbophobes-menacee-de-mort-elle-porte-plainte_a378839/1, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 274. 'Božo Vrečo dobio prijetejne smrću: Majčice moja, ne plači, dobro sam! Bog me štiti!', Klix, 2 de abril de 2020, <https://www.klix.ba/magazin/showbiz/bozo-vreco-dobio-prijetejne-smrcu-majcice-moja-ne-placi-dobro-sam-bog-me-stiti/200402033>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 275. 'Cuban LGBTQ activists and media correspondents harassed with death threats', Washington Blade, 2 de junho de 2020, <https://www.washingtonblade.com/2020/06/02/cuban-lgbtq-activists-and-media-correspondents-harassed-with-death-threats/>, (acessado em 31 de agosto de 2020).
 276. Um quarto da receita total para o funcionamento de centros comunitários LGBTI na Austrália, Canadá, China e EUA em 2017 veio de subsídios do governo. Para obter mais informações, consulte '2018 LGBT Community Center Survey Report', Center Link and MAP, agosto de 2018, p. 13.
 277. '20 Foundations and Trusts that fund LGBT programs', Funds for NGOs, <https://www.fundsforngos.org/foundation-funds-for-ngos/20-foundations-trusts-fund-lgbt-program/>, (acessado em 25 Setembro de 2019).
 278. Daniela Marin Platero, entrevista à Freemuse, 1 de agosto de 2019.
 279. Svetlana Sugako, entrevista à Freemuse, 17 de julho de 2019.
 280. Anastasia Patlay, entrevista à Freemuse, 18 de julho de 2019.
 281. Ibid.
 282. 283. Sasha Babenko, entrevista à Freemuse, 12 de agosto de 2019.
 283. Sridhar Rangayan, entrevista à Freemuse (on-line), 2 de agosto de 2019.
 284. Goran Miletić, entrevista à Freemuse, 2 de agosto de 2019.
 285. Controversial exhibition opened with police security', B92, 3 de outubro de 2012, https://www.b92.net/eng/news/society.php?yyyy=2012&mm=10&dd=03&nav_id=82481, (acessado em 25 de setembro de 2019).

Freemuse é uma organização internacional independente que defende a liberdade de expressão artística.

Monitoramos e documentamos violações da liberdade artística, expomos as leis e políticas que permitem e sustentam essas violações e fomentamos processos de defesa baseados em evidências para mudanças estruturais sistêmicas a nível internacional, regional e nacional.

Trabalhamos com parceiros, artistas e ativistas no sul e no norte global; apoiamos e promovemos artistas individuais, focando em mulheres artistas e outros grupos de artistas vulneráveis. Intermediamos e desenvolvemos coalizões nacionais locais na promoção e capacitação para monitorar e defender a liberdade artística.

freemuse.org

